

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

HELLEN CRIS LEITE DE LIMA

PARANÁ QUILOMBOLA: UM SITE PARA ENSINAR HISTÓRIA

CURITIBA

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

HELLEN CRIS LEITE DE LIMA

PARANÁ QUILOMBOLA: UM SITE PARA ENSINAR HISTÓRIA

Texto apresentado para qualificação no Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Joseli Maria Nunes Mendonça

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Lima, Hellen Cris Leite de

Paraná quilombola : um site para ensinar história. / Hellen Cris Leite de
Lima. – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Historia) – Setor de
Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Joseli Maria Nunes Mendonça

1. História – Estudo e ensino. 2. Paraná – História. 3. Comunidades de
escravos fugitivos. 4. Tecnologia educacional. I. Mendonça, Joseli Maria
Nunes, 1960-. II. Título.

CDD – 907

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ENSINO DE HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **HELLEN CRIS LEITE DE LIMA** intitulada: **Paraná quilombola: um site para ensinar História**, sob orientação da Profa. Dra. JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 27 de Novembro de 2020.

Assinatura Eletrônica

30/11/2020 18:06:00.0

JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

30/11/2020 16:35:42.0

NADIA GAIOFATTO GONÇALVES

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

30/11/2020 17:08:03.0

RICARDO CID FERNANDES

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha orientadora Joseli Maria Nunes Mendonça, querida professora que, além de uma profissional ímpar em responsabilidade e competência, caminhou junto na produção deste trabalho dispondo de ânimo e inspiração, sem o que certamente os resultados apresentados aqui não seriam tão promissores. Obrigada pela paciência e parceria!

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES) pela oportunidade de construir ciência nesse país que a necessita tanto, na convicção de que esta pesquisa tem uma profunda relação com a função social da Universidade e pretende devolver à sociedade brasileira uma produção equivalente ao investimento que me foi empregado.

Aos colegas e professores do ProfHistória-UFPR por todas as trocas e preciosas vivências compartilhadas nesses anos intensos. Aos tantos pesquisadores e pesquisadoras que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Aos companheiros e companheiras de luta, pela caminhada camarada na construção de um projeto de educação e de mundo mais justo.

Agradeço a minha família, pelo apoio sempre afetuoso e solidário, por cada momento de tomar fôlego e de aconchego nesse caminho muitas vezes tortuoso. Em especial, agradeço ao irmão Tom Lima que, mesmo com a distância, me ajudou a construir o site Paraná Quilombola com muito empenho.

Ao meu grande companheiro de vida Vágner, por todo amor, cuidado e carinho. Por ter sido um sustentáculo nesse e noutros momentos.

Agradeço, finalmente e com muita força, às comunidades quilombolas paranaenses e sua tão brava gente e, com especial carinho, aos componentes do Grupo de Trabalho Clóvis Moura que, com tanta entrega e dedicação, abriram caminho para que pudéssemos começar a conhecer essa história fundamental do nosso Paraná Quilombola. Grande parte da pesquisa que desenvolvemos aqui só foi possível graças ao trabalho do Grupo.

Mãos dadas

*Não serei o poeta de um mundo caduco
Também não cantarei o mundo futuro
Estou preso à vida e olho meus companheiros
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças
Entre eles, considero a enorme realidade
O presente é tão grande, não nos afastemos
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas*

*Não serei o cantor de uma mulher, de uma história
Não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela
Não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida
Não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes
A vida presente*

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

Este trabalho final do Mestrado Profissional em Ensino de História, cujo objeto são as comunidades quilombolas no Paraná, é composto de uma dissertação e de um material para divulgação ampliada e para o ensino de História. A dissertação foi elaborada a partir de leituras de trabalhos acadêmicos sobre o tema, de relatórios oficiais e laudos antropológicos. Nela também apresentamos os referenciais teóricos do trabalho – em especial a História Vista de Baixo -, bem como abordagens historiográficas sobre quilombos e comunidades quilombolas, sobre a escravidão local e sobre o papel que cumpriu o Movimento Paranista na formação da identidade do Estado. Também nos dedicamos a compreender questões relacionadas à História Pública, ao Ensino de História e ao uso das tecnologias e suas implicações no tempo presente, tanto na historiografia como no âmbito da Educação. O desenvolvimento desses aspectos apresentados na dissertação nos permitiu construir o site Paraná Quilombola¹, que localiza no mapa do Estado as 38 comunidades quilombolas certificadas no Paraná, agregando a cada uma delas conteúdos que contam sua história. O site também apresenta a seção Sala de Aula, na qual são propostas algumas sugestões para que professores(as) possam realizar com seus alunos(as) trabalhos com documentos, bem como um levantamento bibliográfico sobre o tema.

Palavras-chave: História do Paraná; Ensino de História; História Pública; Comunidades Quilombolas; Tecnologias no Ensino.

¹ Disponível em: <paranaquilombola.brainlax.com>.

ABSTRACT

This final work of the Professional Master in History Teaching, whose object is the quilombola communities in Paraná, is composed of a dissertation and material for wider dissemination and for teaching History. The dissertation was elaborated from readings of academic works on the theme, from official reports and anthropological reports. In it we also present the theoretical references - in particular the History Seen from Below - as well as historical approaches about: quilombos and quilombolas communities, the local slavery and the role of the Paranista Movement in shaping the identity of the State. We are also dedicated to understanding issues related to Public History, History Teaching and the use of technologies and their implications at the present time, both in historiography and in the field of Education. The development of these aspects presented in the dissertation allowed us to build the Paraná Quilombola website, which locates on the state map the 38 quilombolas communities certified in Paraná, adding to each one of them contents that tell their history. The website also features the Classroom section, in which some suggestions are proposed so that teachers can carry out work with their students with documents, as well as a bibliographic survey on the topic.

Key-words: History of Paraná; History teaching; Public History; Quilombolas Communities; Technologies in Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO PARANÁ POR MUNICÍPIOS	63
FIGURA 1 - PRINT DO SITE ATLAS DIGITAL DA AMÉRICA LUSA.....	91
FIGURA 2 - PRINT DO SITE DO CECULT - MAPAS TEMÁTICOS	92
FIGURA 3 - FOTO DA RUA DO BRÁS DISPONÍVEL NO MAPA TEMÁTICO DO CECULT	93
FIGURA 4 - PRINT DO SITE SANTA AFROCATARINA - NA ESCOLA	94
FIGURA 5 - PRINT DO SITE SANTA AFROCATARINA - ACERVO	94
FIGURA 6 - PRINT DO SITE PASSADOS PRESENTES - MAPA.....	95
FIGURA 7 - PRINT DO SITE PASSADOS PRESENTES - VERBETE	96
FIGURA 9 - PRINT DO BLOG DITADURA EM CURITIBA - TEXTO DE UM DOS LOCAIS LISTADOS NO MAPA.....	97
FIGURA 8 - PRINT DO BLOG DITADURA EM CURITIBA - SEÇÃO MAPA DA RESISTÊNCIA	97
FIGURA 10 - PRINT DO SITE AFROCURITIBA.....	98

LISTA DE SIGLAS

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

API – Application Programming Interface

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

DCNERER – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

EENP – Encontro de Educadores/as Negros/as do Paraná

GPS – Global Positioning System

GTCM – Grupo de Trabalho Clóvis Moura

HTML – Hypertext Markup Language

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGPR – Instituto Histórico e Geográfico Paranaense

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LHS – Laboratório de História Social da Universidade de Brasília

MEC – Ministério de Educação e Cultura

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PC – Personal computer

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PROFHISTORIA – Mestrado Profissional em Ensino de História

RTID – Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação

SAD – South American Datum

SIG – Sistemas de Informação Geográfica

SEED – Secretaria de Estadual de Educação e Esporte

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República

TIC – Tecnologias da informação e comunicação

TIDC – Tecnologias digitais da informação e comunicação

UFPR – Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 – A HISTÓRIA PARANAENSE EM DISPUTA	23
1.1. A História Vista de Baixo e o Novo Humanismo Rüseniano	23
1.2. O Paraná Paranista	28
1.3. A escravidão no Paraná	33
1.4. O quilombo em seus vários significados	41
1.4. As Comunidades Quilombolas no contexto atual	47
1.5. Questões jurídicas e identitárias	54
1.6. Comunidades Quilombolas no Paraná	60
2 – HISTÓRIA PÚBLICA E ENSINO DE HISTÓRIA EM TEMPOS DIGITAIS: RELAÇÕES ENTRE PRESENTE E PASSADO	66
2.1. Tecnologia e sociedade	66
2.2. O presente como lugar de lembrar	71
2.3. Ensino de História em tempos digitais	78
2.4. Divulgação no âmbito da História Pública	84
3 – PARANÁ QUILOMBOLA: PERCURSOS DA CONSTRUÇÃO DO <i>SITE</i>	89
3.1. Por que um <i>site</i> ?	90
3.2. A construção do <i>site</i> : questões técnicas	100
3.3. A construção do <i>site</i> : conteúdos e estrutura	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	108

INTRODUÇÃO

Apresentaremos nessa dissertação de mestrado os percursos e resultados de pesquisa cujo objetivo final foi a construção do *site* Paraná Quilombola², que apresenta a história das comunidades quilombolas do estado do Paraná, juntamente com documentos, publicações e sugestões de como trabalhar o tema em sala de aula. Essa produção é destinada especialmente aos professores e professoras da Educação Básica, mas também pode ser utilizada por estudantes, pesquisadores e pessoas que se interessem em conhecer esse aspecto da história paranaense, bem como aos próprios integrantes das comunidades quilombolas.

Os primeiros contatos com o tema ocorreram em 2012, durante a realização da monografia³ de conclusão do curso de História na Universidade Federal do Paraná, cujo tema foi a construção da memória coletiva na Comunidade Quilombola Adelaide Maria Trindade Batista, no município de Palmas/PR. No PROFHISTÓRIA o interesse se renovou e o projeto se definiu no sentido de aprofundar os conhecimentos acerca das comunidades quilombolas e contribuir para que esses conteúdos sejam ainda mais publicizados.

Além disso, ao longo dos cinco anos de magistério na rede pública de Educação Básica do Paraná, percebemos na prática docente da disciplina de História como os conteúdos referentes à história da população negra - especialmente a quilombola - são secundarizados. Apesar dos avanços, ainda convivemos com materiais didáticos que pouco aprofundam o assunto e com uma considerável defasagem de formação específica para os professores e professoras concernente ao tema. Nesse sentido, essa pesquisa pretende ser mais um passo para a divulgação e valorização das comunidades quilombolas no Paraná, contribuindo principalmente para a ampliação dessas discussões no Ensino de História.

² Disponível em: <<http://paranaquilombola.brainlax.com/>>.

³ LIMA, Hellen Cris Leite de Lima. **A construção da memória coletiva na comunidade remanescente de quilombo Adelaide Maria da Trindade Batista (Palmas/PR)**. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em História) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/porta/historia/files/2014/12/hellen_cris_leite_lima.pdf>. Acesso em: agosto de 2020.

No decorrer da dissertação, lançamos algumas perguntas, as quais buscamos responder nesse trabalho: qual o sentido de estudar comunidades quilombolas no Paraná? Quais são essas comunidades no Paraná? De que maneira a historiografia e o ensino de história têm lidado com o tema? Como apresentar esse conteúdo para um público amplo sem perder o rigor científico? Como a tecnologia se articula com o ensino de história? Por que o ensino de história sobre as comunidades quilombolas é ainda tão secundarizado?

Para compreender o local ainda marginalizado destinado à História dos quilombos e quilombolas no Brasil, identificamos uma significativa relação com o processo de institucionalização e disciplinarização da História ocorrido no século XIX, que se liga profundamente aos debates sobre identidade nacional gestadas nesse contexto. Em meio às discussões sobre formação do Estado nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, teve importantes ligações ideológicas para a constituição da ideia de nação. Segundo Guimarães⁴, Nação, Estado e Coroa foram pensados de forma unitária, homogênea, enquanto herança ou continuidade do processo colonial e civilizatório. Dessa forma, para o autor,

Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros.⁵

Nessa perspectiva, a constituição da disciplina de História no Brasil foi diretamente marcada pela construção de uma identidade nacional excludente, baseada nos padrões civilizacionais europeizantes, expressos também nos currículos de história formulados ao longo do século XX. O racismo e a ideia de branqueamento da sociedade brasileira, concepções amplamente difundidas nesse contexto, acentuaram a exclusão das pessoas negras da História e do Ensino da História.

Outra perspectiva histórica que permeou o ambiente escolar e

⁴ GUIMARÃES, Manoel L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, n. 1, 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935>>. Acesso em: agosto de 2020.

⁵ Ibidem, p. 07.

especialmente a disciplina de História, segundo Abreu e Mattos, deriva de uma ideia de cultura brasileira homogênea e sem conflitos, bastante vinculada ao “mito da democracia racial”⁶. Para as autoras,

essa concepção de uma cultura uniforme é uma construção fortemente enraizada na produção de material didático no Brasil e faz parte de uma das representações mais comuns da chamada identidade brasileira. Uma identidade que se construiu a partir de percepções convergentes, eruditas e populares, da efetividade de uma cultura brasileira. Ou seja, a uma cultura brasileira mestiça corresponderia uma identidade brasileira igualmente mestiça, sem conflitos, hierarquias e diferença.⁷

Esse paradigma, hoje bastante questionado, começou a ser quebrado, em grande medida, segundo Araujo⁸, devido às pressões exercidas pelo movimento negro que, especialmente a partir dos anos 1970, pautou a necessidade de valorização da cultura e história negra brasileira e africana e o combate ao racismo na Educação Básica.

Abreu e Mattos⁹ também defendem a centralidade dos movimentos negros e antirracistas para a alteração desse quadro e localizam alguns pontos de avanços a partir da década de 1990, quando começaram a aparecer nos documentos normativos do Ministério de Educação e Cultura (MEC) temas relacionados à diversidade cultural e às relações étnico-raciais. As autoras destacam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), aprovados em 1996 – que inserem conteúdos da História africana sob o olhar da pluralidade cultural. Posteriormente, a implementação da Lei 10639/03¹⁰ foi fundamental para ampliar

⁶ O mito da democracia racial é a ideia de que, no Brasil, as interações raciais durante a escravidão e as derivadas desse processo teriam se baseado em relações harmônicas e pacíficas. Essa é uma interpretação sobre a formação social brasileira presente na obra *Casa-grande & senzala*, de 1933, escrita por Gilberto Freyre, que ajudou a consolidar esse “mito”, reforçando uma concepção de que não há racismo no Brasil, visto que não há conflito.

⁷ ABREU; MATTOS. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008, p. 07. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v21n41/01.pdf>>. Acesso em janeiro 2020.

⁸ ARAUJO, Maria Bethânia de. **História da África e dos africanos no Ensino Fundamental: análise de uma abordagem didática**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História UFPR). Curitiba, 2018, p. 26-34. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/prof-historia/files/2019/04/HistoriadaafricaedosAfricanosnoensinofundamentalAnalisedeumaabordagemdidatica.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2020.

⁹ ABREU; MATTOS. Op. cit.

¹⁰ BRASIL. **Lei 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: janeiro de 2020.

o debate sobre a questão étnico-racial na educação brasileira, em uma conjuntura de pressão dos movimentos negros e de governos favoráveis à aprovação de políticas públicas para ações afirmativas de inclusão e reparação. Essa normativa alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)¹¹ no artigo 26-A e tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos da Educação Básica do Brasil, um importante passo para a efetivação de uma educação mais plural e que se propõe a enfrentar as desigualdades raciais no país.

Em 2004, foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER)¹², com o objetivo de amparar a aplicação da Lei 10.639/03. As DCNERER apontam para a necessidade de entender a escola como instituição que cumpre uma função importante na produção e reprodução de relações sociais e que, por esse motivo, deve ter como um pilar o combate ao racismo e a proposição de atitudes, pensamentos, questionamentos que valorizem todas as composições étnico-raciais da sociedade brasileira, especialmente a negra.

As Diretrizes elencam entre os princípios norteadores das práticas pedagógicas antirracistas: a consciência política e histórica da diversidade; o fortalecimento de identidades e de direitos e as ações educativas de combate ao racismo e a discriminações¹³. Entre as determinações que se desdobram desses princípios, enfatizamos o que se refere à história dos quilombos:

O ensino de História Afro-Brasileira abrangerá, entre outros conteúdos, iniciativas e organizações negras, incluindo a história dos quilombos, a começar pelo de Palmares, e de remanescentes de quilombos, que têm contribuído para o desenvolvimento de comunidades, bairros, localidades, municípios, regiões (exemplos: associações negras recreativas, culturais, educativas, artísticas, de assistência, de pesquisa, irmandades religiosas, grupos do Movimento Negro). Será dado

¹¹ BRASIL. **Lei 9.394**, de 10 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: janeiro de 2020.

¹² BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/Diretrizes+curriculares+nacional+para+a+educa%C3%A7%C3%A3o+das+rela%C3%A7%C3%B5es+%C3%A9tnico-raciais+e+para+o+ensino+de+hist%C3%B3ria+e+cultura+afro-brasileira+e+africana/f66ce7cae0c8-4dbd-8df3-4c2783f06386?version=1.2>>. Acesso em: janeiro de 2020.

¹³ Ibidem, p. 17.

destaque a acontecimentos e realizações próprios de cada região e localidade.¹⁴

Nesse sentido, a dissertação e o site que apresentamos, voltados ao Ensino de História, atendem e corroboram às determinações das DCNERER, ao disponibilizar material de conhecimento sobre comunidades quilombolas paranaenses, enfatizando sua contribuição histórica e sua trajetória diversa, vinculando-as à História Local do estado. Destacamos, ainda, o que dizem as Diretrizes sobre o papel dos professores nesse processo, ao afirmar

a necessidade de se insistir e investir para que os professores, além de sólida formação na área específica de atuação, recebam formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-raciais, mas a lidar positivamente com elas e, sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las.¹⁵

A intenção é que o *site* Paraná Quilombola seja uma ferramenta de apoio aos professores nesse dever tão fundamental de construir a positivação das trajetórias, memórias, contribuições, modos de vida e de cultura da população quilombola. Para Abreu e Mattos, as Diretrizes instigaram professores e professoras de História a aprofundarem as discussões conceituais em torno da temática. As autoras advertem para uma preocupação que deve estar presente na efetivação das determinações no que se refere ao risco da essencialização cultural de determinadas práticas culturais negras. Essa ponderação é válida também para o ensino da História dos quilombos, em relação à qual devemos atentar para a multiplicidade de experiência e as diferentes historicidades que comportam a sua formação. Dessa forma, concordamos com as autoras quando dizem que

não podemos criar a expectativa de existência de culturas cristalizadas no tempo ou preservadas intactas ao longo de tantas gerações. A diversidade cultural brasileira, e sua tão propalada pluriculturalidade, deve ser pensada levando-se em consideração os intercâmbios e as trocas culturais, de forma a colocar em evidência a pluralidade da própria experiência negra no país.¹⁶

¹⁴ Ibidem, p. 21.

¹⁵ Ibidem, p. 18-20.

¹⁶ ABREU; MATTOS. Op. cit, p. 17.

Essas mudanças provocadas pelas DCNERER forçaram alterações propositivas com relação à educação étnico-racial nos materiais didáticos, formações de professores e organização escolar, para que atendessem à nova legislação.¹⁷ Esse é um desafio ainda presente na educação brasileira, com o que esperamos contribuir através desse trabalho.

A História dos quilombos no Brasil pode ser estudada a partir de várias perspectivas, desde seu surgimento no século XVI até as comunidades quilombolas da atualidade. Durante muito tempo, essa história se resumiu à importante experiência do Quilombo dos Palmares, que existiu entre os séculos XVI e XVII, o que ajudou a construir uma imagem mais ou menos única de quilombo como um grupo formado por fugas de negros que resistiram à escravidão. Essa visão também se consolidou nos materiais didáticos e currículos escolares.

Com a Constituição de 1988, a população quilombola passa a ser sujeito de direito, fruto das lutas de movimentos negros. A partir desse momento, as comunidades quilombolas têm direito a titulação de suas terras e abre-se caminho para a disputa de outras políticas públicas específicas. O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)¹⁸ define que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. A regulamentação dessa disposição, feita pelo Decreto nº 4.887/03, definiu os critérios para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos

¹⁷ ARAUJO. Op. cit, p. 49.

¹⁸ BRASIL. **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)**. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp>. Acesso em: janeiro de 2020.

quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.¹⁹

Portanto, a definição primordial das comunidades quilombolas é atestada por elas mesmas no processo de autoidentificação, com base nas experiências históricas vividas e compartilhadas coletivamente. Nesse sentido, as realidades são diversas, seja pela origem do território, seja pelos conflitos que viveram e vivem, e não podemos incorrer no erro de essencializar ou homogeneizar práticas culturais, costumes, modos de vida dessa população. Outro risco é tratar essa história como algo exótico, como adereço, ou como folclore, que só é trabalhada nas comemorações do 20 de novembro, em referência ao Dia Nacional da Consciência Negra.

A História das comunidades quilombolas é parte da História paranaense e brasileira, sem a qual construímos uma visão reduzida desse passado. Resultados de um determinado período e de relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas ao longo do tempo, as comunidades não são cristalizadas, não são monumentos, elas se transformam e se ressignificam.

No Paraná, as comunidades quilombolas sofreram – e ainda sofrem – com um processo histórico de exclusão e invisibilização. Isso se deve à construção social e histórica que priorizou políticas públicas à população imigrante no início do século XX, em detrimento da população negra paranaense. Segundo Cassius Cruz e Isabela Cruz,

Além da destinação de terras aos colonos europeus, tal projeto adotou medidas de normatização do padrão de uso e ocupação fundiária, que desqualificaram outros modelos agrários preexistentes, como o uso comum de roçados e das terras de herdeiros, em que comunidades negras se estabeleceram desde meados do século XIX. Nessa perspectiva, a marginalização social do campesinato negro paranaense encontra-se diretamente associada ao processo de colonização europeia do sul do país.²⁰

Essa circunstância possibilitou a elaboração de uma narrativa que destaca

¹⁹ BRASIL. **Decreto nº 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/decreto-4887-13.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2020.

²⁰ CRUZ, Cassius; CRUZ, Isabela. África, teu povo se levanta! Insurgência quilombola no Paraná. In: MENDONÇA, Joseli M. Nunes; SOUZA, Jhonatan Uewerton (Org.). **Paraná Insurgente: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018, p. 69.

a contribuição do imigrante europeu e negligência a população negra na constituição da identidade paranaense. Essas ideias, formuladas principalmente pelo Movimento Paranista na primeira metade do século XX, como considerou Joseli Mendonça²¹, construíram um processo de enquadramento da memória oficial do estado, através de seus monumentos públicos e datas comemorativas que reforçaram uma representação majoritariamente branca e de ascendência europeia.

De acordo com Cruz, desde o início dos anos 2000 é possível reconhecer uma série de iniciativas dos movimentos negros paranaenses e de políticas públicas que começaram a investigar onde estavam as comunidades quilombolas do Paraná²². O autor explica que foi durante o I Encontro de Educadores/as Negros/as do Paraná (EENP), realizado em novembro de 2004, pelo movimento negro em parceria com o governo do estado, que se teve conhecimento público, através de seus participantes, da existência de uma série de comunidades quilombolas espalhadas pelo Paraná.

Desse encontro, impulsionado também pela necessidade de se fazer cumprir a Lei 10.639/03, cria-se uma grande expectativa de retirar do silêncio a história dessas comunidades, o que se desdobra na criação do Grupo de Trabalho Clóvis Moura (GTCM)²³. O trabalho desenvolvido pelo Grupo, que durou de 2005 até 2010, tinha como objetivo realizar um levantamento das comunidades

²¹ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Escravidão, africanos e afrodescendentes na “cidade mais europeia do Brasil”: identidade, memória e história pública. In: **Tempos Históricos**. Vol. 20, 2016, p. 224. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:88IPst2u33AJ:e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/download/13138/9960+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=ubuntu>. Acesso em: janeiro de 2020.

²² CRUZ, Cassius Marcelus. **Trajetórias, lugares e encruzilhadas na construção da política de educação escolar quilombola no Paraná, no início do III milênio**. Dissertação (Mestrado em Educação – UFPR). Curitiba, 2012.

²³ O Grupo de Trabalho Clóvis Moura foi instituído pela Resolução Conjunta 01/2005-SEED-SEEC-SEAE-SEMA-SECS e posteriormente ampliado com a participação de outras Secretarias e com prazos prorrogados pelas Resoluções Conjuntas 01/2006 e 01/2007-SEED-SEEC-SEAE-SEMA-SECS-SESU-SEAB-SEJU-SETI-SETP-PMPR. A nomeação homenageou o intelectual e militante marxista Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003), que dedicou grande parte de suas obras a entender a questão negra e quilombola no Brasil. Os resultados do GTCM, como o próprio grupo define, não se apresentam como um trabalho acadêmico, mas uma interlocução entre academia, políticas governamentais e militância negra e podem ser acessados em dois relatórios, produzidos nos períodos de 2005 a 2008 e de 2005 a 2010. Disponível em: <http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>. Acesso em: janeiro de 2020.

quilombolas existentes e identificar elementos referentes à educação, situação socioeconômica e possibilidade de autorreconhecimento.

Além do levantamento e identificação das comunidades, coube ao GTCM a articulação para a efetivação das políticas públicas destinadas às comunidades, via reconhecimento da Fundação Cultural Palmares²⁴, órgão nacional responsável pela emissão da certidão de autorreconhecimento, que se constitui pelo processo pelo qual a comunidade se identifica enquanto grupo étnico, que compartilha tradições, histórias e culturas que se relacionam a determinada base territorial. O autorreconhecimento ou autoidentificação são importantes pois constam no Decreto nº 4.887/03, como a caracterização necessária para acessar o direito constitucional do Artigo 68 do ADCT que dispõe sobre a titulação das terras ocupadas pelos quilombolas, como exposto anteriormente.

O trabalho desenvolvido pelo GTCM foi, portanto, fundamental para que tenhamos acesso a um panorama muito maior e mais completo da realidade quilombola paranaense, ampliado posteriormente por diversos pesquisadores e pelos movimentos internos de fortalecimento das comunidades e suas associações.

Embora sejam hoje identificadas 38 comunidades no Paraná²⁵, grande parte de sua história está sendo conhecida e reconhecida muito recentemente, por pesquisas que estabelecem conhecimentos de fundamental relevância social e histórica buscando explicitar as contribuições de uma população marginalizada pela invisibilização e pelo racismo e que luta pelo reconhecimento de seus direitos e sua identidade. Essas pesquisas são a base para o nosso trabalho que busca levar ao Ensino de História na Educação Básica as discussões aqui apresentadas. No âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), ofertado em rede nacional desde 2014 e que hoje abrange 36 universidades, localizamos três dissertações sobre a temática quilombola, nenhuma delas no Paraná²⁶, fato que demonstra a relevância acadêmica do

²⁴ Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em outubro de 2020.

²⁵ Dados disponíveis em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em janeiro de 2020.

²⁶ As dissertações são: VIEIRA, Cleber Santos. **Quilombos e quilombagem no ensino de história**: estudo sobre a contribuição paradigmática de Clóvis Moura. UNIFESP, 2019; GRINBERG, Keila. **Quilombo de Maria Conga em Magé**: memória, identidade e ensino de história. UNIRIO, 2016; MANIERI, Dagmar. **Ensino de história em debate**: a história da África

nosso trabalho e que foi fator de impulso para sua produção.

A elaboração da dissertação, em relação à metodologia, adotou dois procedimentos, complementares, mas distintos. Um deles comportou a pesquisa bibliográfica em relação aos temas relacionados (quilombos, comunidades quilombolas no Paraná, Ensino de História, História Digital, História Pública) e em relação aos aspectos teóricos envolvidos. Desse procedimento resultou esse texto, em formato dissertativo, que fundamenta, com bibliografia especializada, a temática trabalhada. Aqui também apresentamos os resultados e explicamos as etapas de construção do produto didático, que é o *site* Paraná Quilombola.

A construção do conteúdo do *site* exigiu a definição de questões cruciais como o conceito de quilombo e a conjuntura atual das comunidades; o que significa construir a história dos quilombos no Paraná; como apresentar um conteúdo histórico em formato digital e as implicações disso no processo do ensino. Nesse sentido, essa etapa textual da dissertação não consiste em um trabalho historiográfico ou de análise de fontes históricas propriamente, mas trata dos embasamentos necessários para apresentar um conhecimento já produzido e disponibilizado por outros pesquisadores, pelos agentes públicos e pelas comunidades. Assim, o trabalho se aproximou muito mais de uma curadoria de documentos e informações, cuja motivação e desenvolvimento estiveram embasados nas leituras a partir das quais essa dissertação foi construída.

Outros procedimentos dizem respeito à construção do *site* e de seus conteúdos. Nesse processo, além das obras trazidas para o texto dissertativo, foram mobilizadas muitas outras, para construir conteúdos vinculados a cada uma das comunidades apresentadas. Assim, buscamos todo tipo de fontes históricas (como fotos, transcrições de relatos orais, dados cartográficos, documentos oficiais digitalizados, etc) disponíveis em teses, dissertações, artigos, cartografias sociais, laudos antropológicos, relatórios, documentários e reportagens. Esse levantamento foi realizado principalmente através de pesquisas virtuais em plataformas sobre o tema, bibliotecas universitárias e banco de dados. Além disso, o contato com outros pesquisadores que pudessem indicar ou sugerir algum material foi frutífero e nos rendeu uma série de indicações. Em menor

e cultura afro-brasileira no livro didático e a escola José Caetano dos Santos na comunidade quilombola São Vitor – São Raimundo Nonato-PI. UFT, 2016. Disponíveis em: <https://profhistoria.ufrj.br/banco_tese>. Acesso em fevereiro de 2020.

volume também nos valem de livros e materiais impressos. Inicialmente fizemos uma espécie de inventário, com as tipologias e conteúdos de cada material. Posteriormente, passamos à construção dos históricos de cada comunidade de acordo com os materiais encontrados. Um terceiro momento consistiu em selecionar as fontes que consideramos interessantes para compor o quadro de apresentação das comunidades. Nessa fase, também percebemos pontos comuns e outros diferenciadores de cada localidade e o que poderia gerar discussões pertinentes ao Ensino de História, o que resultou na construção de algumas propostas de atividade e possibilidades de utilização do site para a sala de aula, direcionadas à Educação Básica. Todos os materiais utilizados, que referenciados no acervo do site, foram lidos, selecionados e apresentados à luz das leituras e discussões elaboradas ao longo da dissertação, portanto, obedecendo a critérios científicos.

O site Paraná Quilombola, como produto final destinado ao Ensino de História e à divulgação para pesquisadores e interessados em geral, está organizado a partir da apresentação do mapa do Paraná, no qual localizamos todas as comunidades certificadas pela Fundação Palmares²⁷ até o momento de realização da pesquisa. A cada um dos pontos referenciados no mapa, são associadas informações sobre a comunidade correspondente, expressas na forma de textos, memórias, fotos e outros registros. Há ainda, um acervo de publicações acadêmicas, oficiais e de legislações concernentes à temática, que pode ser útil a pesquisadores da área e às próprias comunidades.

A dissertação está dividida em 3 capítulos. O capítulo 1 “A história paranaense em disputa”, situa a problemática central da pesquisa em relação ao diálogo com a memória e a História do Paraná. Nesse capítulo, consideramos que a história e a memória do Paraná resultam de disputas. De um lado, um discurso amplamente difundido pelo Movimento Paranista e que foi fundamental para a construção de uma identidade paranaense que excluiu quase por completo as referências à presença e contribuição negra no estado, seja ela relacionada à escravidão praticada ou à permanência dos negros paranaenses no pós-abolição. De outro lado, a possibilidade de pensar uma “História Vista de Baixo”, que procura dar visibilidade a sujeitos historicamente marginalizados. É nessa

²⁷ Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em janeiro de 2020.

perspectiva que nos localizamos teoricamente, compreendendo que a história das comunidades quilombolas precisa ser cada vez mais conhecida e divulgada. O primeiro capítulo também aprofunda a conceituação sobre o termo “quilombo” e seus significados historicamente constituídos, através de uma breve revisão historiográfica. Buscamos também apresentar os percursos políticos, sociais e jurídicos implicados na questão quilombola na atualidade, no Brasil e no Paraná.

No capítulo 2, chamado “História Pública e Ensino de História em tempos digitais: relações entre presente e passado”, apresentamos os aspectos centrais que nos orientaram na escolha e desenvolvimento do material didático final no formato de um *site*. Eles dizem respeito à relevância e à adequação dos meios digitais para o Ensino da História e para a História Pública. Para isso, apresentamos algumas discussões acerca da sociedade digital em que estamos inseridos e como isso se relaciona com aspectos da produção da História e da memória, alterando nossas percepções de tempo, em uma conjuntura presentista. Debates, ainda, como as tecnologias digitais podem ser entendidas e utilizadas no contexto do Ensino de História.

No capítulo 3, intitulado de “Paraná Quilombola: a construção do *site* e seus percursos”, discorremos sobre os procedimentos metodológicos da construção e organização do *site*, abordando questões mais técnicas. Também elucidamos como se deu o tratamento com as fontes, explicando as etapas e escolhas de pesquisa e os critérios de seleção e exposição das mesmas. Apresentamos também as fases de construção do *site* como ferramenta didática e a sua estrutura.

A dissertação e o *site* (produto didático) foram feitos de forma concomitante, no diálogo entre as questões historiográficas, teóricas e instrumentais e a composição dos conteúdos para o *site*. Assim, o/a leitor/a pode escolher entre ler a dissertação e depois navegar pelo *site*; ou navegar pelo *site* e depois ler a dissertação; ou fazer as duas coisas em concomitância alternada. Para que escolha como fará, vai aqui o *link* que o/a levará ao Paraná Quilombola²⁸.

²⁸ Disponível em: <<http://paranaquilombola.brainlax.com/>>.

1 – A HISTÓRIA PARANAENSE EM DISPUTA

Nesse capítulo, discorreremos sobre o contexto e os movimentos políticos e intelectuais que nos levam a defender a ideia de que há uma disputa das narrativas que compõem a história, a memória e a identidade do Paraná. Para isso, apresentamos as principais ideias e eventos que contribuíram para a construção do Movimento Paranista e da ideologia que dele se propaga, qual seja, a de que o estado do Paraná é herdeiro de uma cultura e valores legados pelos imigrantes europeus que aqui chegaram a partir do final do século XIX. Essa tradição ideológica apaga e inferioriza a presença da população negra e quilombola da memória paranaense, assentada nos discursos e teorias racistas e racialistas que preponderavam entre os intelectuais brasileiros da época.

Apresentaremos também um outro lado dessa história que começou a sair do silêncio recentemente, quando da identificação e reconhecimento das comunidades quilombolas do Paraná, fato que data do final do século XX. A divulgação dessas memórias subterrâneas que, como Pollak²⁹ explica, não foram apagadas, mas esquecidas ou silenciadas até que puderam encontrar conjuntura favorável para emergirem, possibilitou questionar a convicção ainda bastante presente de que no Paraná a presença negra e quilombola foi irrelevante. Configura-se, portanto uma disputa de narrativas, de identidades e da história do estado.

Nesse trabalho, esperamos contribuir para que essa história que foi sufocada e marginalizada durante tanto tempo, possa ser ainda mais conhecida e valorizada. Pensar a História das comunidades quilombolas no Paraná é como pensar em uma antítese, uma história invertida, uma história vista de baixo.

1.1. A História Vista de Baixo e o Novo Humanismo Rüseniano

Uma importante referência teórica de nosso trabalho é constituída no campo da História, se define pela chamada “História Vista de Baixo”. Trata-se de

²⁹ POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos. Vol. 2, nº 3, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: agosto de 2019.

uma expressão cunhada pelo historiador Edward P. Thompson, ao dar título a um artigo publicado no *The Times Literary Supplement*, em 1966, referindo-se principalmente ao campo de investigação dedicado à história dos operários ingleses, distinguindo-o do campo da historiografia oficial inglesa.³⁰

A partir da década de 1960, segundo Jim Sharpe³¹, a História Vista de Baixo ampliou-se como campo de estudos históricos, envolvendo historiadores em várias partes do mundo e com temáticas variadas, mas compartilhando uma concepção historiográfica que questiona a História Política, calcada no protagonismo de grandes personalidades e na narrativa de grandes fatos, propondo o estudo das classes populares, das pessoas comuns, seus costumes, suas religiosidades, suas experiências e relações sociais. Assim, a História Vista de Baixo contempla a perspectiva de “explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história”.³² Assim, afirma Sharpe, o “povo” passa a ser encarado como um problema historiográfico central para a História Vista de Baixo, advertindo que essa é uma categoria diversa social e historicamente, na qual cabem muitas definições. Por isso o “baixo” da história não pode ser compreendido de forma simplista ou reducionista, pois dotado de complexidades e contingências.³³

Se na orientação da História Vista de Baixo, a princípio de base eminentemente marxista, a classe social foi categoria privilegiada e o período posterior ao XVIII a temporalidade privilegiada, essas possibilidades já se alargaram com os estudos dos *Annalles*, com a ampliação do seu campo temático para além dos trabalhadores industriais e suas formas organizativas, possibilitando pensar em outros sujeitos marginalizados e excluídos. São exemplos desse processo heh os estudos sobre os camponeses analisados por Emmanuel Le Roy Ladurie na obra *Montaillou*³⁴, de 1975 e o moleiro em *O queijo*

³⁰ THOMPSON, Edward Palmer. A história vista de baixo. In: **The Times Literary Supplement**, 1966. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/364550498/A-Historia-vista-de-baixo-Thompson-1966>>. Acesso: agosto de 2019.

³¹ SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39-62.

³² Ibidem, p. 41.

³³ Ibidem, p. 43-44.

³⁴ LADURIE, Emmanuel Le Roy. **Montaillou: povoado occitânico, 1294-1324**. São Paulo:

e os vermes³⁵, de Carlo Ginzburg, de 1976, obras consideradas por Sharpe como marcos do campo de estudos da História vista de baixo.³⁶

Nesse sentido, consideramos que o estudo das comunidades quilombolas no Paraná se insere nessa perspectiva teórica mais ampla, tratando a raça como elemento que instituiu o “de baixo”, na História que apresentamos. Dessa forma, ao tratar da população negra que no Paraná deu origem e continuidade às comunidades quilombolas, pretendemos questionar a historiografia tradicional do estado que construiu uma narrativa da qual esses sujeitos foram invisibilizados, do que resulta um processo histórico de exclusão e marginalização dessa população.

Assim, a abordagem aqui proposta, visa lidar com aspectos relativos à dignidade humana. Por isso, podemos relacioná-los a uma perspectiva do Ensino de História inspirada nas formulações de Jörn Rüsen sobre o Novo Humanismo³⁷. Rüsen identifica que vivemos um processo de globalização em que diferentes culturas e identidades estabelecem relações entre si, em um mundo em que as fronteiras nacionais são cada vez mais questionadas. Diante desse contexto, o autor propõe pensar um Novo Humanismo, baseado na capacidade de se identificar ao mesmo tempo em que reconhece no “outro” a humanidade que nos unifica.³⁸

Rüsen defende a necessidade de superar o Humanismo clássico ocidental no que se refere ao etnocentrismo e à hierarquização baseada no progresso técnico, por outro lado, defende uma reformulação do Humanismo no sentido da universalização da humanidade dentro da qual as diferenças culturais são componente fundamental. Assim, o filósofo define o Novo Humanismo:

Em minha argumentação, entendo por humanismo um recurso fundamental e uma referência para a natureza cultural dos humanos na orientação da vida humana, bem como um alinhamento desta com o princípio da dignidade humana. Suas dimensões empíricas e suas

Companhia das Letras, 1997.

³⁵ GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Companhia das Letras: São Paulo, 2006.

³⁶ Ibidem, p. 44-51.

³⁷ RÜSEN, J. Formando a Consciência Histórica – por uma didática humanista da História. In.: BARCA; FRONZA; NECHI; SCHIMIDT (Org. e Trad.). **Humanismo e Didática da História**. W.A. Editores: Curitiba, 2015.

³⁸ Ibidem, p. 25.

normativas são universais. Ele inclui a unidade da humanidade, bem como sua manifestação de várias formas de vida e as mudanças culturais. Ele temporaliza a humanidade num conceito abrangente da história universal, dentro do qual toda forma de vida na sua individualidade é hermenêuticamente reconhecida. Politicamente, fundamenta a legitimidade da dominação e poder sob a égide dos direitos humanos e civis fundamentais. Compreende a subjetividade humana como um processo de auto cultivo, de acordo com a dignidade inerente de todos os seres humanos no espaço e no tempo. Portanto, o humanismo tem sempre um forte impacto didático.

A dignidade humana é, portanto, tratada por Rüsen, como um princípio desse Novo Humanismo, que se refere a uma percepção universal de identificar o *status* de humanidade das diferentes culturas, no passado e no presente, colocando uma orientação prática e política frente às injustiças e crimes contra a humanidade. Uma possível crítica à proposta do Novo Humanismo diz respeito à uniformização ou homogeneização das culturas. Diante disso, Rüsen afirma:

Não vejo qualquer alternativa voltada para uma uniformização, mas uma base comum para ser um ser humano inclui a reivindicação fundamental de ser reconhecido em sua individualidade pessoal e social. Um pensamento histórico que historiciza esta humanidade e, desta forma, traz a variedade de sua manifestação no espaço e no tempo e na dinâmica da mudança temporal para esta comunhão da humanidade.³⁹

No mesmo sentido, Lucas Nech, em tese desenvolvida para compreender o Novo Humanismo como princípio de sentido para a Didática da História, entende que “para Rüsen, o desenvolvimento dos povos é de caráter humano, da capacidade de reconhecer todos os seres humanos como pertencentes ao mesmo grupo.”⁴⁰

A partir dessas constatações, Rüsen coloca à Didática da História o desafio de construir uma aprendizagem histórica capaz de desenvolver nos estudantes a competência de perceber a humanidade como característica unificadora em todos os processos históricos, em diferentes contextos, mesmo naqueles em que a negação do caráter humano a determinados grupos foi a marca fundante, como nos eventos do Holocausto e da Escravidão. Essa percepção, segundo, o autor, pode gerar nos estudantes a capacidade da

³⁹ Ibidem, p. 41.

⁴⁰ NECHI, Lucas Pydd. **O Novo Humanismo como princípio da Didática da História: reflexões a partir da consciência histórica de jovens ingleses e brasileiros.** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

alteridade, de se colocar no lugar do outro, e de se entender enquanto parte desse todo maior que é a humanidade. Nesse sentido, o Novo Humanismo de Rüsen, desde a perspectiva da consciência histórica, é também uma orientação de futuro, que permite percebermos que a humanidade conferida a cada ser humano não é uma garantia, mas uma construção histórica e uma defesa no presente. Dessa forma,

A experiência histórica da desumanidade é uma provocação muito importante para os estudantes perceberem a historicidade da mais profunda convicção sobre o valor inerente da condição humana. O que eles pensam sobre o ser evidente acaba por ser resultado de um longo desenvolvimento histórico sem nenhuma garantia fixa para o futuro. É muito importante ensinar aos alunos que a atual-convicção-do-presente de que cada membro da raça humana é "humano" não é auto evidente no sentido específico de que ele ou ela tem um certo valor a ser reconhecido pelos outros.⁴¹

Assim, ao pensarmos a dignidade humana como princípio da Didática da História, orientamos nosso trabalho para o entendimento de uma alteridade fundada na universalidade do caráter humano, que deve estar articulada à defesa absoluta desse direito fundamental.

Se a História Vista de Baixo tem, como defende Sharpe, a função de fornecer um contraponto à História da elite, ela pode constituir uma abordagem mais ampla e democrática da compreensão histórica, ampliando os limites da História Tradicional, marcadamente política, oferecendo outras perspectivas sobre o passado.⁴² Esses aspectos são particularmente importantes para a construção da nossa dissertação e serão desenvolvidos ao longo desse primeiro capítulo ao apresentarmos a visão dominante sobre a História do Paraná e um contraponto possível que a História das comunidades quilombolas representa.

Outro aspecto tratado por Sharpe, contemplado na abordagem que propomos, diz respeito ao compromisso que a História Vista de Baixo estabelece com a ampliação do público, com a popularização do acesso ao conhecimento produzido por historiadores, proporcionando “um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham

⁴¹ RÜSEN, J. Formando a Consciência Histórica – por uma didática humanista da História. Op. cit., p. 38.

⁴² SHARPE, Jim. Op. cit, p. 53.

conhecimento da existência de sua história”⁴³. Assim, esperamos que o site Paraná Quilombola, que resultou desse trabalho de pesquisa, possa não apenas ampliar o conhecimento sobre a história dos negros e dos quilombolas do Paraná, mas torná-lo mais acessível para essas mesmas pessoas.

1.2. O Paraná Paranista

Essa seção trata de alguns aspectos do processo histórico do qual resultou o fato de negros e quilombolas no Paraná terem sido colocados na condição “de baixo”, como designou Thompson.

Entre meados do século XIX e início do século XX, o Paraná viveu um processo de modernização vinculado aos ideais republicanos mais gerais de progresso e cientificismo, que na província – depois estado – se caracterizava pela ascensão de famílias ligadas à produção da erva mate e às indústrias locais, que ganharam destaque no cenário político.⁴⁴ Várias transformações ocorreram também no âmbito artístico e intelectual, que começaram a promover a construção de uma identidade regional.

As expressões simbolistas dessa identidade, segundo Peters, podem ser identificadas em uma série de produções artísticas que foram formatando uma imagem idealizada do Paraná por meio dos seus símbolos. A autora cita como exemplos a bandeira do estado, que carrega a imagem da erva mate e do pinheiro, produzida por Manuel Correia de Freitas, em 1892; também as obras de João Ghelfi, João Turin e Lange de Morretes, que deram destaque a símbolos como os das “araucárias, pinhão, rostos de caboclos e a paisagem paranaense.”⁴⁵

Além da simbologia artística regionalista, que valorizava os elementos do território paranaense, a noção de modernidade – em contraposição àquilo que era considerado ultrapassado e monarquista – valeu-se da imagem de heróis nacionais ou regionais que faziam referência à promoção das ideias republicanas,

⁴³ Ibidem, p. 59.

⁴⁴ PETERS, Ana Paula. O movimento paranista. . In.: SCORTEGAGNA; REZENDE, Cláudio; TRICHES, Rita Inocência. (Org.) **Paraná espaço e memória: diversos olhares histórico-geográficos**. Curitiba: Editora Bagozzi, 2005, p. 258.

⁴⁵ Ibidem, p. 275.

como foi o caso de João Gualberto, morto em combate na Guerra do Contestado. O enaltecimento de Gualberto, para Peters, representa a defesa de um Paraná republicano e moderno e evidencia o esforço de construção da memória paranaense vinculada aos ideais paranistas. A autora explica que,

Nesse contexto, o primeiro herói paranaense foi o coronel João Gualberto, morto na Guerra do Contestado, cujo funeral se caracterizou como a maior festa cívica regional realizada até então (1912), mesmo existindo dúvidas a respeito do corpo a ser sepultado e do funeral acontecer mais de duas semanas após a sua morte.⁴⁶

Segundo Peters, o surgimento desse movimento regionalista foi influenciado pelo modelo republicano de descentralização política aos moldes federalistas. O fato de poucas cidades paranaenses destacarem-se nacionalmente impulsionou o fortalecimento de um discurso de exaltação regionalista, defende a autora.⁴⁷ Ela considera também que a produção de Romário Martins no que tange a uma definição étnica da identidade paranaense – para ele restrita aos europeus e indígenas – cumpriu papel importante nessa formatação de identidade. Romário Martins, “ativo na imprensa local desde a proclamação da República, da qual era ardoroso defensor, [...] era extremamente ligado ao pensamento positivista e ao Movimento Simbolista do qual foi colaborador.”⁴⁸ Podemos verificar o pensamento de Martins em uma das suas obras mais significativas, lançada em 1899, na qual discorre sobre os negros na formação do Brasil no seguinte trecho:

São tais os efeitos do cruzamento de mestiços de negro observados no Brasil, que se pode prever ainda para este século, o desaparecimento total dos seus restantes índices etiópicos na fisionomia da parte da população nacional que lhe é correspondente. Está assim o nosso país fazendo a sua evolução étnica e social muito mais rapidamente do que o fizeram quaisquer dos povos europeus e realizando muito mais perfeitamente a assimilação dos elementos bárbaros que entraram na formação das suas populações.⁴⁹

Percebemos, assim, a vinculação de Martins às orientações racistas, muito

⁴⁶ Ibidem, p. 261.

⁴⁷ Ibidem, p. 265.

⁴⁸ PEREIRA, Luis Fernando Lopes. . **Paranismo: cultura e imaginário do Paraná da I República**. Dissertação (Mestrado em História – UFPR). Curitiba, 1996, p. 74.

⁴⁹ MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 157.

fortes nacionalmente, desde o final do século XIX. Adentrando nas instituições, as teorias que defendiam a inferioridade dos negros em relação aos brancos orientou o ensino do Direito e da Medicina, coordenou a escrita da História por meio dos Institutos Históricos, estimulou a produção de teóricos que defendiam a conveniência do branqueamento da população por meio da imigração branca em massa e a eliminação da população negra.⁵⁰ Como muitos desses teóricos – entre eles Sílvia Romero – Martins fazia a nítida defesa da ideologia do branqueamento e a crença no progresso étnico promovido pela mestiçagem, associando as pessoas negras à barbárie e ao atraso. O autor, ao referir-se ao Paraná como “um dos três menores coeficientes [na porcentagem de sangue africano] dos Estados brasileiros”⁵¹, parece dizer com certo orgulho, considerando que “a população negra e mestiça de negro, nunca foi numerosa no Paraná”⁵².

Essa concepção, endossada por intelectuais e artistas, foi difundida institucionalmente pelo Instituto Histórico e Geográfico Paranaense (IHGPR), filiado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), cuja produção também se caracterizava por tratar a população negra do país de forma negativa. Em meio às discussões sobre a formação do Estado nacional do Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838, teve importantes ligações ideológicas para a constituição da ideia de nação brasileira concebida de maneira homogênea. Para Guimarães⁵³, Nação, Estado e Coroa eram pensados de forma unitária, enquanto herança ou continuidade do processo colonial e civilizatório. À constituição da nação está imbricada a delimitação e diferenciação do que não pertence a ela, o “outro” ou “estrangeiro”. Dessa forma, segundo o autor:

Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros.⁵⁴

⁵⁰ SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁵¹ MARTINS, Romário. Op. cit, p. 158.

⁵² Ibidem.

⁵³ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**. N. 1. Rio de Janeiro, 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935>>. Acesso em: julho de 2019.

⁵⁴ Ibidem, p. 07.

Para o autor, a historiografia empreendida pelo IHGB, nesse contexto, pretendia dar conta de duas tarefas: formular as origens da nação brasileira e inseri-la numa tradição de civilização e progresso, noções fundamentais do Iluminismo. Nesse sentido, o Brasil aparece como um desdobramento tropical da civilização europeia, um processo no qual não aparecem rupturas e privilegiam-se as continuidades sem conflito.

Seguindo o modelo do IHGB, o Instituto Histórico e Geográfico Paranaense teve um papel fundamental na difusão e legitimação dos ideais paranistas. O IHGPR foi fundado em 1900, “em meio às comemorações do quarto centenário do — descobrimento do Brasil — promovidas pelo Estado do Paraná”⁵⁵, e teve como principal fundador Romário Martins, pelo qual foi presidido durante 20 anos.

Segundo Santos⁵⁶, a principal obra de Romário Martins, *História do Paraná*, teve grande responsabilidade na construção da memória e da identidade oficiais do Estado, vinculados à concepção de história promovida e divulgada pelo IHGPR. A obra, que foi publicada inicialmente em 1899, dez anos após a proclamação da República, teve uma reedição em 1937, durante o governo Vargas, no qual se investiu grandemente na construção de um sentimento nacional; e foi reeditada novamente em 1953, ano do centenário da emancipação política do Paraná. As reedições nessas datas cívicas, segundo a autora, corroboram a interpretação que vincula o discurso paranista à identidade oficial do estado e a construção de uma certa “memória enquadrada”⁵⁷. Além disso, o número de reedições e o fato de essa obra ter servido de material oficial da História do Paraná nas escolas, nos permite compreender a amplitude e a duração desse discurso que apresenta “um projeto de modernidade das elites

⁵⁵ GONÇALVES JUNIOR, Ernando Brito. **O impresso como estratégia de intervenção social: educação e história na perspectiva de Dario Vellozo (1885-1937)**. Dissertação (Mestrado em Educação - UFPR). Curitiba, 2011, p. 80.

⁵⁶ SANTOS, Raiane C. Ramirez dos. Discursos identitários na obra *História do Paraná* de Romário Martins. In.: **XV Encontro Regional de História – Anpuh-Pr. Anais...** Curitiba, 2016.

⁵⁷ Michael Pollak identifica que a função das memórias coletivas, como a nacional, é a de salvaguardar, de forma organizada e seletiva, determinados acontecimentos e fatos do passado que permitam reforçar fronteiras e sentimentos de pertença entre vários grupos, com o fim de manter a coesão social. Nesse sentido, trabalha com o conceito de “memória enquadrada”, que, segundo ele, é mais adequado do que memória coletiva, pois pressupõe a existência de um trabalho de enquadramento. Ver mais em: POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos. Vol. 2, nº 3, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: agosto de 2019.

locais, centrada na ideia de um Paraná 'branco', que seria grande promessa para o futuro do Brasil.”⁵⁸

Como Romário Martins, também Wilson Martins, teve um importante papel nesse sentido. A obra *Um Brasil diferente*⁵⁹, publicada em 1955, tinha o objetivo de explicar que o Paraná era um fenômeno à parte do restante do Brasil, em razão de suas misturas étnicas singulares. Segundo Mendonça,

Para Martins, a formação social do Paraná não havia sido resultado da convivência entre índios, portugueses e negros, como ocorrera no ambiente social estudado por Gilberto Freyre. Isso porque, explicava Martins, a história do Paraná fora absolutamente diversa da história do restante do país; não porque ali a assimilação de elementos socialmente diversos não tivesse ocorrido, mas porque tal assimilação envolvera grupos distintos daqueles que interagiram em outras regiões, reunindo elementos de origem europeia: poloneses, italianos, austríacos, alemães, russos, ucranianos. Assim, embora a assimilação fosse elemento comum em relação a outros locais – como o nordeste açucareiro estudado por Freyre –, a imigração havia sido elemento de distinção de um processo histórico do qual resultara a formação social paranaense.⁶⁰

Nesse sentido, a tese de Wilson Martins diferencia-se da freyriana, de um Brasil mestiço, composto pela coexistência e mistura pacífica das três raças que comporiam o país. Mas destaca o Paraná como uma exceção à mestiçagem devido a ter recebido uma grande massa de imigrantes europeus e a uma suposta insignificância da escravidão negra nessas terras. O que tornaria o Estado, não uma democracia racial, mas num exemplo civilizacional branco, como podemos perceber nas palavras de Martins:

a escravidão foi insignificante na província e que, por isso mesmo, e também em virtude do povoamento por estrangeiros não portugueses, os negros pouco penetraram sexualmente na família paranaense. Há, pois, antes de mais nada, um elemento de fato que impediu quase totalmente a influência de hábitos ou de tendências africanas no Paraná. Seus traços culturais, como decorrência lógica, também não puderam impor-se e, ao contrário, desapareceram totalmente.⁶¹

⁵⁸ SANTOS, Op. Cit., p. 08.

⁵⁹ MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente**. Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

⁶⁰ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Revisitando a história da imigração e da colonização no Paraná provincial. In.: **Revista Antíteses**. V.8, n.16, p.204-226, jul./dez. 2015, p. 206. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/issue/view/1148/showToc>>. Acesso em: janeiro de 2020, p. 206.

⁶¹ MARTINS, Wilson. Op. Cit., p. 429.

Ao sedimentar a concepção de um Paraná branco, o Movimento Paranista contribuiu para excluir da História Oficial e do imaginário paranaense outros grupos sociais como indígenas e, principalmente, os negros.

Apresentaremos, na próxima seção, uma retomada de alguns dos principais estudos sobre escravidão no Paraná, que nos ajudam a questionar a ideia difundida pelo Movimento Paranista de que a presença negra foi insignificante no estado. Nesse sentido, nosso trabalho se configura como uma disputa de memória e contribui para compreender o Paraná como um estado mais diverso, um Paraná “visto de baixo”, que é também negro e quilombola.

1.3. A escravidão no Paraná

Como apresentamos na última seção, a narrativa paranista afirmava que a escravidão no Paraná foi insignificante e que, portanto, insignificantes também foram os desdobramentos do escravismo na construção do Estado. No entanto, embora tenha por muito tempo sido considerada de pouca relevância, a escravidão foi uma instituição importante na história do Paraná, e, em alguns casos, sua existência tem uma relação direta com o surgimento das comunidades quilombolas, como é o caso das comunidades Invernada Paiol de Telha, em Reserva do Iguaçu, Adelaide Maria Trindade Batista, em Palmas, e da Comunidade da Serra do Apon, em Castro, por exemplo.⁶²

Vários estudos dedicados ao estudo da escravidão no Paraná, entretanto, permitem confrontar essa ideia. Um deles foi publicado em 1962 por Octávio

⁶² É possível verificar essa relação nas seguintes publicações: BUTI, Rafael Palermo. **A-cerca do pertencimento: percursos da comunidade Invernada Paiol de Telha em um contexto de reivindicação de terras.** Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2009; ESTADO DO PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. **Terra e cidadania: terras e territórios quilombolas.** Grupo de Trabalho Clóvis Moura - relatório 2005-2008. Curitiba, PR: ITCG, 2008; GOMES, Josélia Maria Loyola de Oliveira. **A presença de escravos carmelitas na Fazenda Capão Alto, no Paraná:** questões historiográficas. Resgate - Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, v. 26, n.1 [35], p. 173-190, jan./jun. 2018; LIMA, Hellen Cris Leite de Lima. **A construção da memória coletiva na comunidade remanescente de quilombo Adelaide Maria da Trindade Batista (Palmas-PR).** Monografia (Licenciatura e Bacharelado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

Ianni⁶³, resultado de sua tese de doutorado, orientada por Florestan Fernandes, abordando a escravidão em Curitiba.

A obra de Ianni apresenta uma análise histórica da escravidão no Paraná, a partir da compreensão dos modos de produção econômicos que se desenvolveram na região com a utilização da mão de obra escravizada, buscando compreender as relações sociais imbricadas nesse processo, entre os dois grupos fundamentais que, segundo o autor, eram o senhor branco e o escravo negro.⁶⁴ Para construir sua interpretação, Ianni se utilizou da análise de vasta documentação histórica composta por documentos oficiais como termos de vereança, provimentos de ouvidores, relatórios dos presidentes provinciais, além de mapas, levantamentos estatísticos de produção e comércio, censos demográficos, relatos de viajantes, ensaios e monografias de historiadores, economistas, geógrafos, sociólogos, antropólogos.⁶⁵

O autor identifica que a ocupação do território de Curitiba e, de um modo geral, do Paraná se deu de maneira periférica em relação aos centros mais dinâmicos da economia colonial, nos quais a economia tinha como sustentação o regime escravista.⁶⁶ O surgimento e ocupação das vilas e cidades paranaenses, segundo Ianni, estiveram inicialmente, no século XVII, relacionados à expansão territorial provocada pelas atividades bandeirantes de apresamento de indígenas e busca do ouro que, quando encontrado na região de Paranaguá, mesmo que em pouca quantidade, mobilizou esforços e atraiu pessoas para o local. Após a diminuição da atividade aurífera, essa população deslocou-se para o planalto e voltou-se para a prática da pecuária e, posteriormente, da produção de erva-mate.⁶⁷ Para Ianni, essas transformações nas atividades econômicas de produção, transformam também a forma de organização social, mas mantém a base de exploração escravista, até a entrada massiva de imigrantes que substituíram a mão de obra escravizada, a partir da segunda metade do século

⁶³ IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo**: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional. Difusão Europeia do Livro: São Paulo, 1962.

⁶⁴ Ibidem, p. 134.

⁶⁵ Ibidem, p. 16.

⁶⁶ Ibidem, p. 36.

⁶⁷ Ibidem, p. 66.

XIX ⁶⁸.

O autor considera também que há uma relação de dependência e determinação entre o surgimento das vilas e cidades paranaenses, com a economia escravista mais geral, durante o período colonial e o monárquico, que fica ainda mais marcante com a abertura do Caminho das Tropas, no século XVIII. Segundo Ianni, “a economia e a sociedade dos Campos Gerais é um setor de uma economia pecuária mais ampla e vigorosa, perfeitamente integrada à economia colonial.”⁶⁹

Para Ianni, essas transformações nas atividades econômicas de produção, transformam também a forma de organização social das pessoas, mas mantém a base de exploração escravista, até a entrada massiva de imigrantes que substituíram a mão de obra escravizada, a partir da segunda metade do século XIX ⁷⁰. Um dos componentes centrais da obra de Ianni se refere à concepção de uma sociedade escravista extremamente hierarquizada e dividida em “castas”, que produziria, na concepção do autor, de um lado, o senhor branco, e, de outro, um processo de coisificação do escravo, alienado dele próprio, tornado mercadoria. Segundo ele, portanto,

o escravo, enquanto propriedade do senhor, está equiparado às *coisas*, “não tem personalidade, estado. É pois privado de toda a capacidade civil”, sendo objeto de todas as vicissitudes dos *semoventes*. Pode ser herdado, doado, penhorado, arrematado, vendido, alugado, permutado, etc.⁷¹

Essa condição do cativo, para o autor, do ponto de vista jurídico e econômico, se traduziria também nas relações sociais e culturais engendradas pela sociedade escravocrata, em que o escravo estaria em condições morais e psicológicas inferiores dado o estado de degradação que sofria sob o regime. Esse *status* social, segundo Ianni, seria ainda perceptível nas relações pós escravistas, quando o escravo se metamorfoseia em negro ou mulato livre:

Com as transformações da estrutura econômica, não se verificaram

⁶⁸ Ibidem, p. 111-2.

⁶⁹ Ibidem, p. 30.

⁷⁰ Ibidem, p. 111-2.

⁷¹ Ibidem, p. 142-3 (grifos do autor).

imediatamente modificações, no mesmo sentido, na estrutura social [...] os brancos transportaram consigo valores, padrões, ideais, técnicas de ajustamento e controle do comportamento etc específicos do mundo escravista em que se constituíram. Transportaram-se juntamente os ideais de mobilidade, as avaliações de posições e status, as técnicas de socialização etc. E nesse processo transferiu-se e preservou-se também a identificação do negro como membro da camada inferior, com o que foi escravo ou é seu descendente.⁷²

Embora as interpretações de Ianni sobre as relações de escravidão e a caracterização dos escravizados possa ser muito criticada – como foi por vários historiadores como Eduardo E. Pena que trataremos adiante –, ela demonstra que a escravidão foi a base da organização social e da produção econômica paranaense durante o século XIX, tanto nas várias atividades concernentes à criação e à comercialização do gado, como o cuidado e corte da carne, tratamento das pastagens e abertura de estradas, como nas atividades domésticas, agrícolas ou artesanais. Mesmo que em números inferiores aos verificados em centros econômicos mais dinâmicos, para o autor,

É preciso que se considere que nas comunidades em que o contingente de escravos foi pequeno, em termos absolutos, nem sempre isso significou um regime de castas menos caracterizado, ou fracamente estruturado. Em determinados casos, quando a economia não possibilita um amplo desenvolvimento da escravatura, como ocorre em Curitiba, verifica-se, a despeito disso, uma acentuada elaboração do regime escravista. Isto se explica principalmente pelo seguinte. De um lado, o que define o universo social como altamente impregnado de componentes de uma ordem escravista não é o número absoluto de escravos, mas o seu contingente relativo.⁷³

Também Sebastião Ferrarini⁷⁴ estudou a escravidão na região, analisando ampla documentação oficial e uma série de dados quantitativos, que permitiram descrever a estrutura escravista no Paraná. Como Ianni, ele também considera que o princípio da utilização de mão de obra escrava na região ocorreu em Paranaguá, para exploração do ouro, quando se fez o registro de construção de uma Casa de Fundação do final do século XVII.⁷⁵ O historiador apresenta uma série de dados demográficos que demonstram a vigência da escravidão na

⁷² Ibidem, p. 237.

⁷³ Ibidem, p. 09-10.

⁷⁴ FERRARINI, Sebastião. **A escravidão negra na província do Paraná**. Editora Lítero-técnica: Curitiba, 1971.

⁷⁵ Ibidem, p. 67-68.

região, entre eles um relatório de 1866, passada pouco mais de uma década da emancipação da província, que mostra que nela havia 11.596 escravos em um total de 99.087 habitantes.⁷⁶ Além disso, Ferrarini organiza vasta documentação acerca desses levantamentos populacionais nas duas décadas seguintes do século XIX, abrangendo classificações por idade, sexo, e área de atuação (trabalho urbano ou rural) dos escravizados paranaenses, bem como dados de casamentos, óbitos e nascimentos.⁷⁷

A obra contempla, ainda, documentação relativa a entrada e saída de escravos nos limites do Paraná, assim como os referentes aos números de receitas provenientes da compra, venda e impostos sobre o comércio negreiro na província, e enfatiza o fato desse comércio continuar acontecendo mesmo após a proibição do tráfico legal no Brasil.⁷⁸

O autor lamenta em vários trechos de sua obra o esquecimento dos monumentos que registram a construção do estado pela mão de obra negra escravizada. Segundo ele, construções como capelas, ruínas e a Casa de Fundação de Paranaguá, que eram marcas da contribuição negra, estavam abandonadas e desaparecendo diante da ausência de uma política de preservação, como demonstram os excertos:

No interior do Paraná, existem muitas capelas, igrejas do período colonial, atestando a fé de seu povo. Lamentável porém, que existem também apenas ruínas, das antigas matrizes de vilas e freguesias em fase de desaparecimento total, como é o caso da capela de Votuverava. Indiscutivelmente, a mão-de-obra do escravo negro, foi a base na construção do referido templo de oração, que cairá certamente no esquecimento.⁷⁹

[...]

Em todas as cidades e vilas da Província, indiscutivelmente o trabalho escravo deixou ali bem claro a presença de seu esforço e trabalho, para a grandeza do Paraná. Alguma coisa ainda se pode fazer para salvar as ruínas que atestam orgulhosamente o trabalho daquele que sem liberdade construiu a economia brasileira. [...] Na Província do Paraná, apesar de não ter possuído muitos escravos conforme os dados estatísticos, o seu trabalho está presente em muitas obras.⁸⁰

Nesse sentido, longe de negar a significância que a escravidão teve no

⁷⁶ Ibidem, p. 69.

⁷⁷ Ibidem, p. 71.

⁷⁸ Ibidem, p. 94-96.

⁷⁹ Ibidem, p. 71

⁸⁰ Ibidem, p. 87.

Estado, o autor destaca a sua importância na construção material registrada por inúmeros vestígios e documentos relativos território à história do Paraná.

Outra pesquisadora que se dedicou ao estudo da escravidão no Paraná foi Márcia Graf, que estudou o tema a partir da década de 1970, pesquisando listas de classificação de escravos para emancipação no final do século XIX.⁸¹ Analisando o número geral de escravizados registrados pelo censo e os alforriados, Graf demonstra que na Província, no fim do século XIX, ocorreu um processo de abolição lento e gradual⁸² Além disso, a autora apresenta minuciosamente dados da população escrava do período de 1873-86, abrangendo classificações por sexo – que revelam um relativo equilíbrio entre homens e mulheres –, idade, nas quais predomina a população jovem entre 10 e 39 anos e estado civil, com grande maioria de solteiros.⁸³

Horácio Gutierrez, a partir da década de 1980, dedicou-se também ao estudo da escravidão no Estado e desenvolveu pesquisas demográficas acerca do tráfico de africanos e a naturalidade dos escravizados, da produção econômica e estrutura da posse escravista no Paraná e sobre as características da família escrava. O autor identifica, por exemplo, que

A demografia dos escravos também mostra no Paraná peculiaridades interessantes. Diferentemente das economias de grande lavoura, como as voltadas à exportação de açúcar e café, a população escrava paranaense nesta época registrou padrões de crescimento endógenos, nos quais a reprodução natural teve uma importância bem maior que a compra de africanos.⁸⁴

Nesse sentido, houve, segundo ele, uma porcentagem muito maior de escravizados nascidos no Brasil do que africanos, durante a constituição do escravismo no Paraná, chegando aos índices de que “70% dos cativos transacionados foram crioulos (nascidos no Brasil), e 30% africanos”⁸⁵, em Castro, uma das vilas com maior percentual de população escrava da Província.

⁸¹ GRAF, Márcia Elisa de Campos. **População escrava da província do Paraná**, a partir das listas de classificação para emancipação 1873-1886. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1974.

⁸² Ibidem, p. 73.

⁸³ Ibidem, p. 74-82.

⁸⁴ GUTIERREZ, Horácio. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. In.: **História**, São Paulo, v. 25, n. 1, 2006, p. 114.

⁸⁵ Ibidem.

A partir dos levantamentos demográficos, o autor inferiu, portanto, que houve a predominância da constituição de famílias escravas e a geração de filhos no contexto paranaense no início do século XIX.

Eduardo Spiller Pena também desenvolveu um importante trabalho⁸⁶ a partir da análise de documentação judicial e processos criminais envolvendo escravizados, da Curitiba do século XIX, na qual identificou indícios que demonstraram a experiência escrava para além da imagem coisificada ou infantilizada do negro, como a recorrente na literatura de época e em alguns estudos históricos. O autor analisou uma série de processos policiais que mostram como, mesmo subordinados a uma condição violenta e subserviente, esses sujeitos escravizados encontravam possibilidades de intervirem e negociarem sua própria existência em situações e relações sociais com outros escravizados, pessoas livres e com as autoridades legais. O autor evidencia, através da documentação analisada, como havia uma distância relativa entre o que estava proibido pela lei e as práticas sociais efetivas, como o porte e utilização de armas pelos escravizados, ou a participação desses em festejos, momentos de lazer em bares e armazéns e até roubos. Estes atos passíveis de punição e multa foram tratados com certa normalidade e permissividade pelos juristas e autoridades policiais da época. No entanto, segundo Pena,

Embora estas “burlas” ocorressem com frequência, os escravistas jamais se propuseram a eliminar tais posturas, que cerceavam o cotidiano dos escravos. E isto pela simples razão de que a lei, mesmo se não fosse cumprida com rigor, estava ali à disposição dos senhores, com o objetivo de ser acionada em momentos emergenciais (como agitações ou revoltas), dando todo auxílio para uma imediata e eficaz coerção.⁸⁷

A partir dessas interpretações, Pena apresenta uma visão diferente sobre a realidade social vivenciada pelos escravizados, ao contrapor-se a uma concepção branda e harmoniosa da escravidão, mas também àquela que interpretou o escravo como um ser-mercadoria, totalmente condicionado à dominação e violência de um processo de coisificação. Assim, segundo o autor:

⁸⁶ PENA, Eduardo Spiller. **O jogo da face**: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

⁸⁷ Ibidem, p. 138.

Ao privilegiarmos essa busca, estamos, na verdade, indo além das leituras coisificantes e estigmatizadoras *sobre* o escravo, procurando desvendar a sua própria leitura e interpretação sobre os acontecimentos que o cercavam e ligavam diretamente ao senhor ou a autoridade policial e, por outro lado, percebendo que a criação e a recriação destas versões distintas sobre a experiência escrava eram inerentes ao jogo do conflito e das lutas sociais da escravidão.⁸⁸

Oferece-nos, dessa forma, uma visão que identifica os escravizados como sujeitos históricos que, mesmo diante de um contexto cruel de dominação e exploração do trabalho e dos próprios corpos, conseguiram encontrar meandros de atuação com alguma autonomia e negociação, que expressaram suas vivências, conhecimentos e culturas.

As análises de Eduardo Pena também são significativas pois contribuem com a caracterização do sistema escravista no Paraná, já iniciado por outros pesquisadores, como vimos. Para o autor, é possível identificar uma manutenção na estrutura da posse de escravos ao longo do século XIX que demonstra uma predominância de pequenas propriedades, com reduzido número de escravos. Os dados contidos no livro de classificação dos escravos do ano de 1875, abrangendo a Comarca de Curitiba, analisados pelo autor, corroboram a tese de expressiva maioria de pequenos plantéis escravistas, tanto em regiões mais urbanas da Comarca, quanto em localidades rurais, chegando ao índice de 83,1% dos senhores de escravo, na região de Votuverava.⁸⁹ De acordo com o autor, “a média de escravos por proprietário, para a Comarca em geral, ficou em 3,2.”⁹⁰, sendo que a maior parte dos proprietários detinha apenas um cativo.⁹¹ Nesse sentido, o autor explica que:

Apesar de já estar numa conjuntura de declínio, a distensão e o espalhamento do escravismo, representados por esta forte presença numérica dos pequenos senhores detentores da maior parcela dos escravos, demonstram ainda um enraizamento e alargamento da base de sustentação social e, até mesmo, política do regime.⁹²

A caracterização da escravidão no Paraná tendo como base a estruturação

⁸⁸ Ibidem, p. 88.

⁸⁹ Ibidem, p. 33.

⁹⁰ Ibidem, p. 32.

⁹¹ Ibidem, p. 36.

⁹² Ibidem, p. 40.

de pequenos plantéis, assim como destacado por outros autores, não significa, na interpretação de Pena, que o escravismo tenha tido pouca importância na região. Ao contrário, demonstra um alargamento das relações sociais e econômicas derivadas da instituição da escravidão. Assim,

A predominância de pequenos plantéis no Paraná, e em especial nos campos de Curitiba, não significa por outro lado, que o escravismo tenha sido débil ou frágil nessa região. Pelo contrário, a existência de muitos proprietários possuindo poucos escravos pode ter alargado a base de sustentação política e social dessa forma coercitiva de expropriação do trabalho. Seria sem dúvida mais difícil contestar o regime se o mesmo se encontrava espalhado, penetrando todos os poros do tecido social.⁹³

Além dos autores destacados nessa seção, há uma gama de pesquisas recentes sobre o tema.⁹⁴ Com esse breve apanhado, não tivemos a pretensão de esgotar toda a historiografia produzida sobre o assunto, mas sim mostrar não apenas a importância da escravidão na História do Paraná como também a relevância do tema para a produção historiográfica. Procuramos, com isso, estabelecer um contraponto à concepção predominante que, estabelecendo a centralidade da imigração e da participação dos imigrantes europeus na economia e na organização social, desconsideram a importância da população negra e da escravidão na História Local.

1.4. O quilombo em seus vários significados

A história dos quilombos pode ser estudada a partir de várias perspectivas, desde ao seu surgimento no século XVI até as chamadas comunidades remanescentes de quilombo da atualidade.

A relação entre a formação de quilombos e a resistência à escravidão é, no

⁹³ Ibidem, p. 31.

⁹⁴ Destacamos o trabalho de catalogação e organização documental realizada pelo Arquivo Público do Paraná com a publicação do Catálogo Seletivo de Documentos Referentes aos Africanos e Afrodescendentes Livres e Escravos, assim como o levantamento e registro da produção acadêmica sobre escravidão no Brasil meridional, empreendido no guia bibliográfico organizado por Regina Célia Lima Xavier, do qual também nos valem para buscar referências. ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Catálogo seletivo de documentos referentes aos africanos e afrodescendentes livres e escravos**. Curitiba, 2005. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=61>>. Acesso em agosto de 2020; XAVIER, Regina Célia Lima. **História da escravidão e da liberdade no Brasil Meridional**: guia bibliográfico. Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2007.

entanto, um aspecto que se insere nessas várias perspectivas. Ilka Boaventura Leite considera que a palavra quilombo

em sua etimologia bantu quer dizer acampamento guerreiro na floresta, foi popularizada no Brasil pela administração colonial, em suas leis, relatórios, atos e decretos, para se referir às unidades de apoio mútuo criadas pelos rebeldes ao sistema escravista e às suas reações, organizações e lutas pelo fim da escravidão no País.⁹⁵

Também de acordo com João Reis e Flávio Gomes⁹⁶, os quilombos estão ligados à história de resistência à escravidão. Formados por fugas de escravizados, eram uma das táticas de enfrentamento ao sistema escravista. Desde o século XVII, há relatos sobre a resistência quilombola, especialmente em Palmares, que tratam principalmente das formas utilizadas para combatê-la.⁹⁷ Esse aspecto é reforçado por José Arruti⁹⁸, ao afirmar que o quilombo nos documentos judiciais, durante a Colônia e o Império, é visto como alvo da repressão, sem qualquer preocupação com a definição sistemática desse objeto. Os debates teóricos sobre os quilombos e seus significados tiveram início na década de 1930, sob influência de Nina Rodrigues, com destaque para os estudos culturalistas de Arthur Ramos, Edison Carneiro e Roger Bastide, que interpretaram os quilombos como um espaço de resistência à aculturação europeia, pela realização de uma recriação da África no Brasil. Podemos perceber esse aspecto na análise que Nina Rodrigues faz da organização social e política do Quilombo dos Palmares, relacionando-a às formas organizativas africanas. Nas palavras do autor:

Crescia, todavia, a nação negra que, dando-se a mais e mais à agricultura, passou a estreitar com os vizinhos, a cujo respeito já se impunham pelo número, relações comerciais em que, como em África, os produtos extrativos se permutavam com artigos industriais, sobretudo armas e munições. [...] Como em geral nas cidades africanas, mesmo as mais importantes, as cidades de Palmares deviam ser verdadeiros agrupamentos de pequenas vilas, quarteirões ou distritos, em que raças,

⁹⁵ LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. *In.*: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, setembro-dezembro/2008, p. 965-977.

⁹⁶ REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 09.

⁹⁷ Ibidem, p. 11.

⁹⁸ ARRUTI, J. M. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru/São Paulo: Edusc, 2006, p. 71-72.

povos ou famílias diversas, regidas por leis e costumes diferentes, muitas vezes se associam ou confederam.⁹⁹

Essa concepção, Reis e Gomes chamam de “isolacionista” e “restauracionista”. Seria, dizem eles, “uma espécie de sociedade alternativa à sociedade escravocrata, onde todos seriam livres e possivelmente iguais, tal como teriam sido na África, uma África consideravelmente romantizada”.¹⁰⁰ Arruti considera que esses estudos da década de 1930 realizaram a primeira ressemantização do termo quilombo, relacionando-o à ideia de resistência cultural, bastante influenciados pelos trabalhos antropológicos e etnográficos¹⁰¹.

Segundo Reis e Gomes, a partir da década de 1950, junto aos movimentos de esquerda e movimentos negros, ampliou-se a realização dos estudos de viés marxista sobre a escravidão, principalmente com a chamada Escola Paulista, que reuniu autores como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni.¹⁰² Para esses estudiosos, era importante construir uma oposição ao mito da democracia racial e, ao fazerem isso, passaram a discutir o escravo como “coisa”, como mercadoria, enfatizando o papel desumanizador da escravidão. Cardoso destaca que a coisificação do escravo deriva das relações de violência que marcaram o sistema escravista:

A violência e a falta de respeito à pessoa do escravo reveladas pelo comportamento senhorial (que eram requisitos para o funcionamento do sistema de produção escravista) podiam efetivar-se e justificar-se diante dos mores senhoriais graças à reificação prévia do escravo: desde criança o senhor regulava suas expectativas considerando o escravo como um ser incapaz de vontade, objeto de toda sorte de caprichos e perversidades.¹⁰³

Na mesma época, Clóvis Moura e Décio Freitas, entre outros, destacaram

⁹⁹ RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro, 2010, p. 83-84. Disponível em: http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/RODRIGUES_Os_africanos_no_Brasil.pdf. Acesso: agosto de 2019.

¹⁰⁰ REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org). Op. cit., p. 12.

¹⁰¹ ARRUTI, J. M. **Quilombos**. Revista Universidad del Magdalena, 2008, p. 105. Disponível em: <http://revistas.unimagdalena.edu.co/index.php/jangwapana/article/view/48/44>. Acesso: agosto de 2018.

¹⁰² REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org). . Op. cit., p. 13.

¹⁰³ CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 143-144.

o papel da resistência escrava, analisando vários quilombos e revoltas.¹⁰⁴ Também sob orientação marxista, essa produção coloca o quilombamento como negação ao regime escravocrata, porém localizando-o numa fase anterior à luta de classes de fato, na qual a consciência de classe estaria mais desenvolvida, porque mais desenvolvidas seriam as forças produtivas da sociedade. Clóvis Moura afirma que à rebeldia escrava faltava ainda certa consciência, que só o momento histórico posterior poderia lhe conferir. Segundo ele,

É verdade que o escravo ao se rebelar contra a ordem que o subjuga, não possui elementos cognitivos capazes de fazê-lo um homem autoconsciente. Sua posição de membro de uma classe colocada como entrave ao desenvolvimento das forças produtivas, incapaz de dominar técnicas mais avançadas do que as rudimentares do seu labor rotineiro, jungido a um regime de trabalho que o insulava do processo dinâmico de modificações e aperfeiçoamentos técnicos, não podia ter elementos ideológicos capazes de transformá-lo na classe que, através das suas lutas, conseguiria o poder do Estado. A alienação que o envolvia, deixava-o como o peru no círculo de carvão. Tal papel estava destinado a outra classe social.¹⁰⁵

Para Reis e Gomes, esses autores não analisaram o quilombo como um processo histórico específico, com ações, relações sociais, econômicas e políticas próprias, mas a partir de uma interpretação única da realidade, baseada em supostas leis que regem as transformações sociais.¹⁰⁶ Arruti faz as mesmas críticas a essa produção, associando-a à segunda onda de ressemantizações que o quilombo sofreu ao longo do tempo:

O segundo plano de ressemantização do quilombo passaria pela sua vinculação à resistência política, servindo de modelo para se pensar a relação (potencial) entre classes populares e ordem dominante. Neles a referência à África é substituída pela referência ao Estado ou às estruturas de dominação de classe e o quilombo (em especial Palmares) serve para pensar as formas potencialmente revolucionárias de resistência popular.¹⁰⁷

Segundo Arruti¹⁰⁸, o terceiro plano de ressemantização é elaborado pelo

¹⁰⁴ REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org). Op. cit., p. 13-14.

¹⁰⁵ MOURA, Clóvis. **Rebeliões na senzala**, São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981, p. 14-15.

¹⁰⁶ REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org). Op. Cit., p. 14.

¹⁰⁷ ARRUTI, J. M. **Quilombos**. Op. Cit., p. 105-106.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 106-107.

movimento negro, a partir da década de 1970, ao elevar o quilombo a símbolo da luta negra no Brasil. Esse deslocamento ocorreu juntamente com a eleição da data de 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra, associando-a ao dia do assassinato de Zumbi dos Palmares. Nesse contexto, Arruti classifica como significativa a obra *O Quilombismo*, de Abdias do Nascimento, pois trata de alçar o quilombo a uma dimensão mais ampla, relacionando-o a toda forma e todo grupo de resistência negra, reforçando aspectos positivos de solidariedade e valorização da cultura negra. Inserido nos debates do pan-africanismo, Abdias do Nascimento encara Palmares como um exemplo a ser seguido pelos negros em diáspora, e Zumbi, como um grande herói, definido pelo autor como:

o último Rei dos Palmares; é celebrado na experiência pan-africana do Brasil como o nosso primeiro herói [...]. Não apenas Zumbi, mas todo povo heroico de Palmares devem ser reconhecidos e celebrados pelo pan-africanismo mundial como exemplo militante e fundador do próprio movimento pan-africanista.¹⁰⁹

Os estudos sobre quilombos das décadas de 1980 e 1990, para Reis e Gomes, ainda são influenciados pelo culturalismo ou pelo marxismo, ou dialogam com tais vertentes. Porém, segundo os autores, há uma atualização nessa reflexão mais recente, por meio da abordagem da historiografia da escravidão e da utilização de novas fontes que possibilitam ampliar a problematização sobre a história dos quilombos, considerando-os processos diversos no tempo e no espaço, levando em conta uma ampla gama de variações sociais, econômicas, ambientais, culturais.

Como Arruti¹¹⁰ considerou, os anos 1980 foram também o período de início dos estudos antropológicos sobre os quilombos e de elaboração do Artigo 68 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias¹¹¹), que versa sobre os direitos dos quilombolas ao seu território e que foi incorporado à Constituição de 1988. É esse artigo que inaugura a expressão “remanescentes das comunidades de quilombo”, como sujeito coletivo desse direito. Segundo o autor,

¹⁰⁹ NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980, p. 47.

¹¹⁰ ARRUTI, J. M. **Quilombos**. Op. Cit., p. 108.

¹¹¹ BRASIL. **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp>>. Acesso: janeiro de 2020.

O termo “remanescente” também introduz um diferencial importante com relação ao outro uso do termo “quilombo” presente na Constituição brasileira de 1988. Nele, o que está em jogo não são mais as “reminiscências” de antigos quilombos (documentos, restos de senzalas, locais emblemáticos como a Serra da Barriga etc.) dos artigos 215 e 216, mas “comunidades”, isto é, organizações sociais, grupos de pessoas que “estejam ocupando suas terras”. Mais do que isso, diz respeito, na prática, aos grupos que estejam se organizando politicamente para garantir esses direitos e, por isso, reivindicando tal denominação por parte do Estado.¹¹²

Arruti destaca, ainda, que quilombo é um conceito em disputa, seus vários significados históricos e contemporâneos têm implicações políticas, sociais, jurídicas que dependem da justeza dessa definição. Por isso, é um termo político, aberto e polissêmico, que interage com o presente e que, ao mesmo tempo, impõe, com o significado que se escolhe adotar, decorrências sobre esse tempo presente.¹¹³ No caso das comunidades de quilombo, Sônia Marques afirma:

Se de um lado, temos como característica as diferentes formas de convívio e organização, de outro, existem traços que podem ser considerados comuns e que se mantiveram e demarcaram: imposição da precariedade social, dificuldades de acesso às políticas públicas, situações de discriminação, educação em descompasso com a identidade social e expropriação da terra. [...] Neste contexto, a compreensão das construções identitárias se faz por meio do reconhecimento das práticas culturais que garantam as formas de reprodução da vida cotidiana.¹¹⁴

A identidade, nesse sentido, é um aspecto importante da constituição das comunidades quilombolas, pois, além de ser fundamental a todos os grupos sociais para se localizarem no mundo, demarcando suas fronteiras em relação aos que são diferentes, no caso dos quilombolas, implica o acesso a direitos sociais e territoriais. Identificamos, portanto, que o quilombo passou por alterações ao longo do tempo, tanto em relação às suas transformações internas em cada contexto histórico, mas também quanto às variadas interpretações historiográficas e/ou jurídicas realizadas. Atualmente, segue sendo tema de debates que buscaremos explicar na seção seguinte.

¹¹² ARRUTI, J. M. **Quilombos**. Op. Cit., p. 113.

¹¹³ Ibidem, p. 102

¹¹⁴ MARQUES, Sônia Maria dos Santos. Comunidades quilombolas e direitos sociais: modos de fazer, criar e viver. In: PORTO, Liliana; SALLES, Jefferson de Oliveira; MARQUES, Sônia Maria dos Santos. (Org.) **Memória dos povos do campo no Paraná**. Curitiba: ITCG, 2013, p. 42.

1.4. As Comunidades Quilombolas no contexto atual

Como vimos, nos anos 1980 o termo quilombo teve seu significado ampliado. Agregando os termos “remanescentes das comunidades”, a definição passou a considerar as diferenças entre elas, em cada região e contexto do Brasil. Também passou a levar em conta as especificidades culturais, sua localização, a situação relativa à demanda pela posse da terra. Outro aspecto marcante diz respeito à autodefinição, ou seja, a consideração de que a identidade deve ser atribuída pelo próprio grupo.

A autoidentificação ou autorreconhecimento é critério fundamental para a reivindicação de alguns direitos assegurados aos povos quilombolas. Isso porque o Artigo 68 do ADCT define que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”¹¹⁵ O Artigo 68 do ADCT é regulamentado pelo Decreto nº 4.887/03, no qual se definiram os critérios para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, do qual destacamos o seguinte trecho:

o
Art. 2º—Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.
§ 1º—Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.
§ 2º—São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.¹¹⁶

Segundo Duprat¹¹⁷, essa abertura legislativa a um direito coletivo à

¹¹⁵ BRASIL. **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)**. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68_.asp>. Acesso em: janeiro de 2020.

¹¹⁶ BRASIL. **Decreto nº 4.887**, de 20 de dezembro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm>. Acesso em: janeiro de 2020.

¹¹⁷ DUPRAT, Deborah. A convenção 169 da OIT e o direito à consulta prévia, livre e informada.

propriedade baseada na autoidentificação foi inaugurada pela Convenção 169, aprovada em 1989, durante a Conferência Internacional do Trabalho (em vigor no Brasil a partir de 2003) ao afirmar que a “autoidentificação como indígena ou tribal deverá ser considerada um critério para a definição dos grupos aos quais se aplicam as disposições da presente Convenção”.¹¹⁸ Apesar de não versar especificamente sobre os quilombolas, a Convenção 169 expõe dois aspectos importantes no debate jurídico, como defende a autora:

O primeiro é que tanto a definição de povos indígenas como a de povos tribais é bastante aberta, contentando-se com um único vetor: organização social, cultural, econômica e política que os distinga, total ou parcialmente, de outros setores da sociedade envolvente. E o segundo é que o elemento definatório central é a consciência da identidade pelo próprio grupo. Há aqui um efeito real e simbólico de dimensões impressionantes: devolvem-se aos diversos grupos as expressões com que foram cunhados pelo Estado nacional/colonial, para que delas se apropriem e as ressignifiquem.¹¹⁹

Nesse sentido, para Duprat, o formato jurídico baseado no Estado Nação que buscou homogeneizar as culturas sob a construção da identidade nacional, passa, a partir dos debates identitários do multiculturalismo, a reconhecer novas formas de organização social e de definição de território, como aprofundaremos adiante. Esse aspecto também está presente no Decreto nº. 6040/07¹²⁰, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, embora se refira aos povos tradicionais de forma ampla, definidos como

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando

Revista Culturas Jurídicas. Vol. 1, Núm. 1, 2014. p 71-72. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/culturasjuridicas_teste/article/view/22817>. Acesso em: janeiro de 2020.

¹¹⁸ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais** e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf>. Acesso: agosto de 2019.

¹¹⁹ DUPRAT. Op. Cit., p. 59-60.

¹²⁰ BRASIL. **Decreto nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm>. Acesso em: janeiro de 2020.

conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.¹²¹

O uso da expressão “remanescentes das comunidades de quilombos” tem relação com o processo recente de identificação dos territórios e conhecimento das formas de sociabilidade, cultura e produção da vida. Em uma via de mão dupla, a identificação das terras e o reconhecimento realizados por pesquisadores de fora, faz com que as próprias comunidades e seus sujeitos olhem para si, se reconstruam e se reinventem em relação ao outro. De igual maneira, essa conjuntura favoreceu que o fenômeno fosse repensado pela historiografia, como explica Mattos ao estudar as memórias da escravidão presentes em narrativas quilombolas no sudoeste cafeeiro:

As questões formuladas pela historiografia para a compreensão da escravidão negra nas Américas foram sempre determinadas por injunções sociais e políticas do mundo contemporâneo. De forma paralela, a construção de memórias coletivas se faz, necessariamente, como função de questões políticas e identitárias vividas no tempo presente.¹²²

Assim, a necessidade de se identificarem enquanto quilombolas provoca movimentos políticos e identitários nas comunidades relacionados ao seu modo de viver e suas memórias compartilhadas coletivamente. Ao mesmo tempo, a afirmação do autorreconhecimento pode assegurar a manutenção desse modo de vida e dessa identidade, para a qual o território é base fundamental da reprodução física, social, econômica e cultural da coletividade – seja sua origem advinda de doações de terras, compra das terras pelos próprios sujeitos, terras obtidas em troca da prestação de serviços, ou áreas ocupadas no processo de resistência ao sistema escravista.¹²³ Há exemplos, inclusive, em que o território é transitório, pois as comunidades se movimentam não apenas historicamente, mas também espacialmente, como é o caso da Comunidade Manoel Ciriaco, em Guaíra/PR, que se constituiu em deslocamento de Minas Gerais para o Paraná.¹²⁴

¹²¹ Ibidem.

¹²² MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativeiro**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 43

¹²³ MARQUES, Sônia Maria dos Santos. Op. Cit., p. 42-44.

¹²⁴ Para conhecer melhor a história da Comunidade Quilombola Manoel Ciriaco, ver: RIBEIRO, Dandara dos Santos Damas. **Comunidade Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos**:

Dessa forma, como considerou O'dwyer,

[...] o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos da ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também, não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogênea [...]. A identidade desses grupos também não se define pelo tamanho e número de membros, mas pelas experiências vividas e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e de continuidade, enquanto grupo.¹²⁵

Porém, até a conquista da legislação atual que permite a titulação das terras e o reconhecimento dessas comunidades, houve um longo e conflituoso percurso. Na retomada desse percurso histórico no qual se insere a legislação que prevê a titulação das terras das comunidades quilombolas pode ser inserida a Lei de Terras de 1850, que definiu que o domínio sobre a terra se faria pela propriedade privada e esta se configuraria pela compra¹²⁶. A aprovação dessa lei se insere em um contexto de transformações da sociedade brasileira, da recém independência política e no início do processo de transição da mão de obra escrava para o trabalho livre, concomitante à aprovação da Lei Eusébio de Queirós, que estabeleceu medidas visando a repressão do tráfico de africanos escravizados. A relação entre essas duas leis pode ser compreendida ao se pensar nos motivos fundamentais concernentes ao recém-formado Estado brasileiro, como explica Milano:

O primeiro deles, diz respeito à necessidade de redimensionar o lugar antes ocupado pelo escravo como “bem econômico”, administrando a imobilidade dos capitais gerada pelo fim do investimento no tráfico e substituindo sua função pela propriedade territorial. Em segundo lugar, a transição da força de trabalho escrava para mão de obra livre demandava a existência de fontes de financiamento que tornassem viáveis o empreendimento da imigração, e que poderiam ser obtidas com a venda das terras devolutas pertencentes à Coroa.¹²⁷

A questão fundiária no Brasil, do ponto de vista econômico, tem, portanto,

identidade e famílias negras em movimento. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social – UFPR). Curitiba, 2015.

¹²⁵ O'DWYER, Eliane Cantarino (Org). **Terra de quilombos**. ABA- Decânia CFCH/UFRJ, Rio de Janeiro, 1995, p. 01.

¹²⁶ BRASIL. **Lei de Terras de 1850**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso em: agosto de 2019.

¹²⁷ MILANO, Giovanna Bonilha. **Territórios, cultura e propriedade privada: direitos territoriais quilombolas no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Direito – UFPR). Curitiba, 2011, p. 45.

relação umbilical com as questões raciais imbricadas no processo da abolição da escravidão. Ao tornar a terra uma mercadoria, a Lei de Terras reforçou uma desigualdade já existente na sociedade daquele contexto e impôs aos territórios quilombolas, ocupados coletivamente mas não adquiridos por meio da compra, permanecerem em uma categoria de ilegalidade, tendo em vista que essas terras eram conceituadas como “terras devolutas”, consideradas formalmente inabitadas e, portanto, passíveis de desocupação por aqueles que as comprassem. Isso se evidencia pelo seu artigo 18, que define que

O Governo fica autorizado a mandar vir anualmente á custa do Thesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agricolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração publica, ou na formação de colonias nos logares em que estas mais convierem; tomando anticipadamente as medidas necessarias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem.¹²⁸

O tratamento legal de acesso à terra pelos imigrantes que vieram ocupar em grande medida a oferta de trabalho livre no pós-abolição foi gestado e facilitado pelo Estado brasileiro. Para Milano, embora se possa relativizar a eficiência da Lei de Terras quanto à sua aplicabilidade prática, é fato que ela formaliza uma exclusão de direito ao território aos povos tradicionais, como quilombolas e indígenas.¹²⁹ É importante destacar que desde a instauração da República até 1988, o Estado brasileiro não conferiu nenhum tipo de definição jurídica aos territórios quilombolas. De uma definição criminosa, durante o período colonial e imperial, os quilombos passam a ser desconsiderados, pela completa lacuna legal, como se simplesmente deixassem de existir no contexto pós-abolição:

a definição jurídica de quilombos em seus primórdios sempre enfatizou a ocupação coletiva e ilegal da terra. Isto se vê claramente desde o início, quando da resposta do Rei de Portugal à Consulta do Conselho Ultramarino, em 2 de dezembro de 1740, ao conceituar “quilombo” ou “mocambo” como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. [...] a Legislação republicana que se seguiu não contemplou qualquer redefinição de quilombos, formalmente extintos

¹²⁸ BRASIL. **Lei de Terras de 1850**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em: agosto de 2019.

¹²⁹ MILANO, Giovanna Bonilha. Op. Cit., p. 49.

com a Abolição em 1888.¹³⁰

Ou seja, mesmo que esses territórios continuassem existindo, do ponto de vista legal não havia nenhum termo que os referenciasse ou regulamentasse durante todo o período republicano até 1988. Percebemos, portanto, um grande descaso do Estado tanto com relação às políticas de reparação histórica da escravidão quanto no que diz respeito ao reconhecimento da existência dessas comunidades, o que contribuiu para a continuidade de um processo excludente e racializado, garantindo a manutenção de poderes e privilégios à população branca, em detrimento da população negra. Segundo Leite,

Nesse processo de dominação continuada, os descendentes dos africanos escravizados passam a operar por meio da dinâmica da territorialização étnica, modelo que, em algumas regiões mais do que em outras, consistia em posicionar as populações nativas, os africanos e seus descendentes, em e na relação com os imigrantes recém-chegados, reconfigurando-se ainda lógicas racialistas anteriormente implantadas.¹³¹

Durante a produção da chamada Constituição Cidadã de 1988, em um contexto pós-ditadura civil-militar, de reconstrução do Estado democrático e de grande articulação dos movimentos sociais, estiveram em pauta medidas que possibilitassem a superação das desigualdades sociais. Naquele contexto, os direitos das comunidades quilombolas foram levados à discussão e aprovados no citado Artigo 68 do ADCT, inaugurando o reconhecimento de direitos coletivos, inéditos na legislação brasileira. Segundo Leite, desde os anos de 1930 o movimento negro através da Frente Negra Brasileira vinha divulgando e mobilizando as experiências quilombolas para denunciar as variadas situações provocadas pelo racismo na sociedade brasileira. A autora explica que

Nos anos [...] 1980, o quilombo é levado à Assembleia Nacional Constituinte, no discurso dos militantes do Movimento Negro Unificado e de parlamentares como Abdias do Nascimento, para transformar-se em dispositivo jurídico capaz de promover a defesa e a efetiva entrada dos descendentes dos africanos na nova ordem jurídica da Nação.¹³²

¹³⁰ LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola... Op. Cit., p. 970.

¹³¹ Ibidem, p. 966.

¹³² Ibidem, p. 968.

Portanto, o direito aos territórios tradicionais baseados na autoidentificação e autorreconhecimento das comunidades é fruto de um conjunto de fatores, como a luta do movimento negro brasileiro, os inúmeros debates suscitados pelo centenário da Abolição, e do empenho de determinados parlamentares ligados aos movimentos, em uma conjuntura política favorável, que fez emergir o silenciamento histórico ao qual foi submetida essa parcela da população. De acordo com Milano,

A agitação da população, motivada pelas expectativas do momento político que se estava vivenciando, foi absorvida e mediada juridicamente pela possibilidade de apresentação das referidas emendas constitucionais, transferindo-se assim a luta política ao patamar de embate jurídico.¹³³

A pressão popular e a disputa parlamentar, como afirma a autora, formaram a conjunção necessária para a aprovação da emenda popular defendida pelo movimento negro e escrita pelo deputado Carlos Alberto Caó (PDT/RJ), que depois de reformulações e algumas modificações, efetivou-se no Artigo 68 do ADCT.¹³⁴

O histórico que acabamos de apresentar expõe uma trajetória de disputas que demandou a reparação histórica por parte do Estado brasileiro pelas dívidas da escravidão e de uma Abolição irresoluta, que manteve marginalizada boa parte da população negra do país. A Constituição de 1988 configurou-se como passo importante nessa reparação, embora ainda esteja longe de ser plenamente efetivada. Após a aprovação do Artigo 68 do ADCT, o processo de identificação das comunidades e titulação dos seus territórios iniciou-se apenas em 2003 e caminha a passos lentos, o que provoca até hoje conflitos e continua demonstrando a necessidade imperiosa de que essa história seja conhecida. Trata-se não só de uma disputa de memórias e narrativas, mas da relação entre essas com a cidadania e o exercício de direitos individuais e coletivos em nosso país.

Assim, o tema que escolhemos para tratar nessa dissertação, conecta-se com a História Pública num sentido que a essa vertente de abordagem é muito

¹³³ MILANO. Op. Cit., p. 69.

¹³⁴ Ibidem, p. 70-74.

cara: a inserção do historiador no debate público relacionado à definição de políticas públicas visando efeitos emancipatórios a populações desfavorecidas.¹³⁵ Concernente ao processo de identificação dos remanescentes de quilombos, abriram-se algumas questões especialmente por tratar-se de um sujeito coletivo de direitos, que não podem ser usufruídos de forma individual. É necessário, portanto ter uma mínima definição conceitual que habilite as comunidades a serem reconhecidas como tal e que garanta a aplicabilidade jurídica do Artigo 68. Nesse aspecto, que ainda é terreno de disputas semânticas e políticas, destacamos alguns pontos que serão expostos no item que segue.

1.5. Questões jurídicas e identitárias

A criação da categoria jurídica “remanescentes das comunidades dos quilombos” provocou contradições e inaugurou questões com relação a legislação, pois essas comunidades devem usufruir da posse da terra de forma coletiva, esse que é um direito, no sistema jurídico liberal clássico, essencialmente individual e privado. Nesse sentido, há uma subversão da lógica da propriedade privada da terra. Como afirma Milano,

Isso significa que o reconhecimento da propriedade definitiva a que se refere o texto constitucional deverá ser realizado invariavelmente em benefício da coletividade, considerando a forma comum de pertencimento e apropriação dos territórios que ocupam.¹³⁶

Dessa forma, abre-se uma nova perspectiva acerca dos direitos territoriais e do uso dos territórios e de formas diversas de organização social da vida. Duprat considera essa uma virada paradigmática que subverte a lógica do direito na medida em que

a relação indivíduo/terra/propriedade privada, até então a única por ele homologada, passa a conviver com a de coletividades/territórios/espacos de pertencimento. A primeira, de natureza individual, com o viés da apropriação econômica; a segunda, como *locus* étnico e cultural.¹³⁷

¹³⁵ Desenvolveremos melhor sobre o tema da História Publica no segundo capítulo.

¹³⁶ MILANO. Op. Cit., p. 80.

¹³⁷ DUPRAT, Deborah. **A convenção 169...** Op. Cit., p. 68.

Compreendida essa novidade jurídica, é importante constatar os inúmeros conflitos territoriais que essa concepção provoca ao ir de encontro com poderes agrários seculares no Brasil e questionar um formato de posse e propriedade da terra enraizado em desigualdades sociais bastante consolidadas como demonstramos anteriormente. Essa condição acarreta grande dificuldade e lentidão na titulação efetiva das comunidades.

Atualmente, no Brasil, existem 3447 comunidades reconhecidas pelo Estado brasileiro como remanescentes de quilombos, das quais 2790 são certificadas pela Fundação Cultural Palmares¹³⁸, instituição federal criada em 1988 e que desde 2003 é o órgão responsável pela emissão de certidões das comunidades remanescentes de quilombo no Brasil e por sua inscrição no cadastro geral, conforme o § 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887¹³⁹. A certidão permite às comunidades o acesso aos programas sociais do Governo Federal. Nesse mesmo decreto, ficou definido que ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) compete a tarefa de titular e demarcar os territórios das comunidades. Segundo relatório¹⁴⁰ do INCRA, relativo ao período de 2005 até 2018, foram tituladas apenas 124 comunidades em todo o Brasil.

Uma segunda questão fundamental para compreender o que significam as comunidades quilombolas atualmente é de natureza identitária, para a qual recorreremos aos debates inaugurados pelos estudos sobre etnicidade, dos quais Fredrik Barth é um dos principais formuladores. O autor critica a ideia de que grupos étnicos possam ser definidos por meio de fronteiras estáticas, cristalizadas, isoladas e preconcebidas e propõe a noção de etnicidade como um todo articulado e flexível, que se transforma historicamente, em que o fundamental diferenciador dos vários grupos está assentado nas variadas formas de organização social. Ao se contrapor a uma conceituação rígida de grupo étnico, Barth afirma que

¹³⁸ Segundo dados atualizados até julho de 2020 pela Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/TABELA-DE-CRQ-COMPLETA-QUADRO-GERAL-20-07-2020.pdf>>. Acesso: agosto de 2020.

¹³⁹ Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/decreto-4887-13.pdf>>. Acesso: agosto de 2020.

¹⁴⁰ INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Andamento dos Processos - Quadro Geral**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf>. Acesso em: janeiro de 2020.

O mais grave de tudo é que ela [a conceituação rígida do grupo étnico] nos induz a assumir que a manutenção das fronteiras não é problemática e decorre do isolamento implicados pelas características itemizadas acima: diferença racial, diferença cultural, separação social, e barreiras linguísticas, hostilidade espontânea e organizada.¹⁴¹

O autor questiona e classifica como simplista a ideia de que a diversidade cultural se mantém através do isolamento geográfico e social. Barth defende que as fronteiras étnicas se mantêm mesmo quando um indivíduo ou grupo se movimenta, interage, exclui ou incorpora determinados elementos. Da mesma maneira, essa interação pode ser a base da distinção étnica. Nas palavras do autor:

há relações estáveis, persistentes e frequentemente vitais que não apenas atravessam essas fronteiras como também muitas vezes baseiam-se precisamente na existência de status étnicos dicotomizados. [...] A interação desses sistemas não leva à sua destruição pela mudança e pela aculturação: as diferenças culturais podem persistir apesar do contato interétnico e da interdependência entre etnias.¹⁴²

Essa definição é importante para a compreensão das comunidades quilombolas, pois não se trata de um grupo étnico coeso e sem conflitos internos, tampouco podemos identificá-lo biologicamente ou unicamente pelo vetor racial, ou como um grupo que deva permanecer isolado e cristalizado sob o risco de deixar de ser quilombola. Ao contrário, as comunidades apresentam uma multiplicidade de configurações histórico-sociais que precisam ser analisadas caso a caso. Por isso o processo de autoidentificação é fundamental, pois permite às comunidades se reconhecerem e demandarem do poder público a partir de suas especificidades.

A questão identitária, levanta também uma discussão de interpretação semântica. O Artigo 68, ao adotar a expressão “comunidades de remanescentes dos quilombos”, definiu como aspecto central a “comunidade”, como sujeito de direito, como tratamos anteriormente. Porém, a utilização do termo

¹⁴¹ POUTIGNAT, Philippe; STREIFF_FERNART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p. 190.

¹⁴² BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, p. 26.

“remanescente” – que evoca a ideia de remanescência ao invés do sentido de reminiscência – traz à tona uma questão política. Nesse sentido, Milano considerou que:

enquanto esta última procura salvaguardar eventuais registros históricos dos processos de organização dos quilombos, a ideia de remanescentes vinculada aos direitos territoriais dirige-se à contemporaneidade.¹⁴³

Porém, mesmo a ideia de remanescentes de quilombo pode remeter a uma concepção de cultura fixada e inerte, como a criticada pelos estudos sobre etnicidade, pois nos impele a pensar nas comunidades atuais como aquilo que restou dos antigos quilombos, que já não podem existir pois não correspondem a um determinado conjunto cultural preconcebido. Além disso, segundo Leite, essa terminologia gerou uma série de problemas e questionamentos “principalmente porque a expressão não correspondia à autodenominação destes mesmos grupos, e por tratar-se de uma identidade ainda a ser politicamente construída.”¹⁴⁴ Assim, o processo de construção identitária coloca o risco de buscar encaixar as comunidades numa série de elementos predeterminados, como requisitos necessários para obter o atestado de comunidades quilombolas “autênticas”, “puras”, “tradicionais”. Como explica a autora, configura-se como “um etnicismo que produz guetificação ou a turistização das diferenças”¹⁴⁵

Sobre o conceito de “comunidades tradicionais” que também é recorrente nesse debate, Diegues identifica nas relações entre homem e natureza possíveis definições, relacionando-as aos modos de produção da vida, aos territórios e à adaptação das comunidades ao meio ambiente e ao meio social. Ainda que o autor não se refira especificamente às comunidades quilombolas – pois ele trata também da cultura camponesa, caiçara, indígena –, há aspectos em sua análise que nos ajudam a definir o sentido de comunidade. Segundo o autor,

Um elemento importante na relação entre populações tradicionais e a natureza é a noção de território que pode ser definido como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos

¹⁴³ MILANO. Op. Cit., p. 80.

¹⁴⁴ LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos**: questões conceituais e normativas. Etnográfica, Vol. IV (2), 2000, p. 341.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 350.

estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar.¹⁴⁶

A relação das comunidades tradicionais com o território é, muitas vezes, caracterizada por uma maior conservação ambiental e dos recursos naturais, em comparação com a forma de exploração capitalista predominante, embora marcada por interações com a mesma. Diegues explica que a forma de exploração e manejo dos recursos nos territórios de comunidades tradicionais é marcada por conhecimentos, tecnologias, religiosidades acumulados de maneira prática pela transmissão oral familiar ou comunitária. Historicamente preservados para garantir a subsistência das comunidades, os territórios tradicionais podem ser identificados como improdutivos sob a ótica da produção capitalista. Como afirma Diegues,

O território das sociedades tradicionais, distinto do das sociedades urbanas marcado por vazios aparentes (terras em pousio, áreas de estuário que são usadas para a pesca somente em algumas estações do ano) e tem levado autoridades da conservação a declará-lo parte das "unidades de conservação" porque "não é usado por ninguém". Aí reside, muitas vezes, parte dos conflitos existentes entre as sociedades tradicionais e as autoridades conservacionistas.¹⁴⁷

Essa é uma situação característica das comunidades da região do Vale do Ribeira, que sofrem com as dificuldades de acesso às estradas do Paraná, pois parte de seus territórios foi transformado em área de conservação no Parque das Lauráceas.¹⁴⁸ Para Diegues, essas concepções têm reforçado o que ele chama de “neomitos conservacionistas”, a ideia de que as áreas ambientais, para serem protegidas, não devem estar ocupadas por pessoas. Esse paradoxo, segundo o autor, provoca conflitos e tensiona as identidades das comunidades no sentido do autorreconhecimento e na defesa de determinados modos de vida considerados tradicionais.

É importante destacar, no entanto, que as culturas tradicionais não são estáticas, cristalizadas e que não existe nenhum tipo ideal puro que o conceito de

¹⁴⁶ DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Editora Hucitec: Nupab/USP, 2008, p. 85.

¹⁴⁷ Ibidem, 86.

¹⁴⁸ Ver: MOSCAL, Jandira dos Santos. **Territórios tradicionalmente ocupados: um retrato do entorno quilombola do Parque Estadual das Lauráceas no Vale do Ribeira-PR**. Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia. V. 7, n. 1, p. 139-159. Maringá, 2015.

tradicional pode nos fazer imaginar. Ao contrário, as comunidades estão em constante mudança, seja por elementos internos ou externos. Assim, Diegues adverte que

Algumas propostas para manter as populações tradicionais nas unidades de conservação partem do pressuposto equivocado de que elas devem manter seus padrões culturais imutáveis, sobretudo os que se referem ao uso dos recursos naturais. Outra vez, o mito da "floresta intocada" se reproduz na necessidade da intocabilidade cultural.¹⁴⁹

Diante dessas discussões, nos deparamos com uma grande dificuldade em definir as terminologias a serem adotadas nessa pesquisa, visto as variadas implicações políticas, jurídicas e teóricas decorrentes. Nesse sentido, consideramos importante trazer a compreensão que as próprias comunidades fazem sobre o debate identitário. Para isso, retomamos as formulações da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ, movimento social que representa as comunidades quilombolas nacionalmente. Essa instituição entende que a identidade está diretamente relacionada ao sentimento de pertencimento ao território e às formas de vida e de relações sociais próprias criadas nesse espaço:

A noção de identidade quilombola está estreitamente ligada à ideia de pertença. Essa perspectiva de pertencimento, que baliza os laços identitários nas comunidades e entre elas, parte de princípios que transcendem a consanguinidade e o parentesco, e vinculam-se a ideias tecidas sobre valores, costumes e lutas comuns, além da identidade fundada nas experiências compartilhadas de discriminação.¹⁵⁰

A partir das reflexões aqui esboçadas, consideramos que a ideia de remanescente não nos ajuda se entendemos as comunidades quilombolas como grupos dinâmicos, em constante transformação e com variedade cultural e ambiental expressivas. Por isso, ao longo do texto optamos por utilizar o termo “comunidades quilombolas”, sem o qualificativo “remanescentes”, pois consideramos que ele expressa o que em nosso entender é central no desdobramento político da definição: a ideia de um grupo reconhecido como

¹⁴⁹ DIEGUES, Antonio Carlos. Op. Cit., p. 98.

¹⁵⁰ COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS. **Quilombo? Quem somos nós?** Disponível em: <<http://conaq.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: agosto de 2019.

sujeito coletivo de direitos.

1.6. Comunidades Quilombolas no Paraná

No Paraná, as comunidades quilombolas foram por muito tempo absolutamente desconhecidas, em grande medida como resultado da narrativa que destacou a presença e atuação do imigrante europeu em detrimento das populações negra e indígena, aspectos a que já nos referimos anteriormente nesse texto.

Cassius Cruz¹⁵¹ registrou que movimentos reivindicatórios para valorizar a população negra na capital paranaense ocorreram desde a década de 1970, ligados à organização social da Igreja católica, que, para isso, mobilizava diversas ações culturais, políticas e formativas, entre elas, a Campanha da Fraternidade de 1988, cujo tema foi “Ouvi o clamor desse povo”.¹⁵² Segundo o autor, essas primeiras mobilizações em torno da questão étnico-racial impulsionaram o surgimento de várias organizações ao longo da década de 1990, como o Grupo Cultural Ka-naombo¹⁵³ e as pressões para a implementação da Lei nº 10639/03, que alterou o artigo 26A da Lei nº 9.394/06 (LDB), tornando obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. A partir da primeira década do século XXI, ocorreu no Paraná, como registrou Cruz, uma série de iniciativas de movimentos negros e governos que começaram a desvelar a história das comunidades quilombolas paranaenses. Um deles foi o Movimento de Apoio à Comunidade Negra da Invernada Paiol de Telha, criado na década de 1990; outro foi o processo de organização e resistência de comunidades quilombolas no Vale do Ribeira paulista. De acordo com o autor, esses movimentos foram fundamentais para que o processo de identificação e reconhecimento das

¹⁵¹ CRUZ, Cassius Marcelus. **Conjuntura quilombola no Paraná**. 2013. Disponível em: <<http://etnico.wordpress.com/2013/06/10/conjuntura-quilombola-no-parana/>>. Acesso: agosto de 2019.

¹⁵² CRUZ, Cassius Marcelus. **Trajetórias, lugares e encruzilhadas na construção da política de educação escolar quilombola no Paraná, no início do III milênio**. Dissertação (Mestrado em Educação – UFPR). Curitiba, 2012, p. 42.

¹⁵³ O Grupo Afro Cultural Ka-naombo foi fundado em 1991, com o objetivo de resgatar e divulgar a cultura negra, através da dança e teatro. É um grupo de base da Associação Cultural de Negritude e Ação Popular (ACNAP) e desenvolve um trabalho voltado ao atendimento de adultos, jovens, adolescentes e crianças da comunidade do Xapinhã no bairro Sítio Cercado em Curitiba.

comunidades quilombolas paranaenses se tornasse uma política estatal no Paraná, a partir de 2002.

Outro marco importante nessa conjuntura foi o Primeiro Encontro de Educadores/as Negros/as do Paraná (EENP), em novembro de 2004, pois trouxe à tona informações que mostraram um quadro das comunidades quilombolas que até então era desconhecido¹⁵⁴. Segundo informou depois o Grupo Clóvis Moura, durante o Primeiro EENP já se cogitava a existência de 10 comunidades quilombolas no Paraná. Esse encontro, iniciativa do Fórum de Entidades Negras com apoio do governo do estado, cobrou publicamente, do poder público, a efetiva implementação da Lei nº 10639/03, o que implicava identificar as comunidades existentes no Paraná, como podemos perceber no relato:

O debate havido no encontro criou uma grande expectativa nos educadores e junto às Secretarias da Educação, da Cultura e a Especial para Assuntos Estratégicos, que inicialmente trocando informações, se viram compelidas a conhecer tal realidade, cada qual sob seu enfoque. Na Secretaria da Educação, motivados principalmente, entre outros fatores, pela Lei 10639 de 09/01/03 que instituiu a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira no currículo do ensino fundamental; na Secretaria de Cultura o fato novo, um novo “Paraná da Gente”, agora também negro, e na Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos repercutindo em sua “Assessoria para Assuntos de Racismo, Xenofobia e outras formas Correlatas de Discriminação”.¹⁵⁵

Assim, é possível afirmar que, no Paraná, a partir do ano de 2004, o processo de reconhecimento das comunidades quilombolas passou a estar relacionado à construção de políticas públicas. Segundo Cruz, isso se deu através de uma incipiente política de Educação das Relações Étnico-raciais e ao Ensino de História de Cultura Afro-Brasileira e Africana, visto que, para os movimentos sociais negros que pautaram essa política, o levantamento era necessário para a reversão do processo de invisibilização negra e a identificação de seus territórios potencializaria a compreensão das especificidades culturais negras no estado.¹⁵⁶

¹⁵⁴ ESTADO DO PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. **Terra e cidadania:** terras e territórios quilombolas. Grupo de Trabalho Clóvis Moura - relatório 2005-2008. Curitiba, PR: ITCG, 2008. p. 18.

¹⁵⁵ Trecho extraído do texto de apresentação institucional do Grupo Clóvis Moura. Disponível em: <<http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>>. Acesso em: janeiro de 2020.

¹⁵⁶ CRUZ, Cassius Marcelus. **Trajetórias...** Op. Cit., p. 45.

Dessa articulação provocada pelo Primeiro EENP, iniciaram-se as visitas às comunidades e também os trabalhos de pesquisa do Grupo de Trabalho Clóvis Moura (GTCM)¹⁵⁷, fato que, na análise de Cruz, “marcou tanto a transferência da condução política do Levantamento, até então esboçado na Secretaria de Estadual de Educação e Esporte (SEED), quanto à redefinição de seu projeto e objetivos”¹⁵⁸, que ampliou a capacidade de abrangência de execução e de recursos do projeto.

O GTCM, que durou de 2005 até 2010, teve como objetivo realizar um levantamento das comunidades quilombolas existentes e identificar elementos referentes à educação, situação socioeconômica e possibilidade de autorreconhecimento. O levantamento das comunidades deixou, portanto, de ter como foco a questão educacional e se voltou para um diagnóstico com objetivo de articular as comunidades em torno de direitos e políticas públicas de forma mais ampla. Segundo Cruz, a identificação das comunidades aconteceu a partir de uma metodologia que reunia diversos órgãos municipais, incluindo escolas, visando a identificar a existência de famílias negras em cada região, que eram cadastradas e identificadas com dados de acesso à saúde, terra, educação e saneamento.¹⁵⁹

Além do levantamento e identificação das comunidades, coube ao GTCM a articulação para a efetivação das políticas públicas destinadas às comunidades, por meio do reconhecimento da Fundação Palmares. Foi através do trabalho desenvolvido pelo grupo que, em grande medida, hoje se tem um conhecimento muito maior e mais completo das comunidades quilombolas do Paraná.

Desse período, destacam-se alguns documentos importantes, que ampliaram o conhecimento sobre essas comunidades, como Terra e Cidadania:

¹⁵⁷ O Grupo de Trabalho Clóvis Moura foi instituído pela Resolução Conjunta 01/2005-SEED-SEEC-SEAE-SEMA-SECS e posteriormente ampliado com a participação de outras Secretarias e com prazos prorrogados pelas Resoluções Conjuntas 01/2006 e 01/2007-SEED-SEEC-SEAE-SEMA-SECS-SESU-SEAB-SEJU-SETI-SETP-PMPR e faz homenagem em seu nome ao intelectual e militante marxista Clóvis Steiger de Assis Moura (1925-2003), que dedicou grande parte de suas obras a entender a questão negra e quilombola no Brasil. Os resultados do GTCM, como o próprio grupo define, não se apresentam como um trabalho acadêmico, mas numa interlocução entre academia, políticas governamentais e militância negra e podem ser acessados em dois relatórios: (2005-2008) e (2005-2010). Disponível em <<http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>>. Acesso em: janeiro de 2020.

¹⁵⁸ CRUZ, Cassius Marcelus. **Trajetórias...** Op. Cit., p. 54.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 55-6.

terras e territórios quilombolas (Grupo de trabalho Clóvis Moura – Relatório 2005-2008)¹⁶⁰; Relatório do Grupo de trabalho Clóvis Moura (2005-2010)¹⁶¹ - esse último, complementar ao primeiro; Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil (2010)¹⁶² e Educação escolar quilombola: pilões, peneiras e conhecimento escolar (2010)¹⁶³. Além do Grupo de Trabalho Clóvis Moura, outras importantes iniciativas contribuíram no processo de identificação das comunidades paranaenses, das quais vale destacar o convênio firmado entre a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e o INCRA, no ano de 2006, intitulado “Direito à terra e comunidades quilombolas no Paraná: realização de estudos históricos e antropológicos”¹⁶⁴, projeto que resultou na elaboração dos Relatórios Antropológicos das comunidades relatórios antropológicos circunstanciados das comunidades Paiol de Telha, João Surá, Água Morna, Mamãs e Serra do Apon.

Atualmente, existem 38 comunidades quilombolas no Paraná com certidão de autorreconhecimento emitida pela Fundação Cultural Palmares, sendo que apenas 01 delas está parcialmente titulada, como exposto no quadro abaixo¹⁶⁵.

QUADRO 1 - COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO PARANÁ POR MUNICÍPIOS

Município	Comunidades Quilombolas
-----------	-------------------------

¹⁶⁰ ESTADO DO PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. **Terra e cidadania:** terras e territórios quilombolas. Grupo de Trabalho Clóvis Moura - relatório 2005-2008. Curitiba, PR: ITCG, 2008. Disponível em: <<http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/arquivos/File/Relat20052008ITC.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2020.

¹⁶¹ ESTADO DO PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. **Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura:** 2005-2010. Curitiba: ITCG, 2010. Disponível em: <<http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/arquivos/File/relatoriofinal2005a2010.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2020.

¹⁶² Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com.br/fasciculos/quilombolas-do-sul/>> Acesso em: janeiro de 2020.

¹⁶³ PARANÁ. **Educação escolar quilombola:** pilões, peneiras e conhecimento escolar. Curitiba: SEED, 2010. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/cadernos_tematicos_educacao_escolar_quilombola.pdf>. Acesso em: janeiro de 2020.

¹⁶⁴ Os documentos do convênio podem ser acessados no endereço disponível em: <<https://docs.ufpr.br/~lgeraldo/quilombo2.html>>. Acesso: janeiro de 2021.

¹⁶⁵ Segundo dados atualizados pela Portaria nº 118/2020, de 20/07/2020, divulgados pela Fundação Palmares. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso: outubro de 2020.

Adrianópolis	João Surá
	Praia do Peixe
	Porto Velho
	Sete Barras
	Córrego do Franco
	Córrego das Moças
	São João
	Estreitinho
	Três Canais
Arapoti	Família Xavier
Bocaiuva do Sul	Areia Branca
Campo Largo	Palmital dos Pretos
Candoi	Despraiado
	Vila São Tomé
	Cavernoso
Castro	Limitão
	Mamãs
	Serra do Apon
	Tronco
Curiúva	Água Morna
	Guajuvira
Doutor Ulisses	Varzeão
Guairá	Manuel Ciriaco dos Santos
Guaraqueçaba	Batuva
	Rio Verde
Ivaí	Rio do Meio
	São Roque
Lapa	Restinga
	Feixo
	Vila Esperança de Mariental
Ponta Grossa	Sutil
	Santa Cruz
Palmas	Adelaide Maria da Trindade Batista
	Castorina Maria da Conceição
	Tobias Ferreira
Reserva do Iguaçu	Invernada Paiol de Telha (titulada)
São Miguel do Iguaçu	Apepu
Turvo	Campina dos Morenos

FONTE: Adaptada da Fundação Cultural Palmares. Disponível em:

<http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em janeiro de 2020.

O autorreconhecimento é o processo pelo qual a comunidade quilombola se reconhece enquanto grupo étnico, que compartilha tradições, histórias e culturas que se relacionam a determinada base territorial. A autodeterminação, ancorada na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)¹⁶⁶, é o que garante às comunidades acessarem políticas sociais dirigidas à população quilombola, que tem como eixos: acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local e direitos e cidadanias. Todas essas políticas são vinculadas ao Programa Brasil Quilombola, criado em 2004 e coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.¹⁶⁷

A certidão é emitida pela Fundação Palmares a partir da solicitação das comunidades, que devem enviar ata de reunião ou assembleia sobre a autodeclaração, um breve histórico da comunidade e o requerimento da certificação, tendo como critério fundamental a autodeterminação. Com a certidão de reconhecimento, as comunidades são inseridas no cadastro geral e podem requerer a efetivação das políticas públicas, como a titulação coletiva da terra, por exemplo. A titulação é realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (em terras nacionais ou particulares) ou por órgãos estaduais com legislação específica (em terras de domínio estadual ou municipal) após a realização de um Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), conforme o Decreto 4887/2003.¹⁶⁸

As comunidades quilombolas paranaenses, em suas diversas configurações sociais e históricas, conformam o tema que pretendemos contemplar na abordagem didática e pública elaborada por meio do site Paraná Quilombola. Assim, esperamos que esse trabalho se insira tanto no campo do Ensino da História quanto da História Pública, em relação aos quais trataremos no capítulo seguinte.

¹⁶⁶ Consolidada no Brasil pelo seguinte decreto: BRASIL. **Decreto nº 10.088**, de 05 de novembro de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art5>. Acesso em: janeiro de 2020.

¹⁶⁷ Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/igualdade-racial/artigos-igualdade-racial/programa-brasil-quilombola>>. Acesso em: agosto de 2019.

¹⁶⁸ BRASIL. **Decreto 4887/2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm>. Acesso em: agosto de 2019.

2 – HISTÓRIA PÚBLICA E ENSINO DE HISTÓRIA EM TEMPOS DIGITAIS: RELAÇÕES ENTRE PRESENTE E PASSADO

Porque definimos que o produto didático de nossa pesquisa seria apresentado no formato de um *site*, este capítulo visa tratar de aspectos relacionados à presença das tecnologias digitais em nossa sociedade e, especificamente no Ensino de História. Entendemos que as relações sociais são permeadas e se transformam por esse contexto. Para isso, apresentamos alguns debates historiográficos acerca dos conceitos de “aceleração” e “presentismo”, para refletir sobre a possibilidade de o resultado dessa pesquisa se configurar como um possível “lugar de memória”.

O contexto presentista e globalizante que vivemos, no qual as informações surgem, circulam e são armazenadas de maneira rápida e intensa provocando mudanças no âmbito do Ensino de História, sobre as formas de aprendizado, na relação entre professor-aluno, entre outras. É a partir dessas questões que podemos pensar o *site* que construímos como uma experiência de História Pública digital, voltada para o ensino, campo que debatemos ao final do capítulo e nos permite levantar questões sobre a divulgação do conhecimento histórico e o papel dos historiadores nesse processo.

2.1. Tecnologia e sociedade

Vivemos num contexto de intenso contato com as tecnologias digitais, em que vários aspectos da vida prática são transformados cotidianamente, em busca de mais rapidez, mais praticidade, mais armazenamento de informações, que são compartilhadas em grande velocidade e volume, em qualquer parte do mundo e de maneira simultânea onde haja acesso a *internet*. A divulgação e o uso das novas tecnologias – as tecnologias da informação e comunicação (TIC) ou tecnologias digitais da informação e comunicação (TIDC) – são cada vez maiores nessa sociedade. A disseminação dessas mídias, desde a televisão até os computadores e *smartphones*, implica mudanças substantivas na organização social e nas relações pessoais e institucionais.¹⁶⁹

¹⁶⁹ KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas:

Para Lévy¹⁷⁰, esse conjunto de transformações tecnológicas, especialmente as vivenciadas a partir da segunda metade do século XX, realizam modificações sociais e culturais, que envolvem o desenvolvimento da tecnologia e a cultura de forma mútua. Nesse sentido, o autor critica a ideia de que as tecnologias provocariam algum tipo de “impacto” sobre a sociedade, como algo externo à produção social, mas compreende que as mesmas são fruto de uma construção histórica. Assim,

Mesmo supondo que realmente existam três entidades – técnica, cultura e sociedade –, em vez de enfatizar o impacto das tecnologias, poderíamos igualmente, pensar que as tecnologias são produto de uma sociedade e de uma cultura. [...] As verdadeiras relações, portanto, não são criadas entre “a” tecnologia (que seria a ordem da causa) e “a” cultura (que sofreria os efeitos), mas sim entre um grande número de atores humanos que inventam, produzem, utilizam e interpretam de diferentes formas as técnicas.¹⁷¹

Dessa relação entre desenvolvimento técnico e a cultura de uma sociedade é que surge a cibercultura, que pode ser definida como a expressão social das relações humanas no tempo da tecnologia digital e informática. Lévy analisa a cibercultura de maneira bastante otimista e positiva, considerando que as novas tecnologias digitais possibilitam superar barreiras espaciais e promover uma cultura universal de compartilhamentos, na qual a comunicação não acontece de forma fixa (como em um texto acabado), mas de maneira semelhante às sociedades orais, com dinâmica de co-presença, em que os significados são transformados permanentemente. O autor confronta os limites de um texto fixado, acabado e limitado pelo papel, “com um documento dinâmico, aberto, ubiqüitário, que reenviava a um corpus praticamente infinito.”¹⁷²

Do ponto de vista educacional, Lévy é grande entusiasta das transformações possibilitadas pelas novas tecnologias, especialmente no que se refere à educação a distância e à autonomia do processo de construção do conhecimento por parte do estudante. Consideramos que esse autor chega a secundarizar o papel do professor inserido na cibercultura, ao classificá-lo como

Papirus, 2008, p. 59-60.

¹⁷⁰ LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

¹⁷¹ Ibidem, p. 23.

¹⁷² Ibidem, p. 159.

um “animador da inteligência coletiva”¹⁷³, mais do que um agente portador de determinado saber a ser compartilhado. O autor acredita que o desenvolvimento da cultura em rede possibilita um amplo compartilhamento do conhecimento, com a criação de diversas “árvores do conhecimento”¹⁷⁴ através das quais cada cidadão ou estudante poderia expor sua trajetória acadêmica e/ou profissional de maneira dinâmica e interativa.

É necessário fazer uma ressalva temporal sobre essas contribuições – embora muitas conceituações sobre a cibercultura permaneçam atuais – pois Lévy publica a primeira edição de *Cibercultura* em 1997, na França, sendo traduzido para o português em 1999. Hoje conseguimos ter uma avaliação mais complexa da relação da tecnologia com a educação. Especialmente sobre qual deve ser o papel do professor nesse processo, esboçamos algumas questões adiante. Além disso, uma série de outras ferramentas tecnológicas surgiu nesses últimos vinte anos, que impõem novos desafios a esse debate.

Ainda sobre a conceituação de cibercultura, Lemos¹⁷⁵ também oferece algumas contribuições importantes. Para explicar o surgimento da cibercultura, o autor propõe pensarmos a relação social com o desenvolvimento tecnológico em três momentos¹⁷⁶: a indiferença, localizada até a Idade Média; o conforto, relativo à Modernidade; e a fase da ubiquidade, referente ao período da Pós-Modernidade. A fase da indiferença reporta-se a uma relação com a técnica que não é separada da vida cultural e social, pois esta está imersa e misturada com as outras dimensões da realidade, como a arte, a religião, a ciência e o mito. A fase do conforto refere-se a um maior controle, exploração e transformação da natureza. É quando ocorre a substituição da religião pela ciência no domínio do conhecimento, é o tempo do progresso e do racionalismo. Se a modernidade estava voltada para o futuro, a última fase, da ubiquidade, é dominada pela força do presente e surge com a tecnologia digital. Lemos afirma que:

Essa última fase é a fase da ubiquidade, a fase da simulação, a fase da cibercultura. As ideologias da modernidade perdem forças e são

¹⁷³ Ibidem, p. 158.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 177.

¹⁷⁵ LEMOS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 6 ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.

¹⁷⁶ Ibidem, p. 53.

substituídas pela ênfase no presente, numa sociedade cada vez mais refratária às falas futuristas, cada vez mais submergida em jogos de linguagem.¹⁷⁷

É diante desses tensionamentos entre as percepções de passado, presente e futuro que retomamos o que Lemos¹⁷⁸ conceituou como a fase da ubiquidade, dominada pela irrefutabilidade do presente e que é potencializada pelo desenvolvimento das tecnologias digitais que tornam nossas vivências ainda mais simultâneas e concomitantes. Nesse contexto, o autor ainda divide o desenvolvimento da cibercultura em quatro fases. A primeira, localizada entre a década de 1940 e 1960, relaciona-se com a área da cibernética e as inovações tecnológicas de comunicação de massa, como o rádio, a televisão e o telefone. O segundo momento dá-se de 1960 a 1970 e refere-se ao desenvolvimento dos minicomputadores projetados em pesquisas universitárias e militares, ainda precursores da informática. A terceira fase compreende a década de 1970 e 1980, quando surgem os computadores, no formato PC (*personal computer*). Por fim, da década de 1980 até o início dos anos 2000 (a edição do livro de Lemos foi feita em 2002), vivenciamos a popularização da cibercultura.¹⁷⁹

A cibercultura, para Lemos, é um fenômeno social que nasce com a microinformática em contraposição aos computadores PC – que eram enormes e vinculados a objetivos militares, em sistemas centralizados – propondo uma tecnologia interativa, conectada e mais democrática. Nesse sentido, o autor defende que a cibercultura não é apenas um conjunto de inovações técnicas, mas se relaciona com uma série de questões sociais vinculadas a ampliação do acesso e divulgação da informação. Assim,

a cibercultura, com a microinformática, torna-se mais que o desenvolvimento linear da lógica cibernética, surgindo como uma espécie de movimento social. [...] A microinformática, base da cibercultura, é fruto de uma apropriação social. Como sabemos, a sociedade não é passiva à inovação tecnológica, sendo o nascimento da microinformática um caso exemplar, mostrando a apropriação social das tecnologias para além de uma funcionalidade econômica ou eficiência técnica. Essa prática estabelece-se como um duplo movimento de dominação e apropriação simbólica.¹⁸⁰

¹⁷⁷ Ibidem, p. 54.

¹⁷⁸ Ibidem.

¹⁷⁹ Ibidem p. 100-1.

¹⁸⁰ Ibidem, p. 104.

Lemos pondera, no entanto, que mesmo diante das apropriações e contravenções, o universo digital ainda está inserido em um contexto de inúmeras desigualdades e contradições, como a falta de acesso às ferramentas ou ao conhecimento necessário para utilizá-las, por exemplo. Sobre essa questão, o autor aponta que as relações entre tecnologia e sociedade podem se dar a partir de incidências de nível estratégico, desenvolvidas pelo Estado e grandes empresas; de nível retórico, vinculadas por representações através da publicidade e da mídia; e, por fim, de nível tático, “o nível dos usos cotidianos, das práticas minuciosas e anônimas que rejeitam e transformam a lógica funcional imposta pelos dois outros níveis”.¹⁸¹ Nos parece que é no âmbito tático que se apresentam as brechas de aproveitamento democrático dentro da cibercultura; aquelas que permitem a interação, a discussão, a divulgação do conhecimento, que nos interessam nessa pesquisa.

Uma discussão menos otimista acerca das implicações sociais das novas tecnologias é apresentada por Maldonado¹⁸² que adverte sobre os interesses econômicos liberalizantes associados ao desenvolvimento tecnológico e afirma ser uma ingenuidade acreditar que a difusão das mesmas provoque, sozinha, a determinação de uma sociedade mais democrática. O autor ajuda a relativizar, portanto, uma suposta via de superação das desigualdades sociais e da exclusão de debates públicos unicamente através do desenvolvimento técnico, como se a tecnologia, em si, gerasse uma situação democrática. Segundo ele,

a liberdade de acesso à internet a *tudo* e a *todos* torna-se ilusória. É também ilusório supor que essa liberdade constitua, em si mesma, uma espécie de via privilegiada de participação democrática global.¹⁸³

Maldonado, no entanto, não nega as possibilidades de ampliação e democratização da informação, do conhecimento e da participação política, mas defende que isso deve estar vinculado com o domínio de certos debates prévios a utilização das ferramentas tecnológicas. O autor observa, por exemplo, que existem inumeráveis endereços eletrônicos com conteúdo educativo e formativo,

¹⁸¹ Ibidem, p. 105.

¹⁸² MALDONADO, Tomás. **Cultura, sociedade e técnica**. São Paulo: Blucher, 2012.

¹⁸³ Ibidem, p. 20-21.

mas eles só serão pesquisados por aqueles que estiverem dentro dessa área de interesse. Da mesma forma, os canais de participação virtuais, promovidos pela administração pública, só poderão ser efetivos se houver uma ampliação da cultura democrática e participativa.¹⁸⁴

Diante das análises que acompanhamos, podemos identificar que a cibercultura é um fenômeno que transforma radicalmente as formas como nos relacionamos em sociedade, engendrando uma infinidade de possibilidades positivas para a ampliação e difusão de informações e conhecimentos. Porém, as novidades técnicas não resolvem sozinhas todas as questões relativas à democratização desses conhecimentos. No âmbito específico da educação e do Ensino de História, elas devem ser orientadas pela reflexão teórica e intencionalidade, e ainda estar vinculadas às práticas formativas cotidianas, seja no ambiente da escola ou no contexto social mais amplo. Essas reflexões são fundamentais para compreendermos as possibilidades e os limites dessa pesquisa, que aponta os usos das tecnologias digitais como uma ferramenta importante no sentido de objetivar um maior diálogo da população com os documentos históricos.

2.2. O presente como lugar de lembrar

A rapidez, a intensidade e a ubiquidade da sociedade digital que analisamos sob a ótica da cibercultura, também é interpretada por alguns historiadores e filósofos da história, que buscam compreender como esse contexto provoca modificações na forma como nos relacionamos com o tempo e como agenciamos socialmente passado, presente e futuro.

Sobre esse aspecto é interessante retomar as contribuições de Koselleck acerca do conceito de “aceleração”¹⁸⁵. O autor identifica um processo de desnaturalização do tempo e uma percepção cada vez mais acelerada da experiência humana na passagem do tempo a partir do contexto das Revoluções Francesa e Industrial, que se mostram como “um indicador de uma história

¹⁸⁴ Ibidem, p. 25-27.

¹⁸⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre a história. Editora Contraponto: PUC-Rio: Rio de Janeiro, 2014.

especificamente moderna.”¹⁸⁶ Segundo ele, a Revolução Industrial e seu desenvolvimento técnico propiciaram um conjunto de novas tecnologias que alteraram a percepção naturalizada do tempo que se tinha até então. Símbolos disso, para Koselleck, são a disciplinarização e racionalização do tempo do trabalho e da organização da vida humana com a difusão do relógio mecânico e sua popularização que, a partir do século XVII, começa a marcar até os segundos e a locomotiva que permitiu superar as barreiras naturais e realizar um deslocamento muito mais rápido.¹⁸⁷

O desenvolvimento industrial descrito e analisado por Koselleck provocou, segundo ele, um processo de aceleração *na* história jamais vivenciado até então, o que foi responsável por produzir novas percepções e relações com e no tempo. Assim,

Mudança, *mutatio rerum*, pode ser constatada em todas as histórias. No entanto, a mudança moderna é aquela que provoca uma nova experiência temporal: a de que tudo muda mais rapidamente do que se podia esperar até agora ou do que havia sido experimentado antes.¹⁸⁸

Koselleck explica que mais recentemente, com o surgimento das tecnologias de informação e comunicação – como o telefone, o rádio e a televisão – ocorreu uma mudança de qualidade no fenômeno da aceleração que é apreendida pela “simultaneidade entre ações e eventos e sua notificação”¹⁸⁹ Essa situação tem implicações de ordem política e social, pois os acontecimentos provocam reações e respostas imediatas. Nas palavras do autor:

Graças à informação, ações e atos, bem como seu processamento, convergem cada vez mais. Graças à aceleração, o ato e a reflexão se aproximaram um do outro: o ser humano já não tem como não refugiar-se no futuro e planejá-lo, pois os dados da experiência própria e alheia se tornam cada vez mais disponíveis.¹⁹⁰

Essa simultaneidade entre acontecimento e repercussão também é analisada por Hartog, historiador que trata das mudanças na nossa relação com a

¹⁸⁶ Ibidem, p. 142.

¹⁸⁷ Ibidem, p. 148.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 153.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 185.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 185.

temporalidade, ao significá-la sob a ótica de um novo regime de historicidade: o presentismo.¹⁹¹ O autor define regime de historicidade como “uma maneira de traduzir e de ordenar experiências do tempo - modos de articular passado, presente e futuro - e de dar-lhes sentido.”¹⁹² Segundo Hartog, o regime de historicidade da Modernidade está em crise, o que provoca, portanto, uma crise do tempo na qual as expectativas de futuro já não são tão promissoras e a crença no progresso da sociedade industrial é cada vez mais questionada. Dessa forma, “se a crítica ao progresso não implica uma promoção automática do presente, ela instila a dúvida sobre o caráter inevitavelmente positivo da caminhada para o futuro.”¹⁹³

Para Hartog, a crise no regime de historicidade moderno nos coloca diante de uma percepção cada vez mais acachapante do presente, o que ele define como “presentismo”, em que a percepção de tempo que compartilhamos socialmente é permeada pela efemeridade dos eventos. Nesse sentido, o autor destaca o papel das mídias de comunicação que,

Na corrida cada vez mais acelerada para o ao vivo, ela produz, consome, recicla cada vez mais palavras e imagens e comprime o tempo: um assunto, ou seja, um minuto e meio para trinta anos de história. [...] O presente tornou-se o horizonte. Sem futuro e sem passado, ele produz diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, um dia após o outro, e valoriza o imediato.¹⁹⁴

Henry Rousso se dedica ao estudo desse contexto permeado pelo fenômeno da globalização¹⁹⁵. O autor identifica um ponto de convergência em processos históricos diversos ao redor do mundo, que ocorrem no fim do século XX. Consiste em uma série de iniciativas e esforços para mobilizar institucionalmente memórias e lembranças, ou o que ele define como “uma globalização das relações com o passado”¹⁹⁶. Isso pode se verificar, para o autor, tanto no tratamento de episódios traumáticos, como genocídios, exílios, e

¹⁹¹ HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Autêntica Editora: Belo Horizonte, 2013.

¹⁹² Ibidem, p. 139.

¹⁹³ Ibidem, p. 146.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 148.

¹⁹⁵ ROUSSO, Henry. Rumo a uma globalização da memória. In.: **História Revista**. Goiânia, vol.19, nº01, p. 265-279, 2013.

¹⁹⁶ Ibidem, p. 169.

violências sociais de um modo geral; ou, com um segundo movimento, na construção de um novo espaço público global.

Segundo Rousso, essa sincronia sugere “uma tendência, um desejo geral, quaisquer que sejam os lugares e os episódios históricos envolvidos, antigos ou recentes, desta lembrança de crimes do passado, de repará-los, de julgá-los, de impedir toda forma de esquecimento.”¹⁹⁷ Essa situação é notável quando pensamos nos debates sobre a reparação histórica acerca da escravidão ou sobre os crimes cometidos durante a ditadura civil-militar no Brasil, recentemente trazidos à tona com a Comissão Nacional da Verdade¹⁹⁸, por exemplo.

Para o autor, isso tem relação com este novo regime de historicidade, definido por ele como uma “evolução profunda da natureza, do lugar, do papel e dos efeitos que o passado tem sobre o presente das sociedades, num dado lugar e momento”¹⁹⁹, trazendo, portanto, uma leitura bastante próxima a de que se refere Hartog. O presente se coloca como um local ainda mais privilegiado para se pensar a História do ponto de vista público, em uma relação bastante estreita com a organização das memórias. Assim,

Nada mais se opõe a que todo episódio da história humana possa constituir-se como objeto, num momento ou outro, de uma reivindicação ou de uma política memorialística: estamos com isso numa das mais nítidas manifestações do “presentismo”, manifestação de um desvanecimento imaginário das fronteiras entre o presente e o passado, o que faz dos contemporâneos os contabilistas, os juizes e os expiadores de todos os crimes cometidos por “nossos” antepassados.²⁰⁰

Isso provoca uma série de modalidades de reparações, no que o autor chama de “políticas públicas do passado”, referentes aos processos de ressignificação da memória e da história através de “políticas de indenização, pela instauração de rituais tradicionais (construção de monumentos, criação de comemorações)”²⁰¹, por exemplo. As políticas públicas para as populações quilombolas e as disputas de memória, que tratamos no primeiro capítulo, também podem ser pensadas a partir dessa discussão, sobre demandas públicas

¹⁹⁷ Ibidem, p. 270.

¹⁹⁸ Ver site: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>. Acesso em agosto de 2020.

¹⁹⁹ Ibidem, p. 263.

²⁰⁰ Ibidem, p. 273.

²⁰¹ Ibidem, p. 274.

do presente que se valem do passado para expor processos históricos de exclusão e violência e, que nesse movimento, contribuem para rever certas versões dominantes desse mesmo passado.

A mudança no regime de historicidade se deve principalmente, na leitura de Rousso, a uma conjuntura histórica provocada pelo holocausto e toda uma nova forma de mobilização e gestão do passado inaugurados após essa tragédia, conformando certo paradigma memorialístico em torno dos usos públicos do passado na demanda por reparações históricas. Significa dizer que,

A globalização de fenômenos culturais, a existência de lugares e de repertórios de ações em nível transnacional ou internacional, especialmente em matéria judiciária, a uniformização – relativa – de certas práticas políticas (a transparência democrática), de certos valores (a defesa dos direitos humanos), de certas preocupações sociais (a compaixão), podem explicar a crença numa ação reparatória e retroativa a respeito do passado.²⁰²

Essas reflexões podem ser problematizadas também desde a perspectiva dos “lugares de memória”, conceituados por Pierre Nora, e por ele entendidos de maneira ampla como lugares, arquivos, museus, monumentos, publicações, eventos, rituais, que sejam carregados de significado histórico, por sua reencarnação ou ritualização no presente, ou pela espetacularização na sua própria criação.²⁰³ A explosão dos lugares de memória, segundo Nora, está ligada ao momento que vivemos na contemporaneidade, em que a história se torna crítica de si mesma e passa a questionar tradições e memórias que antes se confundiam com a própria história. Dessa maneira, diante de um presente no qual

Se ninguém sabe do que o passado é feito, uma inquieta incerteza transforma tudo em vestígio, indício possível, suspeita de história com a qual contaminamos a inocência das coisas. Nossa percepção do passado é a apropriação veemente daquilo que sabemos não mais nos pertencer.²⁰⁴

Nesse sentido, a preocupação com a preservação da memória, é uma necessidade desse tempo presentista em que vivemos. Se o presente é o

²⁰² Ibidem, p. 275.

²⁰³ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Gallimard: Paris, 1984. Tradução: Yara Aun Khoury. In: **Projeto História**. PUC-SP: São Paulo, nº 10, dez, 1993.

²⁰⁴ Ibidem, p. 20.

imperativo, faz-se necessário criar lugares para guardar aquilo que é considerado memorável. Portanto, trata-se de uma operação que não é espontânea, mas organizada a partir de uma perspectiva do presente. Como explica Nora:

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória.²⁰⁵

Se partirmos dessa noção de organização de memórias consideradas importantes, pensadas com uma intenção ou “vontade” de memória, podemos entender o *site* produzido nesse mestrado como um lugar de memória. Não no sentido de que as experiências, histórias, disputas que envolvem as comunidades estejam encerradas no passado, mas concordando que há um movimento de mobilização dessas memórias no presente que torna esse trabalho que não é natural, um espaço carregado de significados materiais e simbólicos característicos de um lugar de memória.

A mobilização do passado pelo presente nos leva à discussão de como lembramos e como organizamos as memórias socialmente. Peter Burke diz que uma das grandes funções do historiador é ser um “lembrete”, “um eufemismo para cobrador de dívidas. A tarefa oficial era lembrar às pessoas o que elas gostariam de ter esquecido.”²⁰⁶ Essa ideia representa grande parte do sentido desse trabalho e, por isso, é fundamental entendermos como as memórias públicas são transmitidas e como isso muda em cada conjuntura; da mesma forma que devemos atentar para os mecanismos de esquecimento, ou de “amnésia social”, nas palavras de Burke²⁰⁷.

Para o autor existem vários meios de transmissão da memória social como as tradições orais; as memórias e outros relatos escritos; as imagens, as ações e

²⁰⁵ Ibidem, p. 07.

²⁰⁶ BURKE, Peter. História como memória social. In.: _____. **Variedades de história cultural**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2011, p. 89.

²⁰⁷ Ibidem, p. 87.

o espaço²⁰⁸ Há, ainda, um elemento comum a vários meios de comunicação, o “esquema”, que “se associa à tendência a representar – e às vezes a lembrar – um determinado fato ou pessoa em termos de outro.”²⁰⁹ Ou seja, o esquema significa a ideia de reencenar acontecimentos narrados por outros, tomando-os como seus, ato que, como explica Burke, transforma o passado em “mito”²¹⁰. Essa ideia é perceptível ao analisarmos os vários símbolos mobilizados e reencenados publicamente pelo Movimento Paranista, como as estátuas, monumentos, nomes de rua, datas comemorativas, que tratamos no início da dissertação. Essa transformação de um fato ou personagem histórico em mito, segundo o autor, é produto de determinado “enquadramento”, seja ele consciente ou inconsciente.²¹¹ Nesse sentido,

Esses processos ajudam a assimilação da vida do indivíduo em particular por um determinado estereótipo, segundo o repertório presente na memória social em determinada cultura. Ocorre um processo do que se poderia chamar de “cristalização”, em que as histórias de livre flutuação são vinculadas ao novo herói.²¹²

Enquanto as memórias dominantes são construídas sobre certo enquadramento oficial, produzindo narrativas que muitas vezes representam apenas um único grupo, o ato de lembrar para grupos historicamente marginalizados, pode significar pensar sua própria existência no presente. Dessa forma, apresenta Burke:

Diz-se muitas vezes que a história é escrita pelos vencedores. Eles podem dar-se ao luxo de esquecer, enquanto os perdedores não conseguem aceitar o que aconteceu e são condenados a remoê-lo, revivê-lo, refletir sobre como poderia ter sido diferente. Outra explicação para isso poderia ser em termos de raízes culturais. Quando se têm essas raízes, pode-se considerá-las como certas, mas quem não as tem sente necessidade de procurá-las.²¹³

Nesse sentido, a memória adquire uma importância fundamental no presente de grupos sociais como as comunidades quilombolas, que ao lembrar e

²⁰⁸ Ibidem, p. 74-76.

²⁰⁹ Ibidem, p. 77.

²¹⁰ Ibidem, p. 78.

²¹¹ Ibidem, p. 79.

²¹² Ibidem, p. 80.

²¹³ Ibidem, p. 83.

memorializar aspectos do seu passado, reafirmam um lugar de direito e de reivindicações públicas. O *site* Paraná Quilombola apresenta muitas dessas memórias e pode contribuir também como uma ferramenta de mobilização e afirmação das comunidades.

2.3. Ensino de História em tempos digitais

Tomando como assertivo o fato de que as tecnologias digitais apresentam-se como instrumentos importantes para a ampliação do acesso às informações e ao conhecimento, no Ensino de História elas podem oferecer interessantes possibilidades, sobretudo relacionadas ao método de pesquisa e tratamento com as fontes históricas.

No campo específico do fazer historiográfico, segundo Bresciano²¹⁴, com o advento das novas tecnologias modificam-se pelo menos quatro elementos no tratamento das fontes. O primeiro diz respeito à relação do historiador com as fontes tradicionais, relativo à capacidade de armazenamento, digitalização e reprodução massiva dos documentos, facilitando o arquivamento, a análise e o manuseio. Outra característica que se altera é a forma de busca e pesquisa às fontes, que nesse momento concentram-se muito mais na própria internet em variadas ferramentas, como sites de dados, repositórios, revistas digitais, cinematecas, museus virtuais, entre outros. Um terceiro aspecto diz respeito às ferramentas que se atualizam constantemente e que podem auxiliar o trabalho de historiadores a registrar as interações em pesquisas de campo, entrevistas ou observações. Por fim, modifica-se a relação dos historiadores com os documentos eletrônicos, como os documentos público-estatais, que são largamente disponibilizados na internet e até mesmo com arquivos pessoais, ainda que o acesso e tratamento dos documentos eletrônicos privados apresentem uma série de dificuldades, devido a sua dispersão, diversidade de conteúdos e formatos e risco de desaparecimento.

Essas transformações, para o autor, implicam em uma ampliação do contato com as fontes, tendo em vista que rompem fronteiras geográficas e

²¹⁴ BRESCIANO, Juan Andrés. Los estudios históricos em la sociedad de la informacion. In: BRESCIANO, Juan Andrés; GIL, Tiago (Org.). **La historiografia ante el giro digital: reflexiones teóricas y prácticas metodológicas**. Ediciones Cruz del Sur, 2015, p. 15-56.

alargam possibilidades de armazenamento, abrangendo debates e acesso a informações de forma menos custosa.

Além de ferramentas que facilitam o fazer historiográfico já tradicional, como a pesquisa e análise de fontes e catalogação e organização de dados, a utilização das novas tecnologias e a imersão na cultura digital contribuem também para reformulações de ordem epistemológica no campo da História. Como explica Noiret,

Se trata también de desarrollar un vínculo estrecho con tecnologías capaces de modificar los parámetros mismos de la investigación. Tras la aparición de la era digital, el historiador se encuentra en condiciones de formular nuevas cuestiones epistemológicas en el análisis del pasado.²¹⁵

Nesse sentido, surgem questões como a verificação da veracidade e autenticidade das fontes disponíveis virtualmente, a efemeridade de determinados conteúdos, a produção constante de memórias pessoais, assim como desafios metodológicos do tratamento com novas tipologias de fontes produzidas no ciberespaço. Essas modificações, para Noiret, conformariam um campo chamado História Digital, estreitamente vinculada à História Pública; embora, segundo o autor, a maioria dos historiadores ainda esteja fazendo uma História com o digital, utilizando a tecnologia apenas como ferramenta de apoio.²¹⁶

Essa imersão tecnológica a que está submetida a maior parte da população produz, portanto, novas formas de se relacionar com o tempo, com o espaço e com o conhecimento histórico, impactando profundamente também o ambiente escolar e as concepções de ensino-aprendizagem. Para Circe Bittencourt²¹⁷, as novas tecnologias inicialmente causaram certo receio de que a escola perdesse seu espaço frente a “concorrência” das novas mídias. Segundo a autora, de fato essas mudanças trouxeram uma série de novas questões no processo de apreensão e construção do conhecimento, visto que “as atuais gerações convivem com informações obtidas por imagens e sons, e essa situação

²¹⁵ NOIRET, Serge. História digital e história pública. In: BRESCIANO, Juan Andrés; GIL, Tiago (Org.). **La historiografía ante el giro digital: reflexiones teóricas y prácticas metodológicas**. Ediciones Cruz del Sur, 2015, p. 72.

²¹⁶ Ibidem, p. 73.

²¹⁷ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

tem provocado mudanças substantivas na escolarização.”²¹⁸ A esse fenômeno a autora chama de “cultura da imagem”, na qual os jovens apreendem mais facilmente a linguagem visual do que a escrita.

A quantidade e a qualidade de informações que nos chegam também é objeto de reflexões contemporâneas sobre o uso de tecnologias e o Ensino de História, ao passo que, ao mesmo tempo em que o acesso às informações se tornou muito mais amplo, isso não vem acompanhado, necessariamente, da devida crítica e problematização. Nesse sentido, é necessário diferenciar os diversos discursos veiculados através das mídias, compreendendo-os como objeto de estudo histórico, para evitarmos o risco de confundir informação com conhecimento.²¹⁹ Assim,

As TIC podem se apresentar como ferramentas importantes para aprendizagem escolar, desde que ressaltado o seu caráter tanto colaborativo como reflexivo, cujo propósito de uso seja capaz de favorecer a aprendizagem em relação a um determinado saber.²²⁰

Nesse sentido, não são poucos os debates que chegam às escolas propondo a utilização das tecnologias como uma solução milagrosa para os problemas do sistema educacional. Embora seja inegável o conjunto de transformações que estamos vivenciando no ambiente escolar, fruto dessa sociedade da informação, acreditamos que o processo de ensino-aprendizagem e a relação com o conhecimento são mais amplos do que a utilização das novas tecnologias.

Primeiramente, porque o acesso aos aparelhos e mídias necessários à fruição dos conteúdos disseminados não é universal. Tampouco são maioria os que dominam as técnicas e a cultura digital necessária para a utilização dessas tecnologias em toda a sua potencialidade. Nesse contexto de restrição, estão inseridos estudantes, mas também professores que, por falta de formação ou interesse, ignoram as possibilidades de utilização das TICs em seu trabalho.

²¹⁸ Ibidem, p. 107.

²¹⁹ Ibidem, p. 109.

²²⁰ AMORIM, Marina Alves; CARDOSO, Frederico Assis. A História a um clique: as tecnologias da informação e da comunicação, os documentos em suporte não convencionais e o ensino de História. In: **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n. 17, 2o sem. 2011, p. 148. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/2028>>. Acesso em: abril de 2019.

Assim que, por muitas vezes, o que era para ser um instrumento democratizador, reproduz a lógica da exclusão social, tornando-se privilégio de reduzido grupo.²²¹

Além disso, o historiador Carlo Ginzburg aponta uma reflexão importante sobre a não substituição das relações reais pelas virtuais e a necessidade de aliar o uso das tecnologias digitais à capacidade de leitura e interpretação, que cabe à escola a aos professores, em grande medida, desenvolverem. Para o autor,

As escolas precisam da internet, mas a internet precisa de uma escola onde o ensino real acontece. A internet não apenas remete aos livros como também pressupõe livros. Aqui alguém poderia apresentar a seguinte objeção: mas qual é a diferença entre uma página de um livro lido na tela de um computador e uma página de papel impresso? Por princípio, nenhuma [...]. Mas o livro aqui é uma metáfora: é o instrumento que nos ensina a dominar a extraordinária velocidade da internet.²²²

Assim, é fundamental desenvolver a capacidade de assimilar, interpretar e compreender o montante de informações a que estamos cotidianamente expostos, ao que cabe a escola, professores e sociedade em geral.

No tocante à produção do conhecimento histórico, destacamos a centralidade que ocupam as fontes históricas, tanto no processo de pesquisa quanto no ensino. Abundam os documentos difundidos no ciberespaço, mas da mesma maneira que Ginzburg adverte sobre a necessidade de desenvolver a capacidade de ler lenta e profundamente para se obter um aproveitamento mais eficaz do universo ultradinâmico de informações da “era Google”, acreditar que os documentos por si só dão conta de desenvolver uma consciência histórica seria reproduzir as crenças dos historiadores do século XIX, para os quais a fonte traduz a verdade do passado tal qual aconteceu. Qual é então o papel do historiador e professor de história nesse contexto? Para responder a essa questão precisamos definir a concepção de Ensino de História que nos orienta, qual seja, a de que o cerne da construção do conhecimento e da consciência histórica está na utilização das fontes históricas.

²²¹ PORTO, Tania M. E. As tecnologias de comunicação e informação na escola; relações possíveis, relações construídas. In: **Revista Brasileira de Educação**. V.11, n.31, Rio de Janeiro ene./abr. 2006, p. 44. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a05v11n31.pdf>> Acesso em: abril de 2019.

²²² GINZBURG, Carlo. A história na Era Google. In: **Fronteiras do Pensamento**. Porto Alegre, 2010. (Conferência) Disponível em: <<https://www.fronteiras.com/artigos/carlo-ginzburg-a-internet-nao- apenas-remete-aos-livros-como-tambem-pressupoe-livros-1427135419>>. Acesso em: abril de 2019.

Não compartilhamos daquela perspectiva que concebe o documento histórico como mera ilustração de um discurso histórico já acabado e que coloca o professor como único detentor dessa verdade. Nessa concepção, o Ensino de História, segundo Schimidt e Cainelli, está vinculado a uma historiografia chamada de tradicional ou positivista para a qual o objetivo primordial da disciplina escolar de História era ensinar os grandes fatos políticos nacionais. “Nessa perspectiva, o documento histórico servia para a pesquisa e para o ensino como prova irrefutável da realidade passada que deveria ser transmitida ao aluno.”²²³

As grandes transformações por que passou a historiografia no século XX, colocam em xeque essa visão do documento e propõem uma ampliação para além dos documentos escritos, entendendo como fonte todo vestígio produzido pelas relações humanas no tempo. Amplia-se também a compreensão da relação que se estabelece com as fontes, criticando a posição que enxergava nos documentos uma imagem inerte do passado. Como explica Le Goff²²⁴, o fazer histórico é fruto de investigação e escolha; das condições objetivas a que estão submetidas as fontes e do que o historiador se dedica a preservar, dos documentos que escolhe analisar, das perguntas que faz ao corpo documental. Nesse sentido, de acordo com Schimidt e Cainelli, as novas perspectivas acerca do papel do documento e, em consequência, dos historiadores, provocaram igualmente novas reflexões sobre a utilização das fontes no ensino de História. As autoras defendem que

O contato com as fontes históricas facilita a familiarização do aluno com formas de representação das realidades do passado e do presente, habituando-o a associar o conceito histórico à análise que o origina e fortalecendo sua capacidade de raciocinar baseado em uma situação dada. [...] Nessa perspectiva, os documentos não serão tratados como fim em si mesmos, mas deverão responder às indagações e às problematizações de alunos e professores, com o objetivo de estabelecer um diálogo com o passado e o presente, tendo como referência o conteúdo a ser ensinado.²²⁵

Percebemos, portanto, que o rompimento com uma visão tradicional do

²²³ SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004, p. 90-91.

²²⁴ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7ª ed. revista. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 104.

²²⁵ SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Op. cit., p. 94-95.

documento, além de impactar a produção historiográfica, pode incidir também sobre o Ensino de História, possibilitando a alteração do entendimento sobre o papel das fontes na metodologia de ensino-aprendizagem e no processo de construção do conhecimento histórico em sala de aula. Ressaltamos igualmente a compreensão de que os saberes acadêmicos e os da disciplina escolar em história não são dicotômicos nem excludentes, mas que a sala de aula é também produtora de conhecimento histórico.

As possibilidades de se trabalhar com a diversidade de documentos históricos disponíveis (escritos, imagéticos, fílmicos, orais, etc) em sala de aula também são múltiplas e têm relação com as concepções metodológicas e teóricas do Ensino de História e com os objetivos a que se pretende chegar. Schimidt e Cainelli definem algumas variantes de utilização das fontes em sala de aula: a) ilustração do conteúdo trabalhado, confirmando determinada narrativa centrada no professor; b) indução ao conhecimento histórico, ainda como exemplo do tema tratado, mas partindo das percepções do aluno sobre o documento; c) como fonte de informação, devendo ser confrontado com outros documentos e tomado como uma parte de determinado passado; d) como fonte para construir uma hipótese ou problemática, estimulando a capacidade estabelecer relações, argumentações e comparações históricas, relacionadas a um conteúdo mais amplo; e) como fonte de respostas para problemáticas lançadas *a priori* por alunos e professores, estimulando a atividade intelectual, revendo ou reafirmando questões.²²⁶

Em cada uma dessas possibilidades, a relação entre professor e estudantes varia, ora enfatizando mais a figura de um, ora de outro, vinculando cada uma delas a contextos e intencionalidades específicas. Destacamos a perspectiva de a fonte deixar de ser apenas um acessório ilustrativo nas aulas de História, e passar a ser o ponto de partida, que possibilita construir narrativas, a partir de problemáticas levantadas com orientação e condução do professor/historiador.

A fonte deve ser, portanto, um objeto de problematização em sala de aula, promovendo o desenvolvimento da consciência histórica, conceito referenciado principalmente nos estudos de Jörn Rüsen. Para o autor, a consciência histórica é objeto fundamental da Didática da História e compreende o processo de

²²⁶ Ibidem, p. 103-105.

aprendizagem histórica, relacionado à subjetivação e orientação dos conhecimentos históricos na vida prática, articulando noções de passado, presente e futuro. Segundo Rüsen,

Não existe consciência histórica sem processo de aprendizagem – isto não é trivial, quando se trata de identificar o processo de aprendizagem onde a consciência histórica é constituída por processos de orientação elementares da vida humana prática.²²⁷

Partindo dessa compreensão, o desenvolvimento da consciência histórica não se dá somente no espaço escolar, mas também em outras esferas da socialização como a família, os museus e as mídias. Assim,

Com a consciência histórica, a referência à história, no aprendizado histórico, é levada ao seu nível fundamental e, ao mesmo tempo, genérico, ainda antes da explicação científica de “História”, mediada didaticamente, como conteúdo de aprendizado.²²⁸

É nesse sentido que, produzindo um *site* no qual fontes históricas são apresentadas, esse trabalho visa não apenas a utilização da tecnologia em sala de aula, mas conjugá-la à produção de conhecimento por meio de documentos, com a mediação do professor/historiador, a fim de promover a difusão do conhecimento histórico das comunidades quilombolas, calcada nos procedimentos historiográficos e metodológicos da ciência histórica.

2.4. Divulgação no âmbito da História Pública

O *site* que construímos, além de constituir material didático para o Ensino de História, também pode alcançar um público não especializado, tornando, assim, mais acessível a história dos quilombos no Paraná. Por isso, esse trabalho também se insere no âmbito da História Pública.

De acordo com Almeida e Rovai²²⁹, a História Pública nasceu como um

²²⁷ RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Curitiba: W.A. Editores, 2012, p. 73.

²²⁸ RÜSEN, Jörn. Aprendizado histórico. *In.*: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão Rezende (Org.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011, p. 42.

²²⁹ ALMEIDA, Juliele R. de; ROVAI, Marta G. de Oliveira. (Org). **Introdução à história pública**.

campo da História na década de 1970, na Inglaterra, e ganha espaço em outros locais como os Estados Unidos, Canadá, Austrália, África do Sul e Itália, principalmente a partir da década de 1980. As autoras observam que o campo envolve discussões acerca do comprometimento político, social e ideológico de historiadores, bem como a ampliação do acesso ao conhecimento histórico por parte de um público mais amplo, destacando-se o diálogo com as mídias audiovisuais e a vinculação de conteúdos históricos através de séries de televisão e filmes, por exemplo.²³⁰

Nesse sentido, a História Pública propõe um alargamento das discussões históricas que extrapolam os limites acadêmicos e provocam uma série de reflexões acerca da utilidade prática do passado e da história e sobre os públicos e suportes de acesso ao conhecimento histórico. Para Almeida e Rovai²³¹, não significa apenas traduzir um conhecimento acadêmico para um grande público, mas de produzir e mediar conhecimentos locais, comunitários, e introduzi-los como significativos e válidos para a historiografia; as autoras explicam que “não se trata da eliminação da ciência histórica para a emergência da História Pública, e sim das reflexões sobre a atuação do profissional capaz de estimular a consciência histórica para um público amplo, não acadêmico.”²³²

Sara Albieri²³³ considera que a História Pública pode ser compreendida de várias maneiras. Uma delas é a disponibilização de acesso a determinados documentos e acervos que, por diversas razões históricas e conjunturais, estiveram guardados, como é o caso dos arquivos referentes à ditadura militar no Brasil, ou de acervos e documentos pessoais que possam gerar algum constrangimento a indivíduos ou grupos. Outro significado possível, segundo a autora, são todas as formas de divulgação do conhecimento histórico que vêm crescendo, mas principalmente no que se refere ao processo de educação histórica escolar e suas expressões curriculares e didáticas, a exemplo do livro didático. Albieri também elenca os “lugares de memória” como possibilidade de se

São Paulo: Letra e Voz, 2011.

²³⁰ Ibidem, p. 08-09.

²³¹ Ibidem.

²³² Ibidem, p. 07.

²³³ ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica *In*: ALMEIDA, Juliele R. de; ROVAI, Marta G. de Oliveira (Org). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 19-28.

pensar a História Pública, ou seja, os espaços, monumentos, patrimônios que são alvo de restauração, preservação e visitação e constituem-se como lugares significativos para a história dialogando com um público amplo e, de modo geral, não acadêmico. Há ainda, uma série de publicações midiáticas que divulgam o conhecimento histórico através de filmes, romances, documentários, séries, que também podem ser consideradas práticas da História Pública.

De acordo com a autora, persiste uma grande separação e hierarquização entre os conteúdos históricos veiculados publicamente e os considerados estritamente científicos, o que muitas vezes dificulta o diálogo com uma maior parcela da população leiga. A autora defende uma relação complementar entre esses conteúdos. Assim,

As redes acadêmicas de produção historiográfica se constituiriam como uma espécie de fórum de controle epistêmico do que chega ao público como divulgação histórica.

Seria então desejável que tais avaliações epistêmicas se exercessem na forma de debate público. Contudo, a Academia tem sido omissa em considerar seriamente esse tipo de historiografia produzida para o público, à margem do que se faz *stricto sensu* nas escolas de formação superior. Por isso, jornalistas, documentaristas, cineastas, romancistas, divulgam versões historiográficas com grande penetração na cultura, enquanto a Academia passa ao largo desse tipo de atividade.²³⁴

Nesse sentido, Albieri discorre sobre a figura do “divulgador”, que apesar da denominação, não deve ser considerado como mero simplificador de conteúdos, mas pode ser também um pesquisador que divulga conhecimentos científicos de modo a dialogar com o grande público, como já acontece nas ciências naturais.²³⁵

Para Jill Liddington²³⁶, o passado que chega às pessoas por meio das lembranças, dos monumentos, da mídia – e não de textos historiográficos - exerce grande influência sobre o conhecimento histórico construído pelo público amplo. Dessa forma, a autora define: “podemos considerar a prática da História Pública como sendo a apresentação popular do passado para um leque de audiências – por meio de museus e patrimônios históricos, filme e ficção

²³⁴ Ibidem, p. 23.

²³⁵ Ibidem, p. 23-24.

²³⁶ LIDDINGTON, Jil. O que é história pública?. In: ALMEIDA, Juliele R. de; ROVAI, Marta G. de Oliveira (Org). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 31-52.

histórica”.²³⁷ A História Pública, portanto, relaciona-se a como adquirimos nosso sentido de passado e de que forma – e através de quais suportes – interagimos com ele. Para a autora, a História Pública possibilita uma maior relação dos historiadores com o público não especializado, exercendo uma espécie de mediação entre a história e seus públicos, em contexto de crescente popularização de variadas representações e mídiatizações do passado.²³⁸

É importante destacar o papel dos historiadores públicos nesse contexto. Esses profissionais ao realizarem uma História Pública, comprometem-se com a ampliação do acesso público e a própria audiência do conhecimento produzido. Devemos atentar para o caráter político do elemento público, o que significa afirmar que os historiadores públicos assumem uma postura política frente ao passado e às narrativas que constroem no presente. Ao definirmos, nessa pesquisa, a opção por elaborar uma ferramenta digital que disponibilize documentos sobre a população quilombola do Paraná, marcamos um posicionamento inserido em nossa conjuntura histórica que visa a veicular uma determinada interpretação do passado local, dando destaque a um grupo social historicamente marginalizado. Orientamo-nos, assim, pelas proposições de Mendonça, ao afirmar que

não se trata apenas de problematizar os conteúdos históricos destinados a larga divulgação; não somente produzir conhecimento destinado a atingir públicos ampliados; mas, realizando uma dimensão pública de seu trabalho, o historiador produz conhecimento que, além de respeitar os princípios próprios ao campo, deveria favorecer a ampliação de práticas de cidadania e promover a definição de identidades emancipadas.²³⁹

Nesse sentido, como defendido pela autora, além da preocupação com a democratização do conhecimento histórico, com a linguagem e suporte de divulgação dos conteúdos, nos interessa nessa pesquisa a promoção de uma História Pública dos quilombos paranaenses que fortaleça demandas sociais e

²³⁷ Ibidem, p. 34.

²³⁸ Ibidem, p. 42-43.

²³⁹ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Escravidão, africanos e afrodescendentes na “cidade mais europeia do Brasil”: identidade, memória e história pública. In: **Tempos Históricos**. Vol. 20, 2016. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:88IPst2u33AJ:erevista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/download/13138/9960+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=ubuntu>. Acesso em: maio de 2019.

identitárias no contexto atual dessa população.

David Lowenthal²⁴⁰ também apresenta formulações interessantes sobre como conhecemos o passado, para o que elenca três formas: a memória, a história e as relíquias. Para o autor, o passado é inatingível, o que conhecemos são apenas “prova presente de circunstâncias passadas”²⁴¹. Assim, conhecer os vestígios possibilita questionar o passado, criar uma nova perspectiva do que foi esse passado. De modo que, ao conhecermos a existência dos quilombos paranaenses através de seus vestígios (ou fragmentos, ou relíquias), de suas reminiscências e de suas memórias, podemos compreender um passado mais amplo e verossímil.

Porém, Lowenthal afirma que as relíquias por si só não falam pelo passado, isso ocorre apenas quando nós lhes conferimos algum significado, através da história ou da memória, que dimensionem esses resquícios no passado pensado e interpretado. O autor considera que as relíquias têm a potencialidade de aproximar o público do conhecimento histórico e torná-lo “mais popular, pluralista e público”²⁴², pois podem ultrapassar os limites das fontes escritas e provocar sentimentos que desloquem o sentido do passado para mais próximo do presente, por se tratarem de remanescentes tangíveis e exercerem determinada “concretude existencial”.²⁴³

No entanto, para o autor, a história ultrapassa a memória e as relíquias, pois sua capacidade de conhecimento é maior e mais constante. As memórias e as relíquias têm limites físicos e fisiológicos, que as tornam menos perenes. A imprensa e a fotografia permitiram tornar o conhecimento do passado uma experiência visual, reproduzindo peças intangíveis.²⁴⁴ Acreditamos que essa pesquisa de divulgação de materiais acerca da história quilombola do Paraná de forma digital se aproxime dessa concepção de relíquias, pois, os conteúdos por ela comunicados, além de possibilitarem conhecimento para estudantes e para um público não especialista, podem ser sistematizados e interpretados por

²⁴⁰ LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: **Projeto História**: Revista do programa de estudos pós-graduados de história. Vol. 17. São Paulo: Puc-SP, 1998, p. 63-201.

²⁴¹ Ibidem, p. 67.

²⁴² Ibidem, p. 158.

²⁴³ Ibidem, p. 165.

²⁴⁴ Ibidem, p. 177.

historiadores.

A relação entre História Pública e materiais digitais é desenvolvida por Noiret que, tratando das narrativas de passado construídas nesses meios, chama a atenção para o fato de nem sempre serem apresentadas com rigor metodológico historiográfico. Assim que, para ele,

para quien se dedica profesionalmente a la Historia, un pasado que se transforma en público provoca el riesgo de ver que los especialistas (depositarios del método histórico crítico y de las formas de consciencia histórica) ya no dominen suficientemente los cambios digitales y, por otro lado, el peligro de ver mermada la complejidad de la investigación heurística frente a una selección de documentos ya divulgados o carentes de mérito innovador para la investigación «elevada». Pero además, la ausencia de un cabal conocimiento de la red por parte de los historiadores académicos, podría tener como ingrata consecuencia la disminución de su capacidad profesional para filtrar los discursos individuales en la red. De este modo, estaríamos rodeados por formas de narración del pasado elaboradas sin el debido desapego ni atención crítica. [...] El pasado de cada uno en red ya no es algo distante e histórico, sino que se transforma en emoción viva dentro de un continuo presente que subordina los tiempos históricos al hoy.²⁴⁵

Nesse sentido, pondera o autor, diante de tantas novas questões, os historiadores devem cumprir um papel fundamental no amplo campo da História Pública Digital, imprimindo critérios científicos de organização, análise e interpretação a um vasto corpo documental que se disponibiliza – ou mesmo se produz – digitalmente.

As considerações de Noiret tornam ainda mais relevante a divulgação de conhecimento histórico produzido com rigor historiográfico por meio digital e destinado ao grande público, como objetivamos nesse trabalho. É sobre esse aspecto que trataremos no capítulo seguinte, apresentando os critérios e fases do processo de elaboração do material digital e seus conteúdos.

3 – PARANÁ QUILOMBOLA: PERCURSOS DA CONSTRUÇÃO DO SITE

Entendemos que o procedimento metodológico para elaboração desse trabalho ocorreu em dois processos de natureza distinta, embora ambos constituam parte de um mesmo movimento e sejam complementares. O primeiro

²⁴⁵ NOIRET, Serge. História digital e história pública. In: BRESCIANO, Juan Andrés; GIL, Tiago (Org.). **La historiografía ante el giro digital: reflexiones teóricas y prácticas metodológicas**. Ediciones Cruz del Sur, 2015, p. 83-84.

se refere ao processo de escrita da dissertação que nos auxiliou, através das leituras e reflexões teóricas, a construir o produto didático, o *site* Paraná Quilombola²⁴⁶. O segundo, relacionado à divulgação do conteúdo construído, diz respeito às escolhas e critérios para a apresentação da pesquisa, da maneira como está disposta no site. É desse segundo momento que trata este capítulo, onde apresentamos os percursos metodológicos da seleção e organização dos conteúdos e fontes sobre as comunidades quilombolas que escolhemos disponibilizar no site que elaboramos. Discorreremos também sobre a forma de expor os resultados da pesquisa nessa ferramenta e explicitaremos aspectos técnicos da construção do site, como a plataforma utilizada e os caminhos que nos levaram a essa escolha.

3.1. Por que um *site*?

As reflexões sobre a relação entre tecnologia e conhecimento histórico e a importância de pensarmos uma História Pública nos levam à nossa escolha pelo suporte do produto final dessa dissertação, um *site*. O *site* nos oferece algumas vantagens frente a um formato impresso, pois permite uma grande capacidade de armazenamento de dados, de alimentação contínua, podendo ser o suporte para divulgação de uma ampla variedade de conteúdos, entre eles fontes documentais, sejam escritas, imagéticas, orais ou fílmicas. A proposta do *site* é concebida justamente por compreendermos que o momento que vivemos é permeado por inúmeros dispositivos digitais que podem facilitar o acesso às informações históricas, tornando esse conhecimento amplamente divulgável e acessível.

Nosso suporte se enquadra dentro da categoria das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC), nas quais estão inclusos, segundo Oliveira, “*PCs, laptops, smartphones, blu-rays* etc ou qualquer outro *gadget* que use sinal digital ou internet para conectar-se a outros aparelhos”²⁴⁷ e visa, portanto, a disponibilização de documentos variados e informações historiográficas acerca

²⁴⁶ Disponível em: <<http://paranaquilombola.brainlax.com/index.html>>.

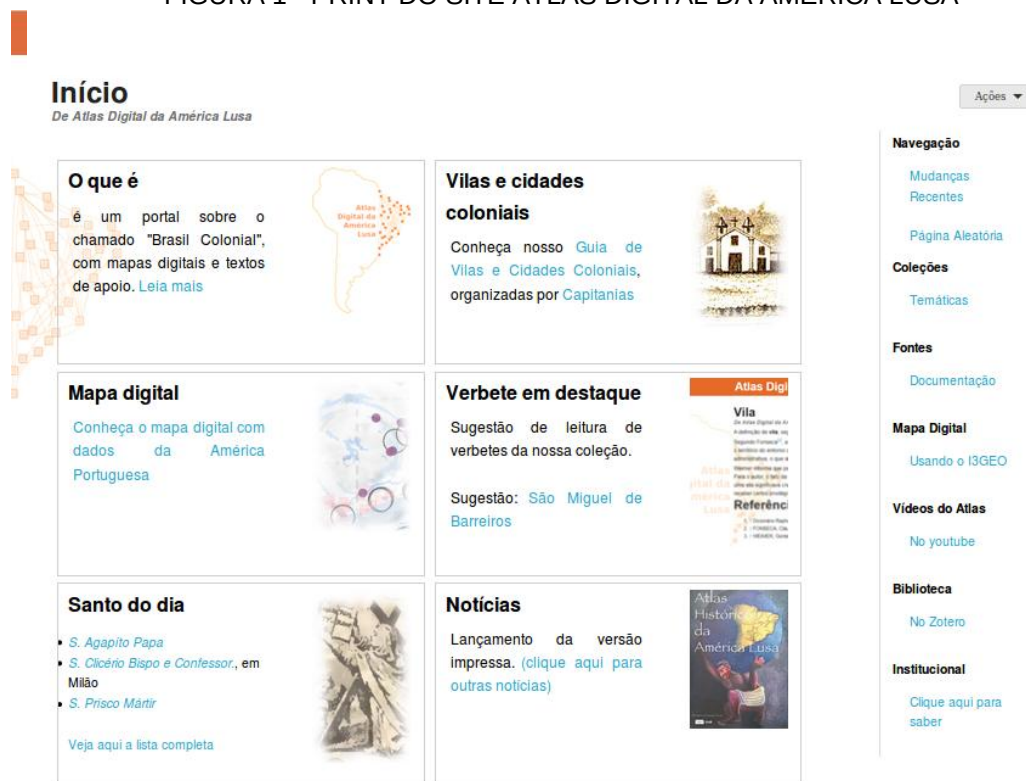
²⁴⁷ OLIVEIRA, Esdras C. De Lima. Implicações do uso de mídias e de novas tecnologias no ensino de história. In: **Revista do Lhiste**. Vol. 1 – julho-dezembro de 2014, p. 60. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/revistadolhiste/article/view/48317>>. Acesso: agosto de 2019.

das comunidades remanescentes de quilombo do Paraná.

Alguns projetos já desenvolvidos nos serviram de inspiração e demonstram possibilidades de construção de *sites* para o Ensino de História e para veicular produções acadêmicas a um público amplo.

Um desses referenciais é o Atlas Digital da América Lusa²⁴⁸ desenvolvido pelo Laboratório de História Social (LHS) da Universidade de Brasília, de forma colaborativa, envolvendo pesquisadores de diversas instituições de forma interativa, que podem inserir dados espacializados de pesquisas no processo de georreferenciamento, bem como ter acesso ao material desse amplo banco de dados sobre a América Lusa. O *print* abaixo mostra a estrutura do site que abarca documentos, mapas e verbetes.

FIGURA 1 - PRINT DO SITE ATLAS DIGITAL DA AMÉRICA LUSA



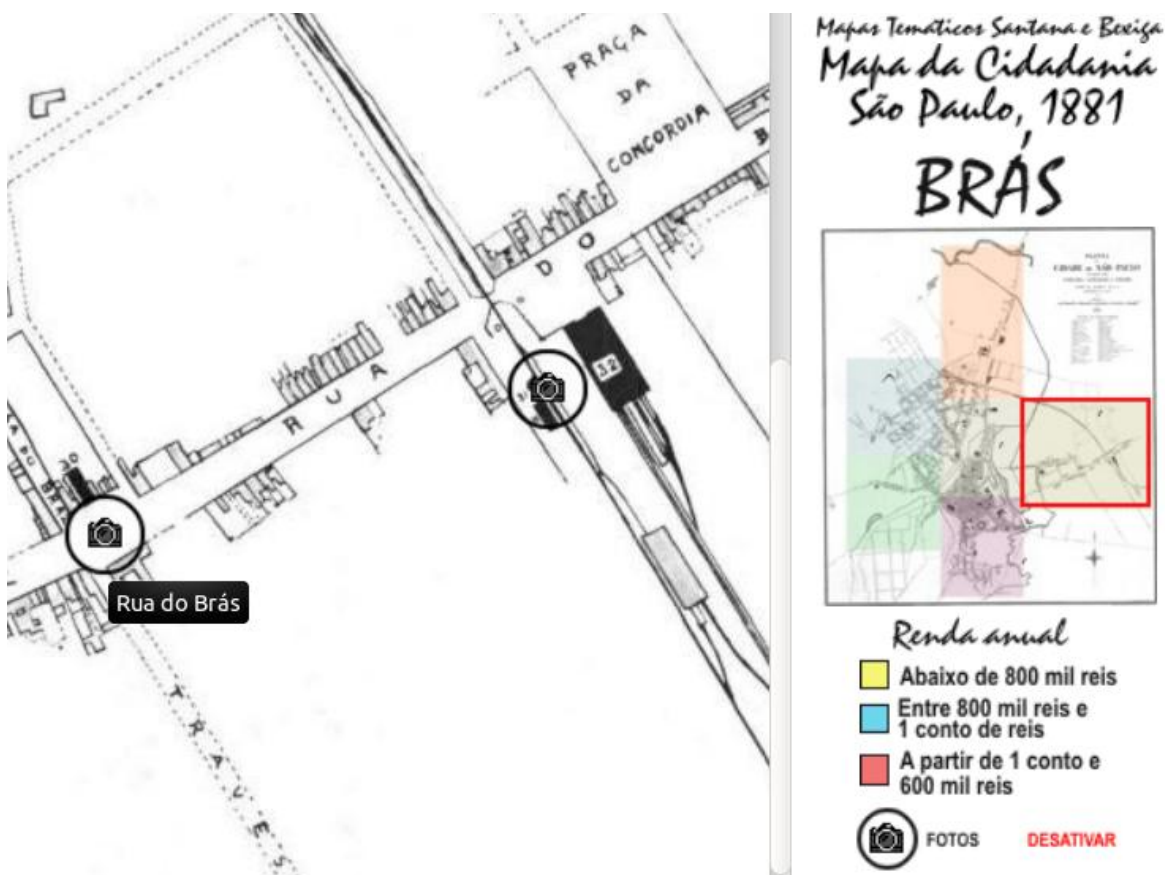
FONTE: <http://lhs.unb.br/atlas/In%C3%ADcio>

Consideramos, ainda, como importante experiência para a História Pública digital e também um material útil para o Ensino de História o *site* do Centro de

²⁴⁸ Disponível em: <<http://lhs.unb.br/i3geo8/i3geo2/cantino.php>>. Acesso: maio de 2019.

Pesquisa em História Social da Cultura – CECULT da Unicamp²⁴⁹. Especialmente na seção Mapas Temáticos, é apresentado um conjunto de mapas históricos que, dentre outros assuntos, mostra a concentração de renda a partir da planta da cidade de São Paulo e possibilita abrir hiperlinks de fotos de alguns locais referenciados, como podemos conferir a seguir:

FIGURA 2 - PRINT DO SITE DO CECULT - MAPAS TEMÁTICOS



FONTE: <https://www.ifch.unicamp.br/cecult/mapas/cidadanianet/framebras.html>

²⁴⁹ Disponível em: <<https://www.cecult.ifch.unicamp.br/>>. Acesso: maio de 2020.

FIGURA 3 - FOTO DA RUA DO BRÁS DISPONÍVEL NO MAPA TEMÁTICO DO CECULT



FONTE: <https://www.ifch.unicamp.br/cecult/mapas/cidadanianet/fotos/spa027net.jpg>

Outro trabalho que destacamos é o *site* SantaAfroCatarina²⁵⁰, que apresenta roteiros históricos por pontos de presença africana e afrodescendente em Florianópolis e também disponibiliza um banco de dados e documentos relacionados a esses percursos. O site apresenta diversas abas (temas, acervo, espaço, tempo, na escola, roteiros e sobre) e filtros de pesquisa (biografias, lugares, entrevistas, etc). Na abertura da página, há o mapa que dispõe os links dos lugares de memória afro-brasileira ou africana em Santa Catarina. Ao selecionar um local, abre-se uma janela com a identificação e a possibilidade de “saber mais”, que destina o leitor a uma página com informações mais completas e referenciadas. Além disso, o site conta com uma seção chamada Na Escola, que apresenta um conjunto de atividades para se trabalhar em sala de aula, como aparece abaixo:

²⁵⁰ Disponível no site <<http://santaafrocatarina.sites.ufsc.br/santaafrocatarina/?>>. Acesso: janeiro de 2020.

FIGURA 4 - PRINT DO SITE SANTA AFRO CATARINA - ACERVO

TEMAS **ACERVO** ESPAÇO TEMPO NA ESCOLA ROTEIROS SOBRE

Lugar

Redação do jornal O Moleque Data: 1884-1885

O *Moleque* era um pequeno periódico semanal fundado por Othon D'Eça, que logo passou para os cuidados de Virgílio Várzea e Cruz e Sousa. A redação do jornal situava-se em uma casa na rua da Constituição, aquém da Ponte do Vinagre, próximo à área central da cidade.

De estilo irreverente e provocador, se autodenominava como um órgão noticioso, moderno e nervoso. Inspirada n'A *Semana Ilustrada* de Angelo Agostini, a pequena folha da Capital da Província de Santa Catarina trazia em suas páginas ilustrações em que os temas eram os fatos da vida política e os personagens dela. Como redator, Cruz e Sousa satirizava a morosidade das autoridades, condenava o descaso com a cidade e promovia as ideias abolicionistas, publicando poemas, noticiando eventos e criticando o engajamento oportunista da elite proprietária da cidade.

Temas

A Desterro de Cruz e Sousa



FONTE: http://santaafrocatarina.ufsc.br/santaafrocatarina/?secao=acervo&i=77_1_

FIGURA 5 - PRINT DO SITE SANTA AFRO CATARINA - NA ESCOLA

Santa Afro Catarina

TEMAS ACERVO ESPAÇO TEMPO **NA ESCOLA** ROTEIROS SOBRE

Atividades

Proposta

Atividades

Filtro:

- Biografias
- Impressos
- Lugares
- Manuscritos
- Entrevistas
- Mapas
- Eventos
- Objetos
- Imagens
- Videos

Tags: +

Temas:

Selecione...

Período:

De a

- Estudar em Desterro
- Hierarquia social no Brasil escravista
- Imprensa e teatro
- Literatura e combate
- Memória e história literária
- O abolicionismo na imprensa de Desterro
- O monumento de Cruz e Sousa entre a memória e a história

FONTE: <http://santaafrocatarina.ufsc.br/santaafrocatarina/?secao=escola&sm=atvd>

Citamos, ainda, como grande inspiração o projeto Passados Presentes: Memória da Escravidão no Brasil²⁵¹, coordenado pelo Laboratório de História Oral e Imagem da UFF, que apresenta informações sobre lugares de memória da escravidão no Brasil, relativos à história afro-brasileira em sua dimensão local, construído a partir do Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil.

Esse *site* é bastante simples em relação à quantidade de filtros e abas, mas oferece uma gama bem ampla de locais, abrangendo o mapa de todo o país, inclusive no Paraná. Destacamos o levantamento realizado acerca dos quilombos e comunidades quilombolas. Nele, ao clicarmos no ícone de um determinado ponto geográfico, somos encaminhados para um texto que apresenta um breve histórico da região, como verificamos a seguir:

FIGURA 4 - PRINT DO SITE PASSADOS PRESENTES - MAPA



FONTE: <http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php>

²⁵¹ Disponível no site: <<http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php>>. Acesso: maio de 2020.

FIGURA 5 - PRINT DO SITE PASSADOS PRESENTES - VERBETE

COMUNIDADE QUILOMBOLA GUAJUVIRA

Cariúva, PR | | Brasil |

HISTÓRICO:

A origem da Comunidade Remanescente de Quilombos de Guajuvira vincula-se naturalmente à escravidão, mas por vias tortas. Efetivamente, sua origem decorre da trajetória de um casal de africanos livres, do qual descende a maior parte dos atuais membros da comunidade. Formado por Rita Francisca dos Impossíveis e Thomé Rodrigues Ferreira, o casal de africanos livres chegou ao Paraná na primeira metade do século 19. Foram alocados no aldeamento de São Jerônimo, onde conviviam com índios, com outros africanos livres e com escravos da nação. Rita e Thomé, após suas emancipações, em 1864, receberam seus lotes em 1867. A comunidade foi certificada pela Fundação Cultural Palmares como remanescente de quilombo em 2005. Atualmente, os Quilombos de Guajuvira tentam a certificação do território onde vivem há várias gerações.

REFERÊNCIAS:

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton (orgs.) Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil. 1ª. ed. Niterói: PPGH - UFF, 2014.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 27, n. 54, p. 255-273, jul./dez. de 2014. Disponível em: . Acessado em: 22 de maio de 2015.

PORTO, Liliana; KAISS, C; COFRE I. Quilombolas, Agentes Estatais e Proprietários. Impactos da Compreensão da Alteridade em Disputas Políticas em Guajuvira. In: 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, 2008. Porto Seguro. Anais da 26ª.

FONTE: <http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php>

Como experiências locais, que tratam da cidade de Curitiba, trazemos como referências dois projetos, o *blog* Ditadura em Curitiba²⁵², que também foi fruto do ProfHistória-UFPR, e o AfroCuritiba²⁵³, coordenado pela Profª Drª Joseli Maria Nunes Mendonça. O Ditadura em Curitiba, elaborado pelo colega Luiz Gabriel da Silva, apresenta locais de resistência e repressão da ditadura militar em Curitiba. Também organiza e disponibiliza uma série de documentos referentes às pastas temáticas da DOPS, além de vídeos com depoimentos de pessoas perseguidas pela repressão. Entre estacionamentos, praças e shoppings, localizados como locais de repressão ou resistência, está a Reitoria da UFPR, como podemos ver na sequência:

²⁵² Disponível em: <<https://ditaduraemcuritiba.com.br/>>. Acesso: setembro de 2020.

²⁵³ Disponível em: <<https://afrocuritiba.afrosul.com.br/>>. Acesso: setembro de 2020.

FIGURA 6 - PRINT DO BLOG DITADURA EM CURITIBA - SEÇÃO MAPA DA RESISTÊNCIA



FONTE: <https://ditaduraemcuritiba.com.br/mapa-da-resistencia/>

FIGURA 7 - PRINT DO BLOG DITADURA EM CURITIBA - TEXTO DE UM DOS LOCAIS LISTADOS NO MAPA

Reitoria da UFPR

A resistência de grande parte dos estudantes da Universidade Federal do Paraná às medidas entendidas como arbitrárias, implantadas principalmente pelo seu Reitor e Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda, foi, conforme analisado anteriormente, bastante incisiva.

O campus da Reitoria, localizado na região central de Curitiba, entre as ruas XV de Novembro, Dr. Faivre, Amintas de Barros e General Carneiro foi palco de diversos episódios de atos de repúdio à ditadura, sendo o mais memorável, a ocupação do local em 14 de maio de 1968 com a derrubada do busto do Reitor em ato de protesto, que conforme explanado anteriormente, fazia parte da movimentação estudantil contra a implementação do ensino pago na Universidade.

Os estudantes que haviam sido presos pela manifestação no Centro Politécnico perceberam que a Polícia Militar concentrava suas forças neste câmpus, sendo assim, Stênio Sales Jacob relata que a Reitoria estaria livre para uma ocupação, cujas manobras iniciaram tão logo ocorreu a soltura dos estudantes.^[1]

Sobre a ocupação e a atitude dos discentes, temos distintas visões. Stênio Sales Jacob argumenta que a ocupação se deu de forma pacífica, sendo que após as negociações com o Governador Paulo Pimentel terem surtido efeito,

Colocamos todas as coisas no lugar, nenhum objeto na Reitoria foi mexido, não se tocou em nada, não se permitiu que fosse feito qualquer tipo de vandalismo... o único ato, que foi assim, extremamente marcante, significativo, foi a chamada derrubada do busto do Reitor Flávio Suplicy de Lacerda. Que era o maior representante naquele momento, junto à ditadura

FONTE: <https://ditaduraemcuritiba.com.br/reitoria-da-ufpr/>

O site AfroCuritiba é resultado de um Projeto de Extensão da Universidade Federal do Paraná que realiza um percurso histórico mediado por pontos da cidade relacionados com a história da presença negra em Curitiba. Por meio do é possível explorar esses locais de forma virtual através do mapa da cidade e dos documentos atribuídos a cada ponto, como podemos conferir no exemplo abaixo:

FIGURA 8 - PRINT DO SITE AFROCURITIBA

Na atual Praça Borges de Macedo, duas referências nos dizem algumas coisas sobre as experiências vividas por pessoas escravizadas na cidade de Curitiba.

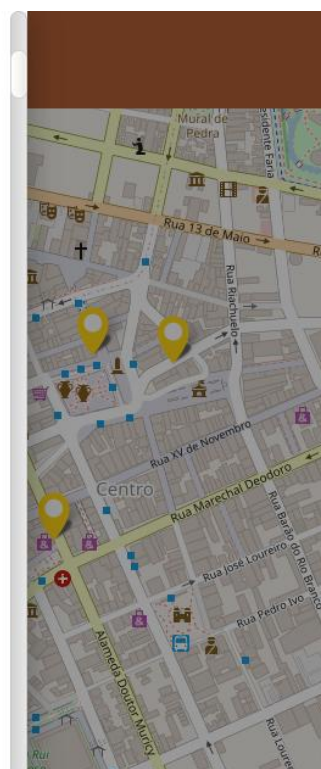
O Pelourinho

Um deles é o monumento que rememora o pelourinho.



Placa instalada em 1968, na praça José Borges de Macedo, no local onde supostamente foi erguido o Pelourinho de Curitiba, no século XVII. Sem autoria, sem data. <http://www.curitiba-parana.net/patrimonio/pelourinho.htm>

Erigido em Curitiba em 1698, antes mesmo que fosse instalada a Câmara - o que ocorreu somente em 1693 -, o Pelourinho era, antes de tudo, um símbolo da presença da autoridade régia na localidade, responsável pela aplicação da Justiça, realizada pelos membros das Câmaras e outras autoridades, em nome do Rei. O Pelourinho



FONTE: <https://afrocuritiba.afrosul.com.br/map>

A maioria dessas experiências parte do mapa da ferramenta *Google Maps*²⁵⁴, uma plataforma de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite que permite criar gratuitamente cartografias com marcações de localizações espaciais. A partir dessas localizações, se geram abas ou links que apresentam um breve verbete sobre o respectivo espaço. A ideia do site que desenvolvemos é bastante semelhante: pontuar no mapa os locais das comunidades quilombolas do Paraná que, quando acessados, nos levem a um conteúdo explicativo juntamente com um conjunto de documentos e bibliografia

²⁵⁴ Disponível em: <<https://www.google.com/maps>>. Acesso: janeiro de 2019.

sobre cada local.

Uma análise sobre a relação entre espaço, tempo e a cartografia é feita por Gil e Valencia²⁵⁵ que explicam que durante muito tempo os historiadores utilizaram os mapas como mera ilustração, reduzindo o potencial destes instrumentos que carregam representações e expressam elementos das relações sociais no espaço. Os autores analisam que essa situação tem se alterado recentemente, com pesquisas históricas que concebem o espaço físico como um componente de compreensão das sociedades. Segundo eles, isso se deve em grande medida ao desenvolvimento tecnológico de que já tratamos anteriormente. Gil e Valencia apontam que

O surgimento dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG); derivado do aumento na capacidade computacional, da simplificação relativa no uso dos softwares e do incremento na quantidade e qualidade dos bancos de dados, no caso da historiografia, construídos pelos mesmos historiadores, é um dos elementos chave para entender essa retomada do espaço nas pesquisas sobre o passado.²⁵⁶

As referências que trouxemos aqui e que nos inspiraram neste trabalho são exemplos da utilização dos mapas coordenada à produção historiográfica. Nesse sentido, o que construímos não é um repositório de arquivos, ou um acervo digital, mas uma ferramenta para associar os materiais e informações às comunidades localizadas no mapa do Paraná que, marcando a existência das comunidades, nos revela uma imagem que traduz a disputa de memórias e narrativas que expusemos anteriormente, afirmando a (r)existência de um Paraná Quilombola, também no espaço. As experiências que expusemos nos ajudaram a definir o suporte do produto, mas também serviram de referências de formato, estética, navegação e disposição dos conteúdos do *site*. Além disso, os exemplos demonstram a importância de compreender que essa ferramenta possibilita o diálogo e a produção de conhecimento histórico – por estudantes ou públicos ampliados - pautado em pesquisas e métodos científicos.

²⁵⁵ GIL, Tiago; VALENCIA, Carlos (Org.). **O retorno dos mapas:** sistemas de informação geográfica em História. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.

²⁵⁶ Ibidem, p. 6.

3.2. A construção do *site*: questões técnicas

A construção do produto didático no formato digital implicou definirmos qual ferramenta utilizar e como conseguiríamos executar essa tarefa que envolve habilidades e conhecimentos técnicos para os quais temos uma série de limitações.

Inicialmente, decidimos explorar o formato de *blog*, com o que já tínhamos tido contato e funcionam de maneira simples e bastante intuitiva para a inserção de conteúdos básicos. Chegamos a criar um esboço do que seria a estrutura do *site* no *Wix*, uma plataforma de criação de sites gratuita, que oferece vários modelos e *templates*, especialmente voltado para fins comerciais, com uma interessante gama de ferramentas. Paralelamente, construímos algumas possibilidades para a organização do mapa com os referidos hiperlinks das comunidades.

Outra possibilidade que aventamos, além do blog, foi a plataforma *ArcGIS StoryMaps*²⁵⁷, plataforma que permite criar mapas de um mesmo território em camadas relacionadas a variados conteúdos, de forma interativa. Apesar de ser uma ferramenta muito interessante, que pudemos explorar em uma oficina na qual ela foi apresentada, a plataforma não se adequou às nossas finalidades pela dificuldade de criar hiperlinks diretamente no mapa.

Tentamos também trabalhar com o *Google Maps*²⁵⁸, uma plataforma de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite que permite criar mapas com marcações de localizações espaciais gratuitamente, no qual conseguimos identificar algumas comunidades já registradas. Tivemos, entretanto, certa dificuldade para inserir conteúdos nos pontos desejados, bem como fixar outros pontos através da localização pelo sistema de GPS.

Depois dessas várias experiências, com pouco avanço real, chegamos a questionar se a realização do site seria mesmo viável dentro dos prazos estabelecidos para a finalização do trabalho. Mas dada toda a fundamentação construída em torno desse suporte e o material já elaborado visando à divulgação em meio digital, decidimos por buscar ajuda especializada. Nesse sentido,

²⁵⁷ Disponível em: <<https://storymaps.arcgis.com/>>. Acesso: agosto de 2020.

²⁵⁸ Disponível em: <<https://www.google.com/maps>>. Acesso: janeiro de 2019.

contamos com a contribuição da empresa *Sabiorealm – Learning and Technology*²⁵⁹, através da assessoria de Tom Leite de Lima (que além de profissional da área de Tecnologia da Informação, é irmão da autora), que montou a estrutura e inseriu todos os conteúdos produzidos pela pesquisa, de acordo com as definições que criamos.

De acordo com essa consultoria, o site Paraná Quilombola foi construído com *html*, *css*, e *javascript*²⁶⁰. Foi realizada integração com a *Appllication Programing Interface* (API) do *Google Maps* para exibição do mapa e da marcação das localidades. A maior dificuldade desse processo foi o ajuste das coordenadas de localização das comunidades, pois tínhamos como referência as descrições realizadas pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura durante a identificação dos locais. Porém essas coordenadas estavam registradas segundo o modelo SAD 69, utilizado como padrão apenas na América do Sul. Por isso, foi necessário realizar a conversão para o padrão seguido pelo *Google Maps*, através de uma espécie de calculadora geográfica.²⁶¹

Com esse apoio especializado, pudemos nos concentrar na elaboração da estrutura e conteúdos do site, que foram sendo alterados e melhorados de acordo com o processo da pesquisa.

3.3. A construção do site: conteúdos e estrutura

O processo de escolha da plataforma não envolveu apenas uma questão técnica, pois diz respeito também à elaboração do conteúdo e de como esse deveria dialogar ao público. Para isso, foi fundamental definirmos quais informações e como deveriam ser expostas no *site*.

Buscamos as informações que disponibilizamos no site em vários materiais produzidos sobre as comunidades, como pesquisas acadêmicas, relatórios, laudos antropológicos e reportagens. O levantamento desses materiais aconteceu por meio de pesquisas digitais em bancos de teses de universidades, bibliotecas

²⁵⁹ Disponível em: < <https://sabiorealm.com/pt/> >.

²⁶⁰ Para compreender os termos técnicos, significa dizer que o formato *Html* é uma linguagem para estruturar a página; *Css* é uma linguagem para dar estilo, cores, tamanhos na página e *Javascript* é uma linguagem relacionada à interatividade, que no caso é o mapa. As três são tecnologias (linguagens) para poder construir uma página.

²⁶¹ Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/calcula/>>.

digitais, indicações de materiais e fontes de pesquisa de outros pesquisadores, sites de busca, páginas de órgãos oficiais como o da Fundação Cultural Palmares, entre outros materiais que conseguimos acessar fisicamente, como livros, *dvd's* e cartilhas. Ao INCRA, solicitamos, via ofício, os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) publicados até então, das comunidades Invernada Paiol de Telha, Água Morna, João Surá, Varzeão, Manoel Ciriaco dos Santos, Mamãs e São João. Estes documentos são públicos, mas para acessá-los e utilizar os dados neles contidos é necessário assinar um termo de responsabilidade pelo uso e divulgação de informações pessoais. Como, no caso desta pesquisa, não se tratava apenas de analisar o material dos relatórios, mas também realizar divulgação pública, houve um processo de consulta às lideranças das comunidades por intermédio do INCRA, onde foi apresentada a proposta do trabalho. Embora muitas lideranças tenham sinalizado positivamente em relação à divulgação, houve ponderações por parte de algumas delas, apontando o receio sobre a exposição. Em vista disso, consideramos que seria melhor utilizar os relatórios somente como forma de checar ou confirmar informações adquiridas em outras fontes sem divulgar diretamente nenhum conteúdo desse material.

À medida que fomos encontrando as publicações, passamos à leitura e identificação de documentos e informações que permitissem construir enunciados sobre a história de cada comunidade. Nesse sentido, é importante destacar que o trabalho desenvolvido não foi o de produzir ou coletar fontes e documentos diretamente com as comunidades, o que demandaria muito mais tempo e recursos humanos e materiais. Partimos da constatação de que já há um grande número de publicações, pesquisas, memórias, documentos pesquisados e tratados por outros pesquisadores. O que fizemos, portanto, foi um trabalho de organizar e disponibilizar informações e fontes históricas já identificadas ou produzidas por esses trabalhos, em diversos contextos, em diversas comunidades. A questão central que nos importou foi, portanto, agrupar o máximo desses materiais, identificar o que dentre essa imensa produção nos interessa do ponto de vista histórico e, principalmente, como organizar esses conteúdos tendo em vista o Ensino de História e a divulgação para um público amplo, em coerência dos procedimentos historiográficos, a fim de ampliar o acesso ao conhecimento acumulado das, e sobre as, comunidades quilombolas do Paraná.

Constituído o acervo que recolhemos de materiais diversos já produzidos, passamos ao tratamento deles, analisando seu conteúdo e classificando-os de acordo com a área do conhecimento, tipologia e potencial de utilização no site. Separamos os trabalhos encontrados por comunidade/região e começamos o levantamento dos temas e documentos disponíveis. Sobre algumas comunidades como Invernada Paiol de Telha, Adelaide Maria da Trindade Batista e João Surá encontramos uma quantidade significativa de pesquisas. Enquanto que para várias outras localidades não identificamos muitas referências. Para a história da grande maioria das comunidades pesquisadas, o resultado dos trabalhos realizados pelo GTCM foi uma valiosa referência, sem a qual não teríamos podido construir conteúdos para as comunidades sobre as quais não há pesquisa acadêmica.

Dada a variedade de tipos e assuntos encontrados, nos deparamos com a necessidade de escolher o que colocar no site. Consideramos importantes os documentos que apontam para debates apresentados no desenvolvimento da dissertação, como a identidade quilombola, as disputas de memória, as formas de organização da vida e do território nas variadas comunidades e mesmo a diversidade entre elas, como as fontes demonstram. A partir desse levantamento, identificamos a maior incidência de relatos orais e fotografias, que são os principais tipos de documentos que mostramos no site. Todos esses conteúdos são devidamente referenciados com a bibliografia utilizada para sua formulação que também é disponibilizada no site.

Após a seleção dos documentos que consideramos mais relevantes, começamos a construir os conteúdos de cada página do site, que é composto por abas ou seções, dispostas na página inicial da seguinte forma:

1. [Apresentação](#) – consiste em apresentar o site como resultado da pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Ensino de História e a importância do estudo das comunidades quilombolas para a história do Paraná.

2. [Mapa](#) – o elemento central do site é o mapa do Paraná, no qual estão os ícones referentes às 38 comunidades quilombolas certificadas no estado. Das localizações abrem-se abas com as informações e documentos referentes aos respectivos locais. Na página de cada comunidade é apresentado um breve texto contendo informações básicas como localização e origem. Além disso,

construímos as categorias de “Memórias”, onde aparecem relatos de narrativa oral, e “Registros”, que compreendem as fotos, vídeos, documentos oficiais, entre outros.

3. [Sala de aula](#) – é onde elaboramos propostas de trabalho para o ensino de História das comunidades quilombolas paranaenses em sala de aula, utilizando os documentos disponíveis no site. São sugestões didáticas a partir de temas que identificamos de forma recorrente em várias comunidades.

4. [Acervo de publicações](#) – aba na qual disponibilizamos um acervo de arquivos referentes à temática quilombola divididos em: Livros, teses e dissertações (conjunto de publicações acadêmicas sobre as várias comunidades do estado) e Publicações Oficiais.

5. [Links](#) – consiste em uma lista de links externos que podem interessar àqueles que pesquisam sobre as comunidades.

Esperamos que o *site*, construído como procuramos descrever nesse capítulo, possa cumprir o objetivo que nos animou a realizá-lo, que é o de facilitar o acesso aos conhecimentos sobre as comunidades quilombolas no Paraná e assim, a abordagem mais fundamentada desta temática no ensino de História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho mobilizou várias nuances de produção, que intercalaram o lugar de pesquisadora, professora, sujeita pública, em diferentes fases do mestrado. Apenas nos momentos finais da pesquisa se tornou mais compreensível que esses lugares são indissociáveis e que querer separá-los pode provocar erros teórico-metodológicos e conflitos internos difíceis de resolver. Talvez essa seja uma das mais significativas aprendizagens obtidas no processo de construir esse trabalho.

Significa dizer que o conhecimento histórico produzido na academia não é separado daquele que ensinamos nas escolas, nas ruas, nos museus. Diante de tantos materiais disponíveis sobre o quilombos paranaenses, como verificamos ao longo da pesquisa, buscamos entender o porquê desse conteúdo ainda estar tão distante sala de aula. É perceptível uma grande assincronia entre a vasta produção acadêmica sobre as comunidades quilombolas e – de forma ainda mais numerosa e consagrada, sobre a escravidão no Paraná – e o ensino de História na Educação Básica.

Não buscamos aqui elaborar uma resposta definitiva e taxativa para isso, mas pudemos identificar no desenvolvimento da pesquisa que a memória que narra um Paraná branco e europeu tem muita força e traduz um projeto de poder e dominação que, na sua face inversa, se mostra através da exclusão e invisibilização da população negra e quilombola paranaenses. Construir o *site* Paraná Quilombola foi uma experiência de repensar as bases de construção do nosso estado e de questionar certos paradigmas sobre nossa história, nossa memória e nossa identidade. Afirmar a importância da história das comunidades quilombolas paranaenses é uma forma de contribuir para perceber um Paraná “visto de baixo”, de uma gente que ajudou a construir esta terra e segue vivendo e resistindo nela. Passados mais de quinze anos da aprovação da Lei 10.639/03, que obriga o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, apesar dos inúmeros avanços em relação às políticas públicas afirmativas, este segue sendo um grande desafio.

A produção da dissertação e do produto didático no formato de um *site* implicou refletirmos sobre as ferramentas de tecnologias digitais de informação e

comunicação, que já permeiam nossas realidades há algum tempo, provocando novas formas de interação social e transformando a maneira como nos relacionamos com as noções de tempo. O mundo digital é capaz de armazenar, transferir e compartilhar informações em volumes e velocidades abissais, em praticamente qualquer lugar do mundo de forma simultânea. Os padrões de compreensão social do tempo que partilhamos atualmente percebem as mudanças de forma mais imediata e fugaz e a aceleração do tempo na história nos coloca diante de um possível novo regime de historicidade, atravessado pelo presentismo.

Esse contexto cibernético e ultradinâmico lança uma série de questões à História, como, por exemplo, a manutenção do rigor metodológico diante de uma vasta disponibilidade de portais e plataformas digitais que veiculam conteúdos históricos; a veracidade e a efemeridade das fontes em formato digital, as diversas ferramentas para tabulação e análise de dados disponíveis, entre outros. Nesse sentido, o campo da História Pública tem oferecido importantes empreendimentos em ferramentas digitais que contribuem para um maior acesso à produção histórica pelo público leigo. Acreditamos que o *site* Paraná Quilombola pode ser mais uma dessas experiências exitosas, levando em conta os cuidados metodológicos que operamos tanto no levantamento de informações e documentos, quanto no processo de construção do site para divulgação e ensino sobre as comunidades quilombolas paranaenses.

As relações entre o campo da História Pública e o Ensino de História também foram abordadas de forma profícua neste trabalho, considerando a fonte histórica como base da construção do conhecimento histórico em sala de aula. Essas dimensões são exploradas no site ao apresentar algumas possibilidades de trabalho com os documentos disponibilizados, como forma de instrumentalizar professores e estudantes a utilizar o site como um meio de pesquisa e produção do conhecimento.

Identificamos que há espaços e conteúdos tanto no site como na documentação pesquisada que não exploramos na sua total potencialidade devido ao tempo limitado de desenvolvimento da pesquisa de mestrado dentro dos prazos estipulados. Ressaltamos ainda que, apesar do nosso esforço, é provável que não tenhamos abrangido a totalidade de pesquisas e publicações

sobre o tema, o que apresenta possibilidades de aprofundamento do trabalho em momentos posteriores. Da mesma forma, podem e devem surgir novas pesquisas, novos dados e documentos acerca das comunidades, o que deixa o tema em aberto para novos projetos. O site apresenta a vantagem de ser uma ferramenta dinâmica e passível de ser atualizado com esses novos conteúdos que surjam daqui para frente.

Por fim, retomamos uma das perguntas iniciais desse trabalho: qual o sentido de estudar comunidades quilombolas no Paraná? No percurso do mestrado nos deparamos com diversas histórias, expressas em múltiplas vivências e experiências, que se evidenciam em cada documento, foto ou depoimento que tivemos o prazer de conhecer e a responsabilidade de divulgar com ética e cuidado, na vontade de contribuir para que essas várias histórias quilombolas sejam conhecidas e valorizadas. O sentido que foi se apresentando a cada documento encontrado, a cada fase finalizada e que se afirmou na conclusão do trabalho é de que quantas mais pessoas conheçam essas histórias, mais próximos podemos estar de superar as desigualdades que as tingem de forma tão gritante.

REFERÊNCIAS

Fontes

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Catálogo seletivo de documentos referentes aos africanos e afrodescendentes livres e escravos.** Curitiba, 2005. Disponível em:

<<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=61>>. Acesso em: agosto de 2020.

BRASIL. **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.** Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigoBd.asp>>. Acesso em: janeiro de 2020.

_____. **Decreto nº 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/decreto-4887-13.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2020.

_____. **Decreto nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm>. Acesso em janeiro de 2020.

_____. **Decreto nº 10.088**, de 05 de novembro de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art5>. Acesso em: janeiro de 2020.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola:** algumas informações. Brasília, 2011.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Disponível em:

<<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/Diretrizes+curriculares+nacional+para+a+educa%C3%A7%C3%A3o+das+rela%C3%A7%C3%B5es+%C3%A9tnico-raciais+e+para+o+ensino+de+hist%C3%B3ria+e+cultura+afro-brasileira+e+africana/f66ce7ca-e0c8-4dbd-8df3-4c2783f06386?version=1.2>>.

Acesso em janeiro de 2020.

_____. **Lei 9.394**, de 10 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em janeiro de 2020.

_____. **Lei 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em janeiro de 2020.

_____. **Lei de Terras de 1850.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso em: agosto de 2019.

COFRÉ, Ingeborg; KAISS, Carolina; PORTO, Liliana. **Relatório antropológico:** comunidade quilombola de Água Morna-Curiúva/PR. 2008.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS. **Quilombo? Quem somos nós?** Disponível em: <<http://conaq.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: agosto de 2019.

ESTADO DO PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. **Terra e cidadania:** terras e territórios quilombolas. Grupo de Trabalho Clóvis Moura - relatório 2005-2008. Curitiba, PR: ITCG, 2008. Disponível em: <<http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/arquivos/File/Relat20052008ITC.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2020.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. **Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura:** 2005-2010. Curitiba: ITCG, 2010. Disponível em: <<http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/arquivos/File/relatoriofinal2005a2010.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2020.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Certificação Quilombola.** Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em janeiro de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Andamento dos Processos - Quadro Geral.** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf>. Acesso em: janeiro de 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais** e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf>. Acesso: agosto de 2019.

PARANÁ. **Educação escolar quilombola:** pilões, peneiras e conhecimento escolar. Curitiba: SEED, 2010. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_tematicos/cadernos_tematicos_educacao_escolar_quilombola.pdf>. Acesso em: janeiro de 2020.

Bibliografia

ABREU; MATTOS. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, janeiro-junho de 2008, p. 07. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v21n41/01.pdf>>. Acesso em: janeiro 2020.

ALMEIDA, Juliele R. de; ROVAI, Marta G. de Oliveira. (Org). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

ALVES, Ana Paula Aparecida Ferreira. **Discursos hegemônicos sobre o conceito de comunidade contrapostos às espacialidades e territorialidades de comunidade reais**: estudo de caso da comunidade rural quilombola de Santa Cruz (Ponta Grossa, Paraná). Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

ALVES, Tanize Tomasi. **O comportamento relacional nos processos regionalizadores cotidianos**: um estudo comparativo entre os quilombolas de São João e Santa Cruz – PR. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

AMORIM, Marina Alves; CARDOSO, Frederico Assis. A História a um clique: as tecnologias da informação e da comunicação, os documentos em suporte não convencionais e o ensino de História. In: **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n. 17, 2o sem. 2011, p. 148. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/2028>>. Acesso em: abril de 2019.

ARAUJO, Maria Bethânia de. **História da África e dos africanos no Ensino Fundamental**: análise de uma abordagem didática. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História UFPR). Curitiba, 2018, p. 26-34. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/prof-historia/files/2019/04/HistoriadaafricaedosAfricanosnoensinofundamentalAnalisedeumaabordagemdidatica.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2020.

ARRUTI, J. M. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru/São Paulo: Edusc, 2006, p. 71-72.

BARROS, K. F.; MORO, R. S.; PEREIRA, D.; ROSA, M. C.; ROZA, W. S. S. Análise geoecológica da comunidade quilombola da Serra do Apon, Castro, PR. In.: **Revista Perspectiva Geográfica – Unioeste**. V.9 n. 10. 2014.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. (organização de Tomke Lask). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BERG, Juliana. **Julgamento moral em meninas quilombolas**: um estudo educacional da comunidade Invernada Paiol de Telha, Paraná. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro-Oeste. Guarapuava,

2014.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008.

BRESCIANO, Juan Andrés. Los estudios históricos em la sociedad de la informacion. In: BRESCIANO, Juan Andrés; GIL, Tiago (Org.). **La historiografia ante el giro digital:** reflexiones teóricas y prácticas metodológicas. Ediciones Cruz del Sur, 2015.

BURKE, Peter. História como memória social. In: _____. **Variedades de história cultural.** Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2011, p. 89.

BUTI, Rafael Palermo. **A-cerca do pertencimento:** percursos da comunidade Invernada Paiol de Telha em um contexto de reivindicação de terras. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

CAMBUY, Andréia Oliveira Sancho. **Comidoria em João Surá:** o sistema alimentar como um fato social total. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

CAMPANA, Andressa Campagnaro. **A mulher negra na comunidade quilombola de Adealide Maria da Trindade Batista, Palmas-PR.** Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, 2016.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. Permanência e resistência das comunidades remanescentes de quilombo no Paraná. In.: **Revista Geosaberes**, Fortaleza, v. 8, n. 15, p. 131-142, mai./ago. 2017.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional:** o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CIGOLINI, Adilar Antonio; SILVA, Marcirio da. Comunidades remanescentes quilombolas: iconografias e circulações na comunidade da Restinga – Lapa-PR, Brasil. In.: **Revista Geografar**. V.13, n.1, p.98-118, jan. a jun./2018. Curitiba, 2018.

CLARINDO, Maximillian F.; FLORIANI, Nicolas. As particularidades da reprodução do patrimônio cultural da comunidade quilombola de Palmital dos Pretos, Campo Largo – PR. In.: **Revista Terr@Plural**. V.8, n.2, p. 423-443, jul/dez. Ponta Grossa, 2014.

COFRÉ, Ingeborg Anni Rulf. **Desafios do reconhecimento da diferença:** análise de dois processos de etnogênese de comunidades quilombolas no Paraná. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Paraná.

Curitiba, 2010.

_____.; KAISS, Carolina; PORTO, Liliana. **Sobre solo sagrado: identidade quilombola e catolicismo na comunidade de Água Morna (Curiúva, PR).** *Religião & Sociedade* 32 (1), p. 39-70. Rio de Janeiro, 2012.

CORADIN, Cristiane. **Racionalidades tecnoburocráticas e quilombolas: integração da Comunidade Córrego das Moças ao PAA.** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2014.

CRUZ, André Viana da. **Identidade cultural como elemento determinante para titulação de terras quilombolas.** Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

CRUZ, Cassius; CRUZ, Isabela. África, teu povo se levanta! Insurgência quilombola no Paraná. In: MENDONÇA, Joseli M. Nunes; SOUZA, Jhonatan Uewerton (Org.). **Paraná Insurgente: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI.** São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

CRUZ, Cassius Marcelus. **Conjuntura quilombola no Paraná.** 2013. Disponível em: <<http://etnico.wordpress.com/2013/06/10/conjuntura-quilombola-no-parana/>>. Acesso: agosto de 2019.

_____. **Entre giros e capovas: política do movimento e território no quilombo João Surá.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2019.

_____. **Trajetórias, lugares e encruzilhadas na construção da política de educação escolar quilombola no Paraná, no início do III milênio.** Dissertação (Mestrado em Educação – UFPR). Curitiba, 2012.

DECURGEZ, V. R.; PORTZ, S.; SILVA, P. R. da. O quilombo Apepu: memória e representação de uma comunidade. In.: **Revista Unila Extensão e Cidadania.** Ed. 01. Foz do Iguaçu, 2017.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Editora Hucitec: Nupab/USP, 2008.

DUPRAT, Deborah. A convenção 169 da OIT e o direito à consulta prévia, livre e informada. **Revista Culturas Jurídicas.** Vol. 1, Núm. 1, 2014. p 71-72. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/culturasjuridicas_teste/article/view/22817>. Acesso em: janeiro de 2020.

ESTEVES, Natália dos S.; HOFFMANN-HOROCHOVSKI, Marisete T. Práticas tradicionais de cura na comunidade rural Rio Verde em Guaraqueçaba (PR). In.: **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar.** Matinhos, v. 10, n. 2, p. 69-78, jul./dez. 2017.

FAUST, Fernanda Cordeiro de Almeida; MARQUES, Sônia Maria dos Santos. Racismo estrutural e empoderamento feminino na comunidade quilombola Adelaide Maria da Trindade Batista, Palmas-PR. In.: **Boletim Historiar**, vol.06, n.04, Out./Dez. 2019, p. 46-62.

FAVARO, Jorge Luiz. **Geografia da política de desenvolvimento territorial rural**: sujeitos, institucionalidades, participação e conflito no território da cidadania Paraná Centro. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

FERRARINI, Sebastião. **A escravidão negra na província do Paraná**. Editora Lítero-técnica: Curitiba, 1971.

GIL, Tiago; VALENCIA, Carlos (Org.). **O retorno dos mapas**: sistemas de informação geográfica em História. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.

GINZBURG, Carlo. A história na Era Google. In: **Fronteiras do Pensamento**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://www.fronteiras.com/artigos/carlo-ginzburg-a-internet-nao- apenas-remete-aos-livros-como-tambem-pessupoe-livros-1427135419>>. Acesso em: abril de 2019.

_____. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Companhia das Letras: São Paulo, 2006.

GOMES, Josélia Maria Loyola de Oliveira. A presença de escravos carmelitas na Fazenda Capão Alto, no Paraná: questões historiográficas. In.: **Resgate - Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 26, n.1 [35], p. 173-190, jan./jun. 2018.

GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas. **Trajetória socioambiental de Guarapuava**: leituras da paisagem. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009.

GOMES JR., Jackson; SILVA, Geraldo Luiz da; COSTA, Paulo Afonso Bracarense (Orgs.) **Paraná Negro**. Curitiba : UFPR/PROEC, 2008.

GONÇALVES JUNIOR, Ernando Brito. **O impresso como estratégia de intervenção social**: educação e história na perspectiva de Dario Vellozo (1885-1937). Dissertação (Mestrado em Educação - UFPR). Curitiba, 2011.

GRAF, Márcia Elisa de Campos. **Imprensa periódica e escravidão no Paraná**. Grafipar e Secretaria da Cultura e do Esporte: Curitiba, 1981.

_____. **População escrava da província do Paraná**, a partir das listas de classificação para emancipação 1873-1886. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1974.

GRINBERG, Keila. **Quilombo de Maria Conga em Magé**: memória, identidade e ensino de história. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História-PROFHISTÓRIA) – UNIRIO. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://profhistoria.ufrj.br/banco_tese>. Acesso em: fevereiro de 2020.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**. N. 1. Rio de Janeiro, 1988, p. 07. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935>>. Acesso em: agosto de 2020.

GUTIERREZ, Horácio. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. In: **História**, São Paulo, v. 25, n. 1, 2006.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Autêntica Editora: Belo Horizonte, 2013.

HARTUNG, Mirian Furtado. **A comunidade do Sutil**: história e etnografia de um grupo negro na área rural do Paraná. Tese (Doutorado em Antropologia) – Museu Nacional-UFRJ. Rio de Janeiro, 2000.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo**: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional. Difusão Europeia do Livro: São Paulo, 1962.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. **Montaillou**: povoado occitânico, 1294-1324. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LARA, Larissa Michele; RANGEL, Renato Alexandre. Festa e funeral: contradições e aproximações em uma comunidade quilombola do Paraná. In.: **XVII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte - Anais**. Porto Alegre, 2011, p. 01-10.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7ª ed. revista. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, setembro-dezembro/2008, p. 965-977.

_____. **Os quilombos**: questões conceituais e normativas. Etnográfica, Vol. IV (2), 2000.

LEMOS, André. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 6 ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LEWANDOWSKI, Andressa. **Agentes e agência: o processo de construção do Paraná Negro**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009.

LIDDINGTON, Jil. O que é história pública?. In: ALMEIDA, Juliele R. de; ROVAI, Marta G. de Oliveira (Org). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 31-52. ALBIERI, Sara. História pública e consciência histórica In: ALMEIDA, Juliele R. de; ROVAI, Marta G. de Oliveira (Org). **Introdução à história pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 19-28.

LIMA, Hellen Cris Leite de Lima. **A construção da memória coletiva na comunidade remanescente de quilombo Adelaide Maria da Trindade Batista (Palmas/PR)**. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em História) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

_____. **Paraná Quilombola**. (Site). Disponível em: <http://paranaquilombola.brainlax.com/>.

LOPES, Claudemira Vieira Gusmão. **O conhecimento etnobotânico da comunidade quilombola do Varzeão, Dr. Ulysses (PR): no contexto do desenvolvimento rural sustentável**. – Curitiba, 2010.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: **Projeto História: Revista do programa de estudos pós-graduados de história**. Vol. 17. São Paulo: Puc-SP, 1998, p. 63-201.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, 2008, p. 59-60.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre a história**. Editora Contraponto: PUC-Rio: Rio de Janeiro, 2014.

MALDONADO, Tomás. **Cultura, sociedade e técnica**. São Paulo: Blucher, 2012.

MANIERI, Dagmar. **Ensino de história em debate: a história da África e cultura afro-brasileira no livro didático e a escola José Caetano dos Santos na comunidade quilombola São Vitor – São Raimundo Nonato-PI**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História-PROFHISTÓRIA) – UFT. Piauí, 2016. Disponível em: https://profhistoria.ufrj.br/banco_tese. Acesso em: fevereiro de 2020.

MARQUES, Sônia Maria dos Santos. **Pedagogia do estar junto: éticas e estéticas no bairro São Sebastião do Rocio**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente**. Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Escravidão, africanos e afrodescendentes na “cidade mais europeia do Brasil”: identidade, memória e história pública. In: **Tempos Históricos**. Vol. 20, 2016. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:88IPst2u33AJ:erevista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/download/13138/9960+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=ubuntu>>. Acesso em: janeiro de 2020.

_____; SOUZA, Jhonatan Uewerton (Org.). **Paraná Insurgente**: história e lutas sociais – séculos XVIII ao XXI. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

_____. Revisitando a história da imigração e da colonização no Paraná provincial. In: **Revista Antíteses**. v.8, n.16, p.204-226, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/20729>>. Acesso em: janeiro de 2020.

MILANO, Giovanna Bonilha. **Territórios, cultura e propriedade privada**: direitos territoriais quilombolas no Brasil. Dissertação (Mestrado em Direito – UFPR). Curitiba, 2011.

MOSCAL, Jandira dos Santos. Territórios tradicionalmente ocupados: um retrato do entorno quilombola do Parque Estadual das Lauráceas no Vale do Ribeira-PR. **Geoingá**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia. V. 7, n. 1, p. 139-159. Maringá, 2015.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões na senzala**, São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980, p. 47.

NECH, Lucas Pydd. **O Novo Humanismo como princípio da Didática da História**: reflexões a partir da consciência histórica de jovens ingleses e brasileiros. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

NOIRET, Serge. História digital e história pública. In: BRESCIANO, Juan Andrés; GIL, Tiago (Org.). **La historiografía ante el giro digital**: reflexiones teóricas y prácticas metodológicas. Ediciones Cruz del Sur, 2015.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Gallimard: Paris, 1984. Tradução: Yara Aun Khoury. In: **Projeto História**. PUC-SP: São Paulo, nº 10, dez, 1993.

O'DWYER, Eliane Cantarino (Org). **Terra de quilombos**. ABA- Decânia CFCH/UFRJ, Rio de Janeiro, 1995

OLIVEIRA, Esdras C. De Lima. Implicações do uso de mídias e de novas tecnologias no ensino de história. In: **Revista do Lhiste**. Vol. 1 – julho-dezembro de 2014, p. 60. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/revistadolhiste/article/view/48317>>. Acesso: agosto de 2018.

PADILHA, Lucia Mara de Lima. **A (in)existência de um projeto educacional para os negros quilombolas no Paraná: do Império à República**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

PAGLIARINI, Raphael. **A construção de identidades nas comunidades negras de São Roque e Rio do Meio (Ivaí/PR – 1988-2018)**. Tese (Doutorado em História - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

PENA, Eduardo Spiller. **O jogo da face: a astúcia escrava frente aos senhores e à lei na Curitiba provincial**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **Paranismo: cultura e imaginário do Paraná da I República**. Dissertação (Mestrado em História – UFPR). Curitiba, 1996.

PETERS, Ana Paula. O movimento paranista. In.: SCORTEGAGNA; REZENDE, Cláudio; TRICHES, Rita Inocência. (Org.) **Paraná espaço e memória: diversos olhares histórico-geográficos**. Curitiba: Editora Bagozzi, 2005.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos. Vol. 2, nº 3, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: agosto de 2019.

PORTO, Liliana; SALLES, Jefferson de Oliveira; MARQUES, Sônia Maria dos Santos. (Org.) **Memória dos povos do campo no Paraná**. Curitiba: ITCG, 2013.

PORTO, Tania M. E. As tecnologias de comunicação e informação na escola; relações possíveis, relações construídas. In: **Revista Brasileira de Educação**. V.11, n.31, Rio de Janeiro ene./abr. 2006, p. 44. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a05v11n31.pdf>> Acesso em: abril de 2019.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF_FERNART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora

da UNESP, 1998.

RAIMONDO, Marilene A. S. U. **As implicações do processo de resistência quilombola no espaço escolar no município de Reserva do Iguaçu.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro-Oeste. Guarapuava, 2017.

RANGEL, Renato Alexandre. **Lazer na comunidade quilombola de Córrego do Franco-PR e suas interlocuções com a religiosidade local.** Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2013.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Org). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Claro Enigma, 2012.

RIBEIRO, Dandara dos Santos Damas. **Comunidade Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos: identidade e famílias negras em movimento.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social – UFPR). Curitiba, 2015.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil.** Centro Edelstein de Pesquisas Sociais: Rio de Janeiro, 2010, p. 83-84. Disponível em: <http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/RODRIGUES_Os_africanos_no_Brasil.pdf>. Acesso: agosto de 2019.

ROSA, Luis Carlos da. **Reconhecimento comunidade quilombola Batuva.** Monografia (Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais) – Universidade Federal do Paraná, 2014.

ROUSSO, Henry. Rumo a uma globalização da memória. In.: **História Revista.** Goiânia, vol.19, nº01, p. 265-279, 2013.

RÜSEN, Jörn. Aprendizado histórico. In.: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão Rezende (Org.). **Jörn Rüsen e o ensino de história.** Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

_____. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas.** Curitiba: W.A. Editores, 2012.

_____. Formando a Consciência Histórica – por uma didática humanista da História. In.: BARCA; FRONZA; NECHI; SCHMIDT (Org. e Trad.). **Humanismo e Didática da História.** W.A. Editores: Curitiba, 2015.

SANTOS, Raiane C. Ramirez dos. Discursos identitários na obra História do Paraná de Romário Martins. In.: **XV Encontro Regional de História – Anpuh-Pr. Anais...** Curitiba, 2016.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história.** São Paulo:

Scipione, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 39-62.

SILVA, Carla Holanda da. **Quilombolas paranaenses contemporâneos: uma identidade territorial agenciada?** Uma análise a partir do exemplo de Adrianópolis no Vale do Ribeira Paranaense. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

SOUZA, Jurandir de. **Meio ambiente e prática cultural na comunidade quilombola do Varzeão no Vale do Ribeira-PR**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

_____. Vulnerabilidade, resiliência e cultura: comunidades quilombolas no Paraná e o Varzeão. In.: **Coleção de Teses do Museu Paranaense**, V. 11. Curitiba: SAMP, 2017.

TAUIL, Rafael Marchesan. **Octavio Ianni: o início de sua trajetória intelectual e uma nova interpretação da questão racial**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Paulo, 2013.

THOMPSON, Edward Palmer. A história vista de baixo. In: **The Times Literary Supplement**, 1966. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/364550498/A-Historia-vista-de-baixo-Thompson-1966>>. Acesso: agosto de 2019.

VIEIRA, Cleber Santos. **Quilombos e quilombagem no ensino de história: estudo sobre a contribuição paradigmática de Clóvis Moura**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História-PROFHISTÓRIA) – UNIFESP. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://profhistoria.ufrj.br/banco_tese>. Acesso em: fevereiro de 2020.

VOLSKI, Verônica. **O jogo em jogo: educação das relações étnico-raciais e a compreensão das regras por crianças quilombolas**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro-Oeste. Guarapuava, 2015.

XAVIER, Regina Célia Lima. **História da escravidão e da liberdade no Brasil Meridional: guia bibliográfico**. Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2007.